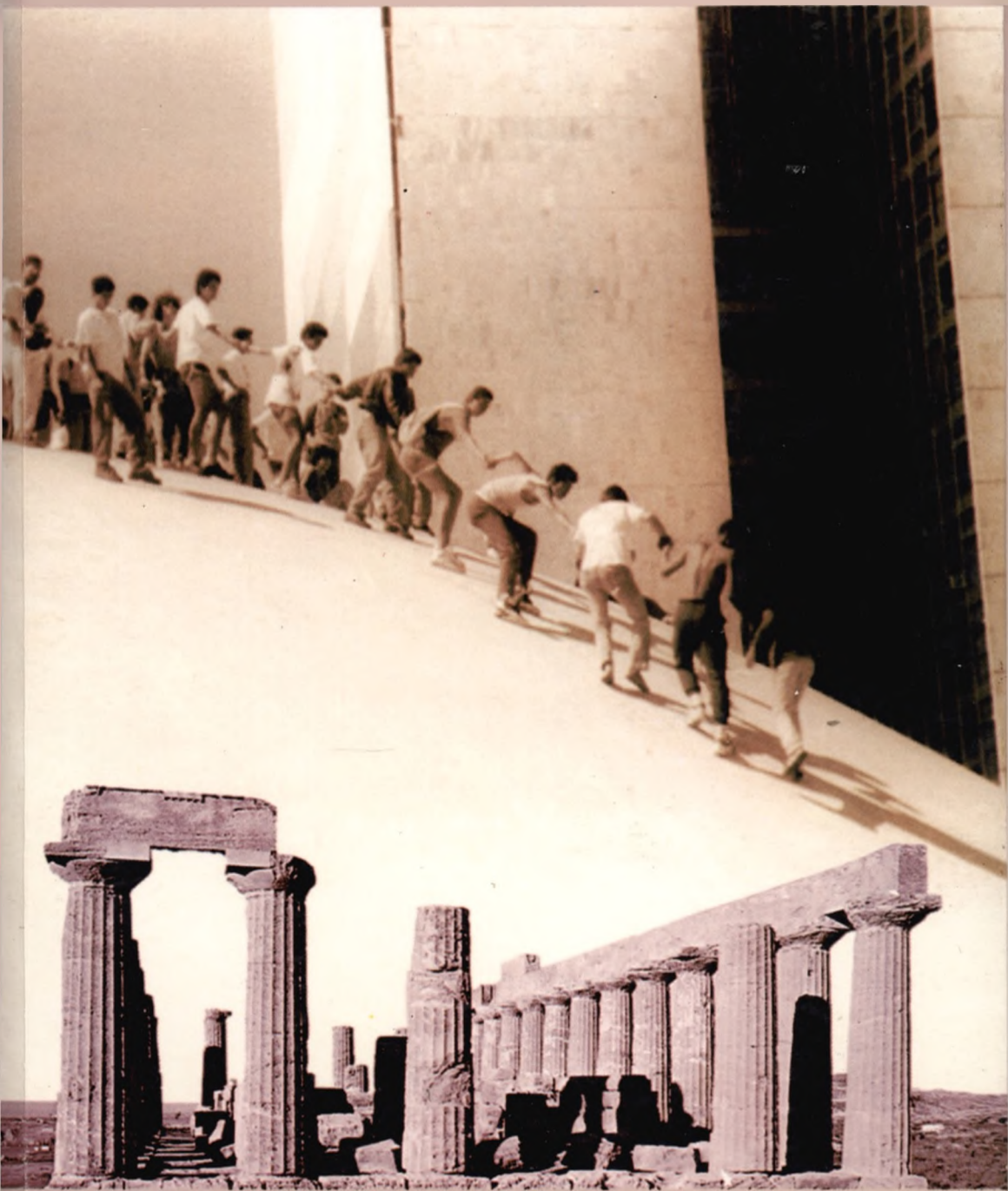


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Fischer

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem*, *ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

INTRODUÇÃO

DEMOCRACIA: A GRANDE REVOLUÇÃO

João Claudio Todorov
Reitor da Universidade de Brasília

As últimas duas décadas colocaram novos problemas para a humanidade e recolocaram outros, conhecidos. Talvez os processos mais importantes tenham sido o fim da guerra fria, o colapso da União Soviética e de outros países socialistas da Europa Oriental. A China apresentou uma combinação nova, nunca antes imaginada: país rigidamente comunista, cenário da Revolução Cultural, cresceu rapidamente, seguindo os caminhos do capitalismo transnacional. O outrora Perigo Amarelo acumulou, somente em 1994, um superávit comercial de perto de 36 bilhões de dólares com o símbolo do capitalismo, os Estados Unidos. Dos países que ainda permanecem comunistas, Vietnã e Cuba fazem aberturas para seguir a “via chinesa”.

O que está acontecendo? O socialismo morreu? Teria sido o socialismo, ironicamente, uma etapa para atingir o capitalismo transnacional? Se está vivo, aonde vai o socialismo? Surgindo com a finalidade de eliminar a exclusão, particularmente a do proletariado, se alia com a forma mais avançada do sistema que era condenado como a causa da exclusão. Marxistas e não-marxistas estão igualmente perplexos. Há grandes perguntas, novas, que permanecem sem resposta:

- O socialismo morreu?
- Qual o futuro dos países que eram socialistas?
- Qual a nova ordem mundial, agora que a bipolaridade parece terminada? Hegemônica? Multicêntrica?

No mundo do capitalismo “histórico” também apareceram novas questões, geradas por novos processos. Entre eles:

- Surgem os chamados “tigres asiáticos”, usados como exemplos positivos da globalização, que aderiram à estratégia do *export-led growth*, do crescimento liderado pelas exportações. Em período historicamente curto, a globalização gerou um fenômeno econômico que não foi acompanhado por mudanças cognitivas de igual magnitude no Ocidente. Sabemos pouco a respeito dos “tigres asiáticos” e a grande bar-

reira é o idioma. No Brasil, como em outros países, as escolas e universidades ficaram atrasadas em relação aos requisitos idiomáticos da globalização. Entretanto, alguns trabalhos deixam entrever que as políticas econômicas foram muito menos uniformes do que acreditávamos, mas sublinham uma surpreendente semelhança em reformas sociais que aparecem como “pré-condições” para aquele modelo de crescimento.

- Tanto em países “centrais” quanto no Terceiro Mundo voltam à cena políticas fiscais e monetárias de índole conservadora. Chamadas, na América Latina, de neoliberais e, nos Estados Unidos, de conservadoras ou neoconservadoras, elas também se diferenciam umas das outras, sendo menos iguais do que parecem. Não obstante, alguns objetivos e sucessos parecem comuns: a redução do déficit público, a redução da inflação, a estabilização da economia, a maior eficiência das empresas, a maior produtividade do trabalho. Do lado negativo, algumas consequências também parecem comuns: taxas limitadas de crescimento econômico, aumento das falências e crescimento meteórico do desemprego.
- Promove-se a reforma do Estado, gerando uma nova contradição: redução dos gastos públicos, particularmente dos sociais, ao mesmo tempo em que crescem as necessidades sociais, consequência da exclusão que este novo modelo maximiza.
- Em países que, recentemente, eram ditaduras, aumentam as desigualdades sociais. Falaremos de democracia selvagem como falamos de capitalismo selvagem? Como enfocar, neste novo cenário, estes novos problemas?
- Teorias limitadas pelas fronteiras do Estado-nação encontram teto baixo no seu poder de explicação; teorias que viam nas classes sociais as únicas categorias excludentes e excluídas deram lugar a um vazio teórico que requer uma formulação muito mais complexa, para preencher o espaço e para acompanhar esta nova realidade. São muitas as dimensões e as novas formas de exclusão.
- Tanto a realidade quanto a consciência de exclusão, a organização e a ação de setores excluídos arrebataram os esquemas teóricos e nos forçaram a pensar a exclusão de forma multidimensional. Há regiões inteiras que são excluídas, como a África, e que pagam o alto preço do passado colonial; há países excluídos e, dentro deles, sub-regiões excluídas, como o Nordeste brasileiro; persistem e crescem as exclusões de classes; há fortes exclusões raciais e étnicas; há exclusões de

gênero; de setores da economia e, dentro de cada um deles, de segmentos (a agricultura e, dentro dela, os trabalhadores rurais, os sem-terra); há exclusões na geografia social das cidades, com áreas marginalizadas; há exclusões com base na idade, como os idosos, em alguns países (mas não em todos) ocupando o fundo da pirâmide social; há exclusões que combinam gênero e idade, com efeitos multiplicativos, como as mães sós e as suas crianças que, por exemplo, nos Estados Unidos de hoje são a categoria mais numerosa por baixo da linha de pobreza. Estes fenômenos, porém, não são inteiramente novos. O que é relativamente novo é a associação entre a construção da democracia com crescimento da desigualdade e da exclusão.

- A exclusão é a norma e não a exceção. Ela admite variações no tempo e no espaço, entre categorias, e também varia de intensidade: há categorias mais e menos excluídas. A presença da exclusão é constante, mas a sua intensidade é variável.
- Até recentemente, a democracia era a exceção e não a norma. Como já houve “ondas” democráticas e ditatoriais, cabe perguntar: a democracia veio para ficar?

Estes fenômenos, no contexto da globalização e da crise do socialismo, requerem um gigantesco esforço teórico, de reflexão; empírico, de pesquisas que tragam dados antes desconhecidos; de ação, organização e participação dos excluídos; de formulação de políticas públicas socialmente eficientes.

A Universidade de Brasília está consciente destes processos e preocupada com eles. Iniciamos uma série de conferências sobre este tema, procurando trazer informações sobre a construção da democracia no mundo, trazendo à UnB pessoas que possam discutir estes grandes temas e informar sobre a construção da democracia no mundo, particularmente em áreas que não fazem parte do noticiário dos meios de comunicação.

Este esforço, de unir as perspectivas de diferentes disciplinas numa reflexão a respeito de problemas humanamente relevantes, fez Florestan Fernandes durante a sua profícua vida profissional. Nada mais justo, portanto, que, em homenagem a este grande brasileiro, intitulemos este esforço de Simpósio Florestan Fernandes – A Construção da Democracia.

I - A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

A REVITALIZAÇÃO DA ARTE DA POLÍTICA*

*Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República Federativa do Brasil*

*Nota Introdutória ao Artigo “A Revitalização da Arte da Política”, do
Presidente Fernando Henrique Cardoso.*

O texto que, sob o título “A Revitalização da Arte da Política”, está incluído nesta publicação da Universidade de Brasília sobre a democracia no mundo contemporâneo foi originalmente elaborado para uma Conferência que proferi na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos.

Seu eixo condutor é uma análise dos dilemas contemporâneos da democracia representativa. Busca encontrar fórmulas que permitam superá-los, que possibilitem incluir, no processo político mais amplo e de forma ativa, todas as camadas da população, todos aqueles que de direito pertençam ao universo de cidadãos.

Mas sua ênfase recai sobre a situação específica do Brasil, cujo povo tanto desejou a democracia e agora está aprendendo a nela viver, a nela reencontrar seu caminho e recuperar seu projeto de desenvolvimento em novas bases, democráticas, marcadas pelo diálogo e pelo respeito às diferenças dentro do estado de direito.

Sei que as demais contribuições a esta coletânea nasceram de um Simpósio em homenagem a Florestan Fernandes, um dos fundadores da moderna sociologia brasileira. Florestan foi meu professor, mestre de toda a vida e amigo muito próximo. Formou gerações de cientistas sociais e deu exemplo de uma vida reta, em que soube combinar o mais perfeito cuidado como cientista com o sentido da luta por um Brasil mais justo. Não é por acaso que parte de sua obra foi dedicada a entender a situação dos excluídos, como o negro. Florestan não foi, assim, apenas um homem de idéias; levou-as também, como era de sua índole, para a militância política decidida e

* Conferência do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, proferida na Universidade de Stanford (*Robert Wesson Lecture*), em 11 de março de 1996.

firme, no combate ao autoritarismo e na defesa de maior igualdade para os brasileiros. Florestan Fernandes sabia que o verdadeiro exercício da democracia não se esgota no plano das instituições, lição que aprendi com este grande brasileiro e que se encontra refletida de modo claro no texto que se segue.

I. Introdução

Tem especial significado para mim voltar à Universidade de Stanford, onde já estive várias vezes, como conferencista e professor visitante. Reconheço na platéia velhos amigos, com quem sempre compartilhei idéias e mantive estimulante convívio intelectual.

Retorno hoje com grande alegria para proferir a *Robert Wesson Lecture* e anunciar a criação, nesta Universidade, da Cátedra Joaquim Nabuco de Estudos Brasileiros.

Trata-se da primeira cátedra de estudos brasileiros numa universidade norte-americana, uma iniciativa possível graças à generosa doação do Grupo Safra, uma empresa privada brasileira, e à colaboração do “Center for Latin American Studies” e do “Institute of International Studies” desta Universidade.

O patrono desta cátedra, Joaquim Nabuco, foi um grande intérprete de seu tempo. Na luta pela abolição da escravatura no Brasil; no trabalho que realizou como político e diplomata; nas reflexões lúcidas, originais e atuais que nos legou; Nabuco firmou sua condição de estadista, para quem o compromisso com valores e a justiça sempre orientou a ação pública.

Seus escritos continuam a ser instrumento indispensável para melhor compreender a própria gênese do Brasil contemporâneo. Nabuco nos mostra que o pacto do intelectual com a verdade deve também valer na interação do político com a realidade. Para mim, seu exemplo permanece como uma baliza fundamental: nunca dissociar os problemas de sua análise, a reflexão cuidadosa do desejo de solucioná-los.

Foi um dos grandes nomes da política nacional. Usando a definição que ele mesmo empregou, foi Político com “P” maiúsculo, isto é, preocupado com os grandes movimentos da história, com os dramas humanos e da civilização, com o interesse comum. Tinha uma compreensão sociológica da política, dos efeitos e conseqüências sociais do ato político. No caso da abolição, percebeu que a simples libertação dos escravos não era suficiente. Dizia que “a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”, pois havia fincado raízes profundas em nossas estrutu-

ras. Dizia, sobre o movimento abolicionista, que “era um partido composto de elementos heterogêneos, capazes de destruir um estado social levantado sobre o privilégio e a injustiça, mas não de projetar sobre outras bases o futuro edifício”. O triunfo da abolição, segundo Nabuco, não foi seguido “de medidas sociais complementares em benefício dos libertados, nem de um grande impulso interior, de renovação da consciência pública”.

As palavras de Nabuco foram proféticas. Se trouxermos o mesmo modelo de análise para os fatos contemporâneos, verificaremos que a restauração da democracia foi um primeiro passo, necessário mas insuficiente, para corrigir os graves desequilíbrios sociais do País.

É inegável que houve avanços. O Brasil tem, atualmente, instituições políticas democráticas. Mas a reconstrução do sistema político ainda não se completou. A verdadeira “renovação da consciência pública” defendida por Nabuco e, principalmente, o revigoramento do espaço público, onde se poderia processar a discussão racional de interesses, para tomar de empréstimo as reflexões de Habermas, começam apenas a se esboçar. Temos, assim, uma dupla tarefa: uma de natureza intrinsecamente política e outra, paralela e inter-relacionada com a primeira, de natureza mais sociológica, que tem a ver com a modernização da sociedade. Modificar a estrutura do Estado, em sentido lato, modificar as formas de relação entre a sociedade e o Estado, transformar o padrão de distribuição de renda e ter uma visão clara de que o objetivo fundamental é o de aumentar a equidade no País são os grandes desafios que temos de enfrentar. Isso não se faz do dia para a noite; é um longo processo. Mas isto não pode servir de desculpa para que deixemos de adotar agora as medidas que são possíveis e necessárias. É sobre a importância da política para vencer esses desafios que pretendo falar nesta conferência que intitulei “A Revitalização da Arte da Política”.

II. A democracia representativa e seus paradoxos contemporâneos

Em todos os países em que vigora, a democracia representativa apresenta necessidade de renovar-se, pois se defronta com problemas tais como o desinteresse crescente da população pela política, os elevados níveis de absenteísmo e, mais grave, um certo grau de hostilidade dos eleitores em relação aos políticos profissionais. A idéia de “ir contra” os políticos tem gerado dividendos. Paradoxalmente, é o próprio êxito da democracia enquanto idéia e sua legitimidade enquanto valor de alcance quase universal que parecem estar colocando-a sob o fogo cerrado da crítica, até mesmo de seus defensores.

O significado dessas críticas merece reflexão. Ocorrem num momento em que, no caso do Brasil, estamos passando por um aceleradíssimo processo de transformações que propõem novos dilemas a cada dia, e em que a ação do Parlamento está sendo decisiva para a mudança.

A democracia representativa é construção histórica relativamente recente, para a qual os *founding fathers* da nação norte-americana deram contribuição valiosa. A idéia de que indivíduos recebam um mandato em eleições livres para atuar em representação dos interesses da sociedade difunde-se no Ocidente a partir do século XVIII. Desde então, as instituições da democracia continuam essencialmente as mesmas, ao passo que, das sociedades comparativamente simples de então às complexas democracias de massa dos dias atuais, o mundo se transformou radicalmente. O desafio é o de aperfeiçoar a democracia, de fazer seu *aggiornamento* de modo que o ideal democrático continue a prevalecer e as instituições nele inspiradas sejam eficazes.

As sociedades deixaram de ser homogêneas. Do ponto de vista da economia, já não se pode dividir esquematicamente o tecido social em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado, equivalentes, grosso modo, ao capital e ao trabalho. Economicamente, os indivíduos podem situar-se num amplo espectro de combinações possíveis na relação capital-trabalho. Por exemplo, o trabalhador tornou-se sócio do capital via fundos de pensão, de modo que “diminui” seu interesse em confrontar o capital, de cujos rendimentos dependerá sua aposentadoria. Por outra parte, o trabalho diferenciou-se e o conhecimento passou a representar parcela cada vez maior do valor agregado da economia mundial. Quem detém o conhecimento pode atrair os abundantes capitais hoje disponíveis. A indústria do Silicon Valley, que nos circunda em Stanford, é um exemplo nítido de que o conhecimento associado ao trabalho passou a ser melhor remunerado, porque se tornou escasso em relação ao capital. Isso contrasta com o início do processo de industrialização, contemporâneo das democracias tradicionais, clássicas, quando o trabalho era abundante e pouco qualificado. Os embates entre a burguesia e o proletariado, centrais nos últimos dois séculos, e cuja essência era a distribuição da renda, diluem-se e começam a perder força mobilizadora em termos de discussão nos espaços públicos.

A complexidade do tecido social traduz-se na diversidade de metas almejadas pelos atores sociais. A noção de progresso passou a englobar objetivos variados e a própria idéia de “qualidade de vida” se aperfeiçoa a cada dia. Além disso, esses objetivos são derivados, muitas vezes, de exigências que nascem, hoje, no marco da globalização e são projetados para as socie-

dades nacionais, sem que estas estejam preparadas para atendê-las. Exemplo disso é a legislação ambiental adotada pelos países mais avançados, sem dúvida uma conquista importante, mas que dificilmente poderá ser aplicada nos países em desenvolvimento sem mecanismos de cooperação internacional mais eficientes e generosos.

Do ponto de vista político, a atenuação das dicotomias clássicas capital-trabalho, burguesia-proletariado e, em termos ideológicos, direita-esquerda, levou ao que Alain Touraine aponta como o “desaparecimento das categorias sociais, dos atores sociais em si”. Os indivíduos ou grupos já não se definem por seu papel nas relações sociais de produção, mas antes por suas identidades regionais (o caso do Brasil é típico), raciais, culturais ou religiosas. E o exercício dos direitos civis assegura a proliferação de “novas identidades”. Ainda segundo Touraine, “em vez de nos definirmos pelo que fazemos, passamos a nos definir pelo que somos”. E não apenas pelo que somos, mas também pelo que “queremos”, e estes desejos são muito diversos. Ampliaram-se assim os objetivos da política: oferece espaço para a adesão de grupos de cidadãos a causas mobilizadoras, como a luta pelos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente.

Vivemos, em suma, a fragmentação dos indivíduos em grupos ou “guetos”. Isso tem levado a uma simplificação, à crença de que são apenas o mercado ou a cultura de massa que reúnem os cidadãos numa identidade nacional. Esmacem-se os valores que cimentam as sociedades nacionais e balizam as relações entre suas camadas. No mundo inteiro, o fascínio pelo novo, pelo retrato da realidade mostrado pela TV, desvia a atenção dos verdadeiros elementos que compõem a identidade nacional: uma história comum, uma herança cultural, uma trajetória coletiva – com êxitos e dificuldades – e um sentido de futuro.

É cada vez mais difícil harmonizar, dentro do espaço público, a atuação dos agentes sociais e as identidades culturais. Esta é a essência das dificuldades que enfrentam os instrumentos clássicos da representação, porque muitas demandas, embora legítimas, são parciais e não refletem o conjunto de valores vinculados a uma identidade econômica-cultural. A pólis fragmentou-se; a mediação política, na qual está assente a idéia mesma de democracia representativa, já não cumpre, senão imperfeitamente, sua função de transformar interesses individuais em coletivos. A intermediação política fica cada vez mais marginalizada, desacreditada, conforme demonstram as pesquisas de opinião.

Partindo da definição clássica de Weber, é natural que a população julgue os governos segundo uma “ética de fins”, de resultados, na medida em

que crescem suas demandas na área econômica, na área da justiça e segurança, pela proteção do meio ambiente, pelos direitos humanos. Essas demandas ampliadas passam a ser o tecido da política. Atendê-las é uma das fontes de legitimidade do governo. Mas como conciliá-las com a responsabilidade dos governantes, que têm a difícil e complexa tarefa de alocar recursos sempre escassos? Como encontrar os meios possíveis para atender a este conjunto ampliado de reivindicações? O diálogo, a intermediação política tem assim como campo prioritário menos a discussão do que é necessário fazer e mais o debate sobre como alocar os escassos recursos de um país na solução de demandas que, se não são conflitivas, certamente concorrem entre si. Precisamos alcançar resultados sim, mas com responsabilidade e equilíbrio. Nesse aspecto, vale lembrar as palavras de Nabuco sobre o atributo principal do político: “adaptar os meios aos fins e não deixar periclitir o interesse social maior por causa de uma doutrina ou de uma aspiração”.

Fruto da fragmentação da pólis e da agenda política é o enfraquecimento do papel tradicional reservado aos partidos políticos. O que lhes dava consistência era a identificação com um ideário que correspondia ao interesse de determinadas classes ou categorias. Faziam uma escolha ideológica que se materializava num programa de ação. Numa época em que a disputa ideológica se esmaece, em que os interesses tornaram-se menos claros e mais dispersos, os partidos políticos correm o risco de ver diminuída sua capacidade mobilizadora. Precisam assim encontrar novas formas de mobilização que transcendam o particular e tenham em vista os interesses coletivos reais, que já não se identificam tanto com ideologias.

Não que seja ilegítima a atuação partidária em causas que envolvam interesses setoriais, mas será insuficiente para a defesa dos valores maiores da Nação e do bem-estar coletivo. O risco é o de que a simples veiculação de interesses paroquiais acabe por não diferenciar os partidos, de que os políticos transitem entre eles livremente, em desrespeito ao ideário e à fidelidade que devem à sua agremiação. Há riscos também de que se criem ou se desfaçam maiorias precárias, suprapartidárias, instáveis, que acabam por deixar no mesmo plano indiferenciado políticos e partidos, dificultando a escolha do eleitor, cuja reação, no mais das vezes, é a de desvalorizar o papel crucial do político e da política. O público tenderá a ver os políticos como se todos fizessem parte do mesmo universo, de uma instituição que, no fundo, estaria voltada exclusivamente para seus interesses enquanto corporação. Se não forem capazes de dar capilaridade à formação dos consensos que promovam as mudanças e de impedir o uso do poder exclusiva-

mente por grupos de interesses, os partidos estarão deixando de cumprir sua missão de ser um ator chave no espaço público.

Outra causa dos dilemas das democracias representativas tem a ver com a própria dimensão dos países. Conforme nos recorda Robert Dahl, quando surgiu, a democracia representativa regia sociedades menores, em que os interesses eram menos difusos, menos complexos, e poderia haver um contato mais direto entre representante e representado. Numa democracia de massa, o elo entre os dois lados da intermediação política tornou-se mais rarefeito. A outorga do voto passa a ser vista como uma espécie de “cheque em branco”, em parte porque, na maioria dos sistemas representativos, o poder de sanção do eleitor em relação ao seu representante é limitado, podendo expressar-se, no máximo, no protesto traduzido na não-recondução do representante ao cargo. Isto ocorre com frequência no Brasil. A cada renovação do Legislativo, parte expressiva dos parlamentares não se reelege, independentemente da qualidade do trabalho que fez.

Essas limitações da democracia representativa abriram espaço para avanços da democracia participativa. A defesa das identidades de grupo e a atuação de organizações não-governamentais voltadas para temas específicos levaram a novas formas de atuação que dificultam a intermediação política. Estes grupos dirigem-se diretamente, sem mediação, ao Executivo, aos empresários e a outros segmentos envolvidos no processo decisório. O crescimento da democracia participativa é um fato positivo, mas não suficiente. A crescente parceria que se estabelece entre governo e sociedade civil é um passo à frente no processo democrático. É preciso, porém, alertar para o fato de que a participação direta não substitui a representação. Mais importante: no estado de direito, é a democracia representativa que elabora e aperfeiçoa o arcabouço legal que rege as relações sociais e econômicas da Nação. A participação direta não pode desrespeitar as normas vigentes; quando estas necessitam modificações, será sempre aos Parlamentos que se recorrerá. Grandes mudanças não se fazem sem o concurso do Congresso.

No Brasil, o Estado sempre teve um papel decisivo no campo das relações capital-trabalho. O liberalismo econômico no sentido clássico nunca foi um traço de nosso caminho histórico para o desenvolvimento. A industrialização brasileira, desde seus primórdios, teve no Estado seu principal propulsor, seja através de investimentos diretos, seja através da proteção tarifária para a produção nacional, seja através dos monopólios e das reservas de mercado. O Estado brasileiro sempre intermediou e moldou o conflito entre capital e trabalho e, ao transformar-se também em “empresário”, o

Estado passou a ter interesses diretos no conflito distributivo. O vício do corporativismo no Brasil tem aí uma de suas causas principais.

O corporativismo incrustou-se nas instituições de todos os poderes da república, nos estados e municípios, nas estatais. Criaram-se, por exemplo, regimes especiais de aposentadoria para diversas categorias de funcionários públicos. A legislação trabalhista brasileira, concebida durante a ditadura Vargas dos anos 30 e mantida até os dias de hoje, é de cunho paternalista e criou uma Justiça do Trabalho com representação classista, reforçando a noção de que o Estado é o árbitro por excelência dos conflitos até mesmo individuais nas relações capital-trabalho. No momento em que o Estado se vai retirando da economia pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista baseado na industrialização protegida e na participação direta do Estado na produção de bens, torna-se necessário reformular nosso arcabouço legal.

De novo, o problema capital-trabalho não desapareceu da agenda. Assumiu, isto sim, novos contornos e não deixa de exigir mecanismos de conciliação. A discussão deve centrar-se, assim, em como dar proteção real, efetiva, a longo prazo, ao trabalhador num modelo que transforme o conflito em parceria, para evitar os vícios do passado.

Uma outra causa que alimenta as dificuldades da democracia é o fato de que, muitas vezes, falta substância ou qualidade no debate público em torno de questões amplas. Não que falte circulação livre de informação; o que parece estar ausente é um bom nível na informação e cidadãos dispostos a criar e assimilar uma informação mais profunda e de melhor qualidade. O valor do debate público não se mede apenas pela qualidade da classe política, mas também pela capacidade dos cidadãos de refletirem sobre o interesse público, formularem suas reivindicações para as mudanças e se organizarem para que elas se concretizem. A cidadania consciente cobra e vigia a atuação dos atores e das instituições políticas no cumprimento das demandas que ela, cidadania, previamente apresentou de forma organizada e clara. Este problema da qualidade do debate público se agrava nas democracias de massa, sobretudo naquelas que têm maior desigualdade social – fenômeno que já não se restringe aos países em desenvolvimento – já que nelas existe um grande contingente de marginalizados do processo político, alguns por não se sentirem estimulados a participar, outros porque, mesmo interessados, não são capazes de construir canais apropriados de comunicação. É preciso que estes contingentes de não-participantes sejam incorporados ao espaço público se quisermos que a democracia seja fortalecida.

A imprensa tem um importante papel a cumprir a este respeito, e retomarei o tema mais adiante.

Todo esse quadro que procurei traçar das dificuldades por que passa a democracia em todo o mundo se vê agravado pelo crescente processo de globalização e enfraquecimento do Estado nacional. Diminui a margem de autonomia do Estado na condução da política econômica. E há temas que, por sua própria natureza, transcendem hoje as fronteiras nacionais. O Estado defronta-se com limitações em sua capacidade de atender ao conjunto das demandas sociais que durante algum tempo foi, em escalas distintas, capaz de atender. E as demandas sociais crescem pela diferenciação da população, pelo aumento da expectativa de vida, pelo agravamento do desemprego trazido pela mudança do padrão tecnológico da produção. A incapacidade momentânea de o Estado responder a um nível mais elevado de reivindicações sociais o faz ser percebido como inoperante, ineficaz, e a classe política sofre diretamente o impacto adverso dessa percepção negativa do Estado. Desfazer ilusões e criar um maior sentido de realismo sobre as possibilidades de ação do Estado são essenciais para recuperar a viabilidade da democracia e despertar a cidadania para a parte que lhe cabe no encaminhamento de seus problemas. O Estado precisa ter formas de agir em áreas estratégicas para que ele seja percebido como instrumento político de qualidade, positivo. Talvez seja esta uma das preocupações centrais de meu governo e, por isso, a liderança que tenho procurado exercer no processo de reformas.

III. A democracia representativa no Brasil

No Brasil, é importante que se diga, a democracia representativa teve de superar um obstáculo importante que, nos Estados Unidos, jamais se apresentou: o regime de exceção e o autoritarismo, que interromperam, por duas vezes e por longos períodos, o estado de direito. Na década de 80, no momento de transição democrática, acreditávamos, talvez com certa ingenuidade, que o exercício em si da democracia levaria automaticamente ao aperfeiçoamento dos seus mecanismos de mediação e das relações entre representante e representado e até mais do que isto: à solução dos problemas sociais. Progredimos na consolidação do estado de direito e na democracia no Brasil nos últimos anos, num percurso marcado por percalços que foram superados com maturidade e equilíbrio.

Se isto nos dá motivo de orgulho, não deve servir de pretexto para manifestações de auto-indulgência em relação ao funcionamento de nossas instituições. Há espaço amplo para melhorias e avanços. Não estamos imunes aos paradoxos da democracia representativa. De certa forma, a sociedade brasileira caminhou mais rápido do que o Estado, em termos políticos. A capacidade de auto-organização da sociedade, expressa pela multiplicação das ONGs, pela repercussão das denúncias trazidas pela liberdade de imprensa, pela força dos movimentos sociais, passou a conduzir o processo político, condicionando a ação do Estado.

No Brasil, os dilemas da democracia representativa se manifestam, por exemplo, num grande número de partidos políticos com contornos difusos perante a opinião pública, a qual se guia muito mais pelo nome do candidato do que por sua filiação partidária nas eleições. Partidos fragilizados exigem um trabalho redobrado para alcançar as mudanças, na medida em que o esforço de construção de maiorias é feito de forma mais complexa, em negociações caso a caso, que são tanto mais difíceis quanto mais específica a matéria a ser aprovada. Há questões de caráter quase plebiscitário, em que é relativamente fácil alcançar os consensos que respondem a claros anseios populares, como foi o caso da flexibilização dos monopólios e da eliminação das restrições ao capital estrangeiro. Já nas reformas previdenciária e administrativa, estamos diante de dilemas que pedem a combinação de renúncia a interesses pessoais de curto prazo com a expectativa de benefícios coletivos de longo prazo. Na reforma fiscal, a dificuldade na negociação prende-se à repartição da arrecadação pelas regiões do País.

As reformas atendem assim a demandas da sociedade, mas só podem prosperar na medida em que a cidadania participe de seu destino. No fundo, o que é imprescindível é quebrar a conhecida distância entre o Brasil legal e o Brasil real.

Outro elemento que não víamos com clareza na década de 70 era a emancipação acelerada de determinados atores políticos, como as novas representações sindicais e patronais, que passaram a agir com total independência em relação às formas tradicionais e tuteladas pelo Estado. Fenômeno semelhante viria a ocorrer com as ONGs e as organizações comunitárias. Estes atores emanciparam-se num duplo sentido: de um lado, passaram a prescindir cada vez mais da intermediação do sistema partidário na defesa de seus interesses e reivindicações, buscando relacionar-se diretamente com o Poder Executivo (não obstante haver organizações com forte presença no Legislativo); por outro lado, começam a interagir em questões complexas,

outrora de alguma forma arbitradas ao Estado, nas recentes experiências de negociação em torno dos contratos de trabalho flexíveis. O risco para a democracia está em alimentar a visão de que a sociedade pode tudo fazer sem a presença do Estado; de que os poderes constituídos são, em última instância, desnecessários ou “entram” o progresso e constituem obstáculo à própria liberdade de entendimento direto entre partes num contrato ou conflito.

É necessário encontrar o equilíbrio ideal entre a participação da sociedade e o papel do Estado na definição dos princípios que regem a vida dos países. O predomínio do Estado sobre a sociedade conduz ao autoritarismo, à tecnocracia, ao clientelismo e ao paternalismo; as pressões desordenadas da sociedade sobre o Estado podem gerar a percepção de ausência de rumo. Não há receita pronta para encontrar o justo equilíbrio, mas sabemos que ele é indispensável.

Como afirmava Joaquim Nabuco, “um governo, a menos que desconheça a sua missão, não pode por amor de um interesse comprometer os outros interesses da sociedade: é na combinação de todos eles que consiste o grande problema da administração pública...”.

Um último elemento que gostaria de assinalar sobre os dilemas da democracia representativa no Brasil diz respeito ao desafio do tempo de decisão, numa época caracterizada por grande dinâmica nas transformações. A demora para legislar, por exemplo, é associada, injustamente, a imobilismo e ineficiência, quando na verdade a agenda do Congresso Nacional está sobrecarregada por temas de grande complexidade. O Judiciário também tem tido uma sobrecarga de trabalho, que tem gerado lentidão nas decisões da Justiça, com dimensões ainda mais sérias, na medida em que o atraso da Justiça em julgar uma pendência equivale a uma denegação da justiça (“*justice delayed is justice denied*”). Este fato mescla-se com o que é percebido como imobilismo no Congresso para suscitar, na população, uma descrença nas instituições, no governo como um todo. O tempo da democracia é normalmente mais lento. O problema é tanto convencer a cidadania de que isso é natural e de que o *aggiornamento* das instituições demanda tempo, quanto conseguir que se acelerem o ritmo das deliberações dessas instituições.

IV. Mídia e democracia: o papel da imprensa no fortalecimento do espaço público

É impossível, nas democracias de massa contemporâneas, querer tratar da melhoria do sistema político sem que se tenha presente a importância do papel dos meios de comunicação. Manuel Castells afirma, com propriedade,

que o espaço político foi “capturado” pelos meios de comunicação, por seus fluxos e imagens. Hoje, a política que não aparece nos meios de comunicação simplesmente não existe, o que não quer dizer, de acordo com Castells, que a política seja tributária dos meios de comunicação, mas sim que, sem eles, os fatos não conseguiriam desencadear o processo mobilizador na população. A política não pode, em suma, dispensar os meios de comunicação nos dias de hoje.

Este papel acrescido dos meios de comunicação embute, porém, desafios para a democracia. É que eles não substituem o espaço público; são apenas um, por mais importante que seja, dos componentes do espaço público. Sua função básica não deve ser engajada, no sentido de constituição e construção dos eventos, mas sim, através da difusão e da análise dos fatos, auxiliar a cidadania a formar juízo sobre os assuntos em pauta. Nesse sentido, estará prestando um serviço ao público.

O risco, nos meios de comunicação de massa, é o de simplificar os fatos, de valorizar a parte em detrimento do todo, a frase em prejuízo do texto, a versão em prejuízo do fato real, a imagem em detrimento da argumentação e, principalmente, de ressaltar no acontecimento aquilo que pode despertar “impacto” e não o processo que engendrou este acontecimento. Há um perigo em se tratar a notícia de modo fragmentado, em não se ter cuidado maior com o ritmo mais complexo do pensamento voltado para a compreensão abrangente dos eventos. O imediatismo pode fazer com que, muitas vezes, não se dê a necessária ênfase à grande notícia do dia, que ela passe até mesmo despercebida, privilegiando-se a *petite histoire*, a intriga, o boato, o “disse-não-disse”.

A agilidade na transmissão da notícia é o grande trunfo dos meios de comunicação, é sua própria razão de ser. O que é preciso evitar é que, no exercício legítimo de suas funções, os meios de comunicação difundam na opinião pública uma agenda simplificada e negativa, em parte dissociada dos reais problemas da Nação.

A democracia não se constrói apenas pelos impulsos da opinião pública, que podem mudar e são transmitidos de forma geralmente simplista. A democracia depende de instituições sólidas e fortalecidas, que têm seu tempo próprio, necessariamente mais lento do que a velocidade dos fluxos da informação. Para lançar mão de um neologismo, é sábio, é sensato fugir da “plebiscitarização” simplista imposta pela imprensa a temas complexos que precisam encontrar seu encaminhamento pelas instituições, como resultado do debate público.

Ao fazer esses comentários, não quero de modo algum subestimar a importância dos meios de comunicação na denúncia dos abusos de poder, da corrupção onde quer que ela ocorra, do mau funcionamento do governo em todos os seus níveis. Reconheço o importante papel da imprensa na luta travada contra o autoritarismo na América Latina. No entanto, sua função deve ir além da mera veiculação de denúncias, especialmente no Brasil, país que, afinal, vive a plenitude democrática e um momento de otimismo com a retomada do crescimento sustentado. A imprensa precisa ir além de uma atitude “adversarial”. Seu poder mobilizador pode ser decisivo na superação de problemas e na própria construção do consenso.

V. Conclusão - A revitalização da arte da política. A expansão do espaço público. A razão na construção do consenso

Como democrata convicto e homem público que teve sua trajetória política construída em grande parte no debate cotidiano no Congresso Nacional, não posso deixar de fazer uma defesa firme, apaixonada mas também racional, do Parlamento enquanto *locus* por excelência da construção dos consensos necessários aos avanços, de preservação dos valores mais caros à nacionalidade, sem os quais ela não se reconhece.

Orgulho-me de ser político. Angustia-me testemunhar a perda de prestígio que a política como profissão vem experimentando em todo o mundo.

Não vejo como se possa organizar uma ação construtiva abrangente sem a crescente participação da cidadania, sem um Parlamento atuante, sem partidos políticos, sem meios de comunicação cientes de sua responsabilidade maior para com a cidadania, sem podermos cada vez mais aprimorar as negociações entre os diversos interesses, de forma que ultrapassem o mero – e condenável – “toma-lá-dá-cá”, sem um pensamento crítico capaz de elaborar e propor conceitos novos e, principalmente, sem lideranças políticas capazes de deliberar visando ao interesse comum.

A revitalização da arte da política passa por diversos caminhos, alguns dos quais quero indicar a seguir, animado pelo espírito de contribuir para o debate de uma questão que não apenas eu, como governante, mas também a Nação, considera fundamental. Tocqueville em sua obra *A democracia da América*, afirma que: “O governo ama o que os cidadãos amam e naturalmente odeia o que eles odeiam. Essa comunidade de sentimentos, nas nações democráticas, une continuamente em um mesmo pensamento cada indivíduo e o soberano, e estabelece uma secreta e permanente simpatia”.

Esta é a motivação que me leva a sugerir algumas linhas pelas quais deve orientar-se a revitalização da arte da política.

O aperfeiçoamento do sistema político representativo requer a constante evolução das regras que a definem. O número de partidos, os requisitos para sua constituição, os instrumentos de exercício da fidelidade partidária, o sistema eleitoral precisam ser pensados à luz das novas exigências trazidas pela democracia de massa. Nada trará mais benefícios à credibilidade da classe política do que criar mecanismos que a tornem mais responsável perante as cobranças do eleitorado. Os políticos precisam ter incentivos positivos para cumprir bem seu mandato, e tais incentivos devem nascer naturalmente do diálogo com o eleitor. A oposição é necessária, deve ser vigorosa, porém responsável e guiada sempre pela busca do interesse público. Uma possível forma de aumentarmos o nível de *accountability* da classe política, de aproximarmos representantes e representados, é, por exemplo, um sistema que vincule a base eleitoral aos que a representam, de que há exemplos em diversos países. De qualquer modo, creio que o próprio Parlamento deve ser o responsável pela implementação das medidas que contribuam para seu melhor funcionamento. O Congresso saberá, melhor do que ninguém, encontrar os mecanismos adequados.

É imperativo alargar o espaço público de forma a incluir progressivamente aqueles que hoje estão sem voz na defesa de suas causas. Ao mesmo tempo, é necessário que todos estejam preparados para o sacrifício de seus interesses pessoais em benefício da coletividade. Porque o desenvolvimento geral acabará, num prazo mais longo do que o simples imediatismo, por repercutir favoravelmente na vida de cada um. Esta é a essência do republicanismo.

A ampliação do espaço público é fundamental também para que os conflitos de interesses sejam encaminhados de forma transparente, livre e, sobretudo, racional. Volto à idéia de Habermas de que deve prevalecer, na discussão pública, o argumento que esteja embasado nas melhores razões. É preciso argumentar para convencer, negociar para ver uma tese ampliar a base de consenso que a legitimará. A ética pública, que deve alimentar a idéia de virtude na política, é fruto da razão, jamais expressão da força. O êxito do Plano Real, por exemplo, é em grande parte tributário da credibilidade que ele ganhou pela decisão que tomamos de convencer, negociar, explicar cada passo de sua implementação.

Não basta apenas o aprimoramento do Congresso e das leis do sistema representativo. Não basta a ampliação do espaço público. É preciso também que a cidadania esteja ainda mais preparada para o exercício democrático.

A educação tem aqui uma função primordial e as instituições de ensino devem, junto com a imprensa, contribuir para que os cidadãos possam bem discernir entre alternativas, compreendê-las, propor novas opções, escolher os candidatos que representem suas causas e deles cobrar resultados e coerência. A cidadania não pode esperar que o Estado atenda a suas prioridades se não apresentá-las de forma clara e se não estiver disposta a dar sua colaboração para que propostas se convertam em realidade, em prol do interesse da maioria.

Tomando de empréstimo um legado importante do pensamento conservador tradicional, tenho me referido à responsabilidade das elites, estas entendidas como aquela parcela de todos os setores da população que exercem algum tipo de liderança ou tem papel de representação pública.

Recorro mais uma vez às idéias de Alain Touraine. Para ele, não se pode esperar uma reconstrução social – e eu diria também política – a partir apenas dos atores, porque estes também precisam ser, de certa forma, reconstruídos. Em que sentido? Não que os atores sociais tenham “desaparecido”. Ao contrário, um traço das sociedades modernas é justamente a proliferação de movimentos e organizações sociais. Os temas do debate público ampliaram-se. É fundamental que se encontrem os pontos de aproximação entre fins extremamente variados – derivados da própria fragmentação das demandas da sociedade contemporânea – e a capacidade política de lhes dar rumo e sentido.

No caso brasileiro, em função principalmente da luta contra o autoritarismo, a democracia se enraizou na sociedade antes mesmo do que na política, o que torna necessário repensar o processo de articulação entre o social e o político. Nesse sentido, a atividade puramente política deve ser revalorizada. Em dois sentidos, pelo menos: como espaço de debate para que seja capaz de garantir que as demandas se manifestem democraticamente, sem seletividade e sem limites; em seguida, como promotora de bem público, fazendo convergir objetivos dispersos na direção do interesse coletivo.

A negociação é a arte fundamental da política. Parte da aceitação genuinamente democrática das diferenças, da pluralidade, da tolerância; parte da idéia de que se chega à Razão pelo debate, pela articulação de consensos. É pela negociação que podemos superar dicotomias tradicionais e já desgastadas pelo tempo, como “esquerda” e “direita”, “progressistas” e “reacionários”. É somente pela negociação que poderemos promover as mudanças necessárias para alcançarmos o desenvolvimento com justiça.

Reconheço que nessas minhas reflexões e propostas há uma boa dose de vontade e ideal, mas isto é a essência da própria política. Joaquim Nabuco

reconheceu este fato com a sensibilidade e a acuidade de grande estadista. Dizia em sua obra *Pensamentos Soltos* que “a Política puramente ideal é comparada a uma arquitetura que desprezasse a mecânica. No entanto, essa Política será eternamente a mais popular de todas, ao passo que semelhante arquitetura ruiria no mesmo instante”.

Para encerrar esta conferência, gostaria de mencionar um belo pensamento de Octavio Paz, inscrito na obra *Corriente Alterna: “a História”* [e eu acrescentaria também a Política] “é uma invenção diária, uma criação permanente: uma hipótese, um jogo arriscado, uma aposta contra o imprevisível. Não uma ciência e sim um saber; não uma técnica e sim uma arte”.

II - DEMOCRACIA: DAS ORIGENS À MODERNIDADE

CELEBRANDO 2.500 ANOS DE DEMOCRACIA

Alexander Vayenás
Embaixador da República Helênic no Brasil

Há quatro anos, foi celebrado na Grécia o aniversário dos 2.500 anos da instauração das instituições democráticas em Atenas pelo legislador Clístenes, em 508 a.C. O evento mais importante dessa celebração foi realizado em Pnyka, em frente à Acrópolis de Atenas, no exato lugar onde se reunia, na Antiguidade, a Eclésia do povo, a saber, a Assembléia Geral de todos os cidadãos atenienses que decidia sobre assuntos referentes à cidade.

Para as festividades do aniversário da democracia foram convidados e compareceram todos os presidentes dos parlamentos e senados dos países-membros da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa, os Presidentes do Parlamento Europeu e da Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa, assim como outras altas personalidades do mundo inteiro.

Naquela ocasião, a Universidade de Atenas organizou um simpósio filosófico sob o tema “A democracia grega e sua mensagem para as sociedades atuais”, enquanto que outras manifestações do mesmo tipo foram organizadas também pelas universidades de Thessaloniki, de Ioannina, do Egeu e de Creta.

É uma feliz coincidência que o Simpósio Florestan Fernandes se junte ao ciclo dessas manifestações e fico contente porque me é dada a oportunidade de falar sobre o mesmo assunto inaugurando este evento.

O que significa democracia? Por 2.500 anos, todos os intelectuais falam e escrevem sobre a democracia e tentam dar, de modo muitas vezes contraditório, sua definição e seu conteúdo. Péricles, o grande líder ateniense da era clássica, em seu famoso discurso fúnebre, o “Epitáfio”, deu a definição da democracia. Diz ele que o regime ateniense se chama democracia pois o governo do estado não está nas mãos de poucos, mas de muitos. A igualdade de justiça para todos é assegurada através das leis e qualquer cidadão, qualquer que seja sua condição social, pode ter acesso a cargos públicos, uma vez que ele se destaca em determinada área.

Para os gregos antigos, a liberdade de expressão e a igualdade de direitos eram os princípios fundamentais da democracia. Para os contemporâ-

neos, esses princípios são desenvolvidos em eleições livres, multipartidarismo e direitos humanos. No entanto, podia-se dizer que a melhor definição é dada pela própria palavra democracia, que significa a dominação do povo, o poder do povo. Mas, para todos, o conteúdo da democracia era e continua sendo a liberdade, que constitui o maior bem do homem.

Os filósofos antigos, como Platão e Aristóteles, conceberam a democracia como a expressão máxima da paixão dos gregos pela liberdade. As duas palavras, democracia e liberdade, têm um sentido praticamente igual. A liberdade constitui para o ser humano seu modo ideal de vida, e para a democracia ela é sua consolidação institucional.

Tanto Platão como Aristóteles, que estudaram sistematicamente a política, conceberam, com pequenas diferenças, seis diferentes regimes políticos, com base no que conheciam das evoluções políticas no mundo grego de sua época. Desses seis regimes, três são positivos e outros três negativos, considerados como desvios dos primeiros. Os três regimes positivos são: a monarquia, que é o poder de um; a aristocracia, o poder de poucos e a democracia, o poder de muitos. Esses três regimes tornam-se negativos quando decaem: a monarquia vira tirania, a aristocracia, oligarquia e a democracia, oclocracia, quer dizer, poder abusivo do povo que não respeita as leis.

Do ponto de vista histórico, o começo da democracia é situado no ano 508 a.C., com as reformas instituídas pelo grande legislador, Clístenes, reformas estas que vinham como uma reação aos regimes anteriores da monarquia que tinha virado tirania e da aristocracia.

Menos conhecido que Solón e Péricles, pois ele não teve a chance de ter como historiador um Heródoto ou um Tucídides, Clístenes é considerado o verdadeiro pai da democracia.

Com o propósito de assegurar os direitos políticos dos cidadãos atenienses, restringindo ao mesmo tempo os possíveis abusos por parte dos que estavam no poder, Clístenes colocou sob a competência dos órgãos representativos do povo a totalidade dos poderes políticos e a maior parte dos judiciários.

Os órgãos representativos do povo eram: a Eclésia, entidade essencial do poder desde antigamente, e a Bule dos 500, criada pelo antecessor de Clístenes, Solón, mas à qual Clístenes deu um papel mais importante. A Eclésia, a partir do século VI a.C., não somente discutia as propostas dos arcontes e as modificava como também tomava decisões. Constata-se aqui uma semelhança da estrutura democrática da Antiguidade com o sistema bicameral que conhecemos nas constituições atuais.

A escolha para os órgãos do governo era feita através de sorteio e era proibido a um mesmo cidadão exercer a mesma função duas vezes, com a única exceção dos 10 generais que podiam ser reeleitos.

As instituições que ajudavam no exercício legal do poder eram três: a prestação de contas, o ostracismo e a denúncia por escrito de eventuais ilegalidades, e davam o direito a qualquer cidadão de exercer seu controle sobre os arcontes e os políticos que abusavam do poder. Com a primeira, os arcontes deviam prestar contas sobre o seu modo de exercer o poder. Com o ostracismo, a cada ano, era exilado, por dez anos, da cidade de Atenas, um político considerado, por sua influência, perigoso para a democracia. Esse, porém, devia permanecer nas regiões adjacentes para que a Eclésia pudesse chamá-lo de volta quando isso fosse necessário.

Finalmente, a denúncia por escrito oferecia a qualquer cidadão a possibilidade de dirigir-se por escrito à Eclésia e à Bule sobre qualquer projeto de lei ou outra proposta, denunciando que se trata de um ato ilegal. A Eclésia ou a Bule eram obrigadas a interromper a discussão da proposta e discutir a denúncia do cidadão. Essa era a medida mais severa da democracia na sua prática cotidiana e completava a instituição de prestação de contas.

Porém, muito mais que a estrutura da máquina política e administrativa, a democracia ofereceu ao povo duas grandes conquistas. A primeira conquista democrática foi a *liberdade de expressão*, a liberdade de criticar publicamente os que estão no poder. Outra conquista foi a *igualdade de direitos*, que permitiu o acesso de todos os cidadãos livres ao poder. Todos esses cidadãos podiam eleger e ser eleitos e ainda faziam parte da Eclésia e podiam denunciar aqueles que pressionavam ou prejudicavam uma terceira pessoa, ainda que essa última fosse um escravo.

As reformas de Clístenes foram impostas num período decisivo, não somente para a Grécia como também para a civilização ocidental em geral, pois, poucos anos depois, começaram as guerras médicas, as guerras contra os persas. A história da Grécia e do Ocidente teria sido diferente sem as reformas de Clístenes. Elas permitiram as grandiosas vitórias contra os persas em Maratona e Salamina, pois os soldados e os marinheiros atenienses eram, em sua grande maioria, cidadãos livres que não combatiam para um imperador mas pela sua pátria, sua cidade e o direito de viver nela com liberdade e de acordo com as leis preestabelecidas.

Mas não somente em Atenas floresceu a democracia. Em quase todas as cidades-estado gregas daquela época encontramos elementos democráticos. Até na conservadora Esparta nota-se que, apesar de seu regime altamente disciplinado, houve liberdades democráticas como, por exemplo, a conces-

são do direito de eleger e ser eleito, que ocorreu antes de ocorrer em Atenas, no século VII a.C. Além disso, todos os cidadãos podiam ser eleitos éforos, a saber, governadores, que, durante uma fase, dividiram o poder com os reis, mas, no final, acabaram prevalecendo. Eles controlavam os reis, senadores e toda a máquina administrativa e sua opinião tinha valor decisivo nos assuntos da cidade. Quanto aos reis, eles eram eleitos, quer dizer, não havia monarquia hereditária, e eram sempre dois, um reinando e o outro liderando o exército nas campanhas. Essa idéia da existência de dois reis é repetida hoje nos regimes presidenciais com um presidente e seu vice, o que garante a continuidade do poder durante as eventuais ausências do chefe-de-Estado.

Percebemos, pelo que acabamos de dizer, que tanto Atenas como Esparta caminharam em direção à democracia, em tempos diferentes, em ritmo diferente e com resultados diferentes. Esparta antecedeu Atenas em vários pontos mas Atenas foi mais longe. Atenas caminhou para a democracia direta: no regime em que predominava o povo através de sua Eclésia. Esparta, ao contrário, aproximou-se da democracia indireta, a democracia representativa: os éforos representavam o povo, o *demo*, mas não eram controlados por ele. Ambos os regimes provaram que eram fatores de estabilidade e força para os Estados que os conceberam e aplicaram.

No assim chamado “século de ouro” ateniense, o século V a.C., quando na cidade de Atenas floresceram as letras, as artes e todas as expressões do pensamento e da criação livres do ser humano, Péricles, apesar de ser na verdade um “arconte” absoluto da cidade, aceitou os ideais da democracia e tentou encontrar neles o equilíbrio clássico.

No que diz respeito à política social da democracia, ela reconhece como responsabilidade essencial do Estado assegurar a vida e a liberdade de seus cidadãos. A previdência para com as camadas mais pobres já havia preocupado antigamente os aristocratas. Na época de Péricles, foi instituído o pagamento de uma indenização diária a qualquer cidadão exercendo funções públicas, fosse no conselho, magistraturas e tribunais, fosse como soldado ou marinheiro em campanha.

Além disso, o regime democrático tentava assegurar a proteção social dos cidadãos. O Estado tinha a obrigação de suprir às necessidades dos pais, filhos e irmãos menores dos militares que haviam morrido nas guerras da pátria. Mais especificamente, os órfãos eram postos sob a guarda do arconte, até chegarem à maioridade, e o Estado se ocupava de sua instrução e supria as suas necessidades de sobrevivência.

Um só ponto é considerado negativo no regime democrático da Antiguidade grega. Trata-se da instituição da escravidão. De acordo com os cálculos dos especialistas, devia haver cerca de 150.000 escravos vivendo na época do apogeu da civilização ateniense.

A situação deles, porém, do ponto de vista do direito civil, era bem melhor daquela dos escravos na antiga Roma.

Apesar da passagem dos séculos, o espírito da democracia da Grécia Antiga continuou vivo, primeiro através de Roma, cuja república se baseou na democracia grega. As civilizações modernas também receberam os ensinamentos da era clássica e da democracia. A instituição da república parlamentar, desde os seus primeiros passos na época da Carta Magna na Inglaterra até sua estruturação sistemática com as revoluções americana e francesa, usou como modelo a democracia grega e as reformas de Clístenes.

Quanto ao regime político da Grécia de hoje, este é o regime de uma república parlamentar, baseada na soberania do povo e no princípio da representatividade. É um regime monocameral com a separação tradicional dos três poderes.

Poder-se-ia perguntar: depois de tantas reviravoltas no decorrer dos séculos, qual é a posição da democracia no mundo atual? Podemos afirmar que a democracia finalmente triunfou em nossa época. As lutas pela democracia e a liberdade encontraram hoje sua justificação em escala mundial. Uma justificação pela qual a Grécia sente muita satisfação por razões óbvias.

O exemplo mais recente de democratização constituem os países da Europa Oriental que procuraram fugir de regimes totalitários. Nesses países, importantes transformações constitucionais, sociais e econômicas estão sendo atualmente operadas com todo o cuidado que é necessário nesses casos de modificações radicais. Para que essas transformações tenham êxito, é necessário que as instituições que as consolidam correspondam às condições especiais de cada povo, respeitando-se sempre os conhecidos princípios fundamentais da democracia. Essa necessidade de adaptação foi detectada, além de Aristóteles, pelo sábio Solón que ao ser indagado: “qual é o melhor regime?”, antes de responder, perguntou por sua vez: “para que povo e para qual país?”. Isso significa que governo e povo deverão demonstrar que são capazes de avaliar as particularidades desse país e nelas adaptar os princípios básicos da democracia, a fim de evitar o risco de falhar, provocando decepções.

Ninguém hoje duvida que a democracia é o melhor regime que inventou a humanidade. Ou o menos ruim de todos os outros, como diriam os pessimistas. Talvez a melhor confirmação da superioridade do regime demo-

crático seja, na minha opinião, o fato que todos os regimes não democráticos, falsificando a realidade, se autodenominam democracias.

De toda forma, a humanidade já entrou numa nova fase de sua história: entrou no século do triunfo da democracia. Fazemos votos e esperamos que todos os homens da Terra poderão desfrutar da liberdade e saberão usá-la devidamente.

A EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Donald Keith Haskell
Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha
e Irlanda do Norte no Brasil

Tanto no Brasil como em muitos outros países, às vezes tenho que explicar que o título “Embaixador Inglês” ou “Embaixador da Inglaterra” é um pouco errado. A Inglaterra é somente um dos quatro Estados que constituem o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Mas, nesta ocasião, falar da Inglaterra e da democracia moderna é totalmente correto, porque as origens da democracia parlamentar encontram-se na Inglaterra durante a Idade Média, alguns séculos antes da formação do Reino Unido.

A democracia antiga se expressou notadamente em Atenas, durante o século V a.C. Essa democracia era direta e pessoal, realizada pela participação do cidadão individual em assembléias gerais. O mesmo conceito pode ser visto nas assembléias antigas dos povos nórdicos, os *Things*, que estavam abertas a qualquer homem livre. Hoje em dia é perpetuado nas “reuniões do povo” de pequenas cidades da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos. Uma vez por ano, os habitantes reúnem-se para escrutinar os orçamentos municipais, expor as suas preocupações e eleger os seus vereadores. A tradição é grega, adaptada às circunstâncias modernas.

Mas na Inglaterra podemos observar o lento desenvolvimento de um outro tipo de democracia: a democracia representativa. No ano de 1215, depois de vários anos de luta entre o Rei e os nobres, o Rei João da Inglaterra assinou um acordo com os seus barões mais influentes. Este acordo é conhecido como a Carta Magna, que estabeleceu a independência dos tribunais e impôs ao Rei a obrigação de consultar os seus barões sobre os aspectos mais importantes da política. Não continha nenhuma previsão para a representação ou a consulta popular. Os direitos concedidos aos barões pela Magna Carta são a origem da Câmara dos Lordes, que agora funciona como a câmara superior do nosso Parlamento, palavra que apareceu pela primeira vez no ano de 1236.

Durante os séculos XIII e XIV, a Inglaterra viu-se implicada numa série de longas e dispendiosas guerras com a Escócia e a França, que continuaram durante vários reinados. Os recursos dos reis e dos barões não eram suficientes para suportar os gastos dos conflitos. Os reis viram-se obrigados a chamar representantes da classe mercantil para obter cooperação na arrecadação de impostos. Estas reuniões de representantes dos condados e ci-

dades, numa Câmara dos Comuns, começaram a ocorrer com maior frequência e duravam mais tempo. Antes do ano de 1500, o Parlamento existia como autoridade legislativa e tributária, numa forma quase idêntica ao Parlamento de hoje.

Por quase duzentos anos, a partir de 1500, ocorreram muitas lutas para a proeminência entre os reis e os membros do Parlamento. Culminaram numa guerra civil entre os monarquistas e os parlamentares. A guerra durou sete anos, de 1642 a 1649, terminando com a vitória dos parlamentares. O Rei Carlos I foi decapitado em janeiro de 1649, e a Inglaterra foi declarada República. Depois da morte do líder dos parlamentares, o ditador Oliver Cromwell, a monarquia foi restaurada e o filho de Carlos I subiu ao trono, com o título de Rei Carlos II.

Mas os poderes dos reis foram reduzidos.

Um dos incidentes que provocou a guerra civil foi o irrompimento do Rei Carlos I e seus soldados na Câmara dos Comuns, em busca de um grupo de parlamentares rebeldes. Foi a última vez que a imunidade parlamentar foi violada. Hoje em dia, o rei, ou a Rainha, não tem o direito de entrar na Câmara. Mais ainda, quando o Monarca preside a abertura do Parlamento – uma cerimônia que ocorre na Câmara dos Lordes – e o seu representante vai a Câmara dos Comuns para convocar os seus membros, a porta da Câmara é cerimonialmente fechada na sua presença, como manifestação física da independência dos Comuns.

Antes do século XIX, eram poucos os homens que tinham direito ao voto para a eleição dos seus representantes na Câmara dos Comuns. No ano de 1832, foi instituída a votação secreta e o direito ao voto foi estendido a todos os homens proprietários de suas casas e em 1867 a todos os homens maiores de 21 anos de idade. Mulheres com mais de 30 anos de idade receberam o direito de votar em 1918; as de entre 21 e 30 anos, em 1928. Em 1969, o direito ao voto foi estendido a jovens de 18 a 21 anos de idade. A emancipação feminina ocorreu na Grã-Bretanha mais ou menos na mesma época que em outros países europeus. Mas tenho de admitir que na Austrália as mulheres já tinham direito ao voto nos últimos anos do século passado.

No nosso sistema parlamentar, só os membros da Câmara dos Comuns são eleitos. Cada um dos 650 parlamentares representa um distrito eleitoral, e o candidato que obtém mais votos, ganha. Não é necessário uma maioria absoluta. O sistema dificulta a representação de partidos minoritários, mas tem a vantagem de assegurar uma maioria sólida para o governo. Nas quinze eleições desde a Segunda Guerra Mundial, só houve uma ocasião, em fevereiro de 1974, em que nenhum dos partidos ganhou uma maioria absoluta

na Câmara dos Comuns. Num sistema parlamentar de governo, uma maioria é muito mais necessária para o processo de governar que no sistema brasileiro ou norte-americano, onde os poderes Executivo e Legislativo são separados.

A Câmara dos Lordes é uma curiosidade.

Não existe em qualquer país do mundo outra com características sequer parecidas. A maioria dos seus membros são nobres hereditários, inclusive descendentes dos barões que lutaram com o Rei João, em 1215. Nestes últimos trinta anos centenas de lordes vitalícios têm sido incorporados: ex-políticos, burocratas, sindicalistas, acadêmicos, entre outros, nomeados pelas suas qualidades individuais. Além destes, 26 bispos da Igreja Anglicana e 20 juízes têm bancas na Câmara dos Lordes. Estes últimos porque a Câmara dos Lordes também funciona como o nosso tribunal supremo de justiça. Embora os membros da Câmara dos Comuns recebam um salário (mais ou menos a metade do salário anual dos deputados federais brasileiros), os lordes só recebem uma diária.

Uma crítica frequente à Câmara dos Lordes é que o princípio hereditário não é compatível com a democracia. Uma resposta é que os poderes dos lordes são limitados: não têm voz na consideração de leis tributárias e não podem vetar leis aprovadas duas vezes seguidas pela Câmara dos Comuns. Essencialmente as suas funções são de revisão, emenda e recomendação de leis aprovadas pela Câmara dos Comuns, que mesmo assim retém o direito de ignorar tais recomendações. Entre os seus membros há representantes de vários setores da vida nacional: esporte, teatro, serviço público, que não têm, e não teriam, representação na Câmara dos Comuns, inclusive os comunistas. O único representante do Partido Comunista no nosso Parlamento é um nobre, que usa os seus poderes hereditários para atacar o conceito do poder hereditário.

Mencionei a diferença entre o sistema parlamentar de governo e o sistema de separação de poderes. O Brasil, os Estados Unidos e outros países americanos dividem as funções de governo entre o Poder Executivo – o Presidente da República e os seus Ministros e o Poder Legislativo, o Congresso. O terceiro poder, evidentemente, é o Poder Judiciário.

Este sistema teve origem na Constituição dos Estados Unidos. Os colonos rebeldes manifestaram a sua antipatia ao Reino Unido na pessoa do Rei Jorge III, e desenvolveram uma estrutura de “freios e balanços” para assegurar que nem o Presidente e nem o Congresso tivessem supremacia, e que o processo de governo necessitasse de cooperação mútua.

Conseqüentemente, a política governamental de países como os Estados Unidos e o Brasil é o produto da tensão criativa entre os dois ramos de go-

verno. O Presidente da República dirige o Poder Executivo. Não existe um primeiro-ministro, ou se existe (como por exemplo no Peru), não tem poderes iguais a um primeiro-ministro num sistema parlamentar. Os senadores e deputados, se são nomeados como ministros de estado, devem renunciar ou suspender a sua participação no Congresso.

No sistema britânico, o primeiro-ministro é o líder do grupo majoritário na Câmara dos Comuns, e os seus ministros são os seus aliados parlamentares. O Chefe-de-Estado, a Rainha, tem poderes nominais. Não existe tensão entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, porque são os mesmos. Não existe falta de contato e compreensão entre os ministros e os congressistas, porque os ministros são também membros da Câmara. O Congresso brasileiro tem o direito de chamar ministros para que lhe dê informações. Mas o Primeiro-Ministro britânico participa de todos os debates parlamentares e é obrigado a apresentar-se na Câmara duas vezes por semana para responder às perguntas dos membros. Mas o poder do governo não é ilimitado. Num sistema presidencial, o Presidente da República pode continuar no seu cargo, evidentemente com dificuldade, mesmo perdendo o apoio do Congresso. Sem o apoio de uma maioria de membros na Câmara dos Comuns, um governo britânico cai automaticamente.

O nosso sistema parlamentar tem sido adotado por mais de quarenta países que formam a *Commonwealth*. A maioria de países da Europa, e também o Japão, têm sistemas parlamentares de governo essencialmente idênticos, com a exceção de que a Câmara Superior é eleita. Existem algumas variações: por exemplo, a maioria dos países que elegem os seus deputados por representação proporcional, normalmente têm as salas de reunião em forma de um hemiciclo, revelando um espectro de todas as cores políticas. Na Câmara britânica os representantes do governo enfrentam diretamente os da oposição. No tapete que separa as duas bancadas, podem notar-se duas linhas paralelas, separadas por dois metros. Quando discursando, o parlamentar não deve cruzar a linha mais perto. Há duzentos ou mais anos, isto foi uma precaução tomada para proteger o orador das espadas dos seus inimigos na outra bancada.

Espero ter mostrado a razão porque o Parlamento britânico é conhecido como a “Mãe dos Parlamentos”. Não posso declarar que a democracia britânica seja perfeita, nem insistir em que todos os princípios democráticos sejam praticados na Inglaterra. Mas acredito que o meu País foi um dos primeiros, senão o primeiro de todos, a aplicar os seguintes conceitos:

- a limitação de poderes absolutos do monarca;
- a eleição de representantes populares para defender os interesses do povo em geral;
- a imunidade de parlamentares no exercício das suas funções oficiais;
- a votação secreta;
- a abertura do processo de administração ao escrutínio de representantes eleitos.

Como disse o famoso Primeiro-Ministro britânico, *Sir Winston Churchill*: a democracia seria o pior sistema de governo, se não fossem todos os outros.

III - DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

O DESAFIO DA EQUIDADE

*Juan Somavia
Presidente da Cúpula Mundial sobre
Desenvolvimento Social em Copenhague
Embaixador do Chile na ONU*

I. Para que servem as reuniões de cúpula?

Sempre me perguntam sobre a organização da Cúpula Social de Copenhague, quando pela primeira vez na história chefes-de-Estado se reuniram para discutir os problemas sociais dos seus países, como a pobreza, o desemprego e a integração social, que, como sabemos, são os problemas que preocupam seriamente as pessoas.

No processo de preparação, uma pergunta que sempre surgia era: para que serve essa reunião de cúpula? São grandes encontros onde se negociam interminavelmente textos que depois não se aplicam, e, de fato, é um belo espetáculo. Mas, depois o que acontece?

Como estava convencido de que seria uma grande conferência, percebi que tinha de ser o primeiro a responder a essas perguntas para mim mesmo. Estava envolvido em algo que fazia sentido? A resposta foi positiva e gostaria de compartilhá-la.

Nos últimos 30 anos acontece algo que considero extraordinário nas Nações Unidas, a realização de encontros, como esse da Cúpula Social, para mudar nossa consciência sobre determinados temas. Efetivamente, o mundo, e nós mesmos, hoje pensamos de forma diferente sobre certos temas, com relação ao que pensávamos há 30 anos. Por exemplo, o tema do meio ambiente. No Brasil houve uma grande conferência de êxito sobre o meio ambiente em 1992. Mas o processo que conduziu à Conferência do Rio nasceu no ano de 1972, em Estocolmo, quando o Secretário-geral da Conferência do Rio, Maurice Strong, levantou um conjunto de temas sobre o meio ambiente, que faziam sentido para todo o mundo. Mas naquele momento foi recebido como algo muito marginal no campo analítico, intelectual e político. O mesmo ocorreu com o tema dos direitos das

mulheres, sobre o qual acaba de se realizar uma conferência em Beijin, na China. Mas para as Nações Unidas esse tema começou a ser debatido em 1975, na Conferência da Cidade do México. O tema das populações, que teve sua conferência no ano de 1994, no Cairo, iniciou-se em 1974. Algo parecido ocorreu com o tema dos direitos humanos a partir da Declaração Universal de 1948.

As Nações Unidas fazem o que há de mais complexo e difícil em uma sociedade, que é postular uma idéia que a princípio parece revolucionária, mas depois de 20 ou 30 anos passa a ser consenso. Isso é muito difícil, pois tendemos a ser muito conservadores com nossas próprias reflexões. E se observarmos o mundo, é certo que hoje estamos pensando de forma diferente do que há 30 anos sobre esses temas.

Não há dúvida de que o papel das Nações Unidas foi colocar o tema na Agenda e procurar um certo caminho. Mas isso não foi só o que se fez.

O segundo aspecto relevante dessas grandes conferências foram as diversas formas de interação e alianças com a sociedade civil, pois para cada um desses temas já existia movimentos com suas respectivas reivindicações. As pessoas se organizam porque esses temas são importante para elas, porque querem mudanças. Então o cenário das conferências é aquele onde a sociedade civil tem sua melhor expressão e vinculação com as Nações Unidas e, ao mesmo tempo, aproveitam o discurso dos governos, dentro das Nações Unidas, para constituírem-se em atores desses temas e depois cobrar dos governos os compromissos assumidos internacionalmente. Esse comportamento vem ocorrendo. E essas conferências representam o trabalho regular das Nações Unidas, o que vem permitindo uma articulação internacional da sociedade civil, para os mais diferentes temas.

O terceiro fator importante dessas conferências, que ocorreu na Cúpula de Copenhague, foi a constatação de que os governos estão preparados para declarar juntos princípios e objetivos que consideram necessários, mas que não são necessariamente capazes de executá-los imediatamente. É uma maneira de fixar a direção das políticas futuras.

Mas o fato concreto é que aceitaram uma pauta, aceitaram um padrão. Então, uma das funções dessas conferências é fixar padrões aos quais os governos se comprometem, embora conscientes de que necessitarão de certo tempo para atingir os padrões fixados. Por exemplo, na Conferência do Rio percebeu-se a infinidade de legislações sobre o meio ambiente que há no mundo. É um número impressionante.

Do ponto de vista da mudança de consciência, obviamente estamos muito distantes de soluções. Mas já se produziu uma mudança de consciência, de percepção, em relação à maneira de tratá-los.

Portanto, afirmo que a Conferência de Copenhague teve seu papel baseado no que ocorreu no passado, no ideal de influenciar o futuro.

II. Principais dimensões da Cúpula Social

A partir do que coloquei, faço a seguir referência às principais missões que saíram da Cúpula Social. Como já mencionei, foi a primeira vez na história que chefes-de-Estado se preocupam com temas sociais. A mensagem central é: o mundo está se organizando em torno de uma visão econômica e é necessário que se agregue valores humanos a essa visão. Não podemos ter sociedades que se regem apenas por critérios econômicos, é importante incorporar as necessidades dos seres humanos. O desenvolvimento econômico só é importante quando leva ao desenvolvimento dos seres humanos.

O equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano aparece como elemento central se contemplamos a evolução da humanidade. Esse equilíbrio é sinal de uma democracia estável, de uma economia saudável e de um profundo desenvolvimento social com respeito às etnias e culturas. Esses são os elementos de uma sociedade estável, mas se um desses elementos se sobrepõe a outro, cria-se o desequilíbrio do conjunto e se corre o risco de que a lógica econômica comece a ser aplicada sobre as demais dimensões da organização social, na qual efetivamente não corresponde. Em síntese, essa é a mensagem da Cúpula Social de Copenhague.

Trata-se de uma visão moderna que reconhece a importância de uma economia saudável, que reconhece um conjunto de elementos relacionados com o funcionamento das economias contemporâneas, mas não se restringe apenas a esta visão pois reconhece a importância dos valores humanos a serem agregados.

Quero mencionar algumas dimensões principais saídas da Cúpula Social. A primeira é uma nova noção de segurança. Estamos acostumados a pensar na segurança como a segurança do Estado, a segurança do Estado-nação. Mas, na verdade, se analisarmos o tema da segurança da perspectiva das pessoas, e sairmos às ruas para perguntar quais são os principais problemas de segurança, quais as fontes de insegurança, as respostas serão: o desemprego, a fome, a pobreza, a discriminação, a desordem, a violência nas casas e nas ruas, a instabilidade do sistema político. Isso é o que provo-

ca insegurança. As pessoas não estão nos grandes focos de conflitos existentes no mundo. Mas, na maioria dos países, elas percebem a insegurança em função de suas próprias vidas.

A Cúpula Social recolheu os trabalhos realizados em diversos locais, entre eles a Comissão Sul-americana de Paz. A verdade é que se tratarmos apenas da segurança dos Estados, chegaremos à conclusão de que poderemos ter Estados muito seguros, no sentido clássico da segurança do Estado, e cheio de pessoas inseguras dentro deles. E isso não significa que essas sociedades sejam estáveis e seguras. Ou seja, se não incorporarmos a segurança das pessoas, a segurança dos seres humanos, como indivíduos, no seu núcleo familiar, na comunidade onde vivem, se não dermos à segurança a dimensão real de vida, e apenas um arquétipo estatal, um problema de Estado com Estado, se não colocarmos a segurança como um problema do indivíduo, não teremos nenhuma possibilidade de entender quais as fontes de instabilidade da sociedade.

Menciono isso na Universidade pois creio que este é um tema que a Cúpula lançou como um desafio para o mundo acadêmico. Porque a Cúpula faz uma definição intuitiva do fenômeno, e o define assim porque o observa assim, como ocorre na vida diária. Mas não há nenhuma dúvida de que teremos de aprofundar o conceito de segurança das pessoas. Ou seja, como fazê-lo desenvolver, ter sentido, como vinculá-lo ao conceito clássico de segurança e ao mesmo tempo darmos dimensões operativas. Este foi um dos elementos que orientou a Cúpula Social, e que, ao mesmo tempo, é um elemento para os trabalhos de investigação e análise para o futuro.

A segunda dimensão é o fato de que a Cúpula assumiu esses problemas como problemas que afetam todas as sociedades. Isto é, não há um só país, dos 185 que são membros das Nações Unidas, que possa dizer que não tem problema de desenvolvimento social, de desemprego, de pobreza, de violência, de drogas, de meio ambiente. Estes são problemas comuns a todos.

Para ilustrar dou o exemplo da cidade de Nova York. Distante algumas quadras da sede da ONU, pode-se observar o Harlen. Lá temos tudo: pobreza, desemprego e a falta de integração social mais impressionante.

Quando se decidiu pela realização da Cúpula, tivemos de eleger um tema que realmente afetasse os 185 países-membros. Chegamos à conclusão que esse tema era o problema social, e o do meio ambiente vinha logo a seguir. Definitivamente os problemas sociais encabeçam todos os outros.

O que a Cúpula fez foi dizer: se não somos capazes de responder conjuntamente a este fenômeno, seremos todos afetados por este fenômeno.

Por muito tempo estivemos, e alguns ainda estão, sendo guiados pelos modelos de desenvolvimento dos países do Hemisfério Norte, com alguns sucessos localizados. Mas quanto ao desenvolvimento social, definitivamente não há modelo a ser seguido. É um campo muito complexo. Podemos dizer que queremos nos desenvolver como a cidade de Nova York? Queremos o modelo de bem-estar social dos países escandinavos, que estão em crise?

A mera observação das crises sociais de diversas naturezas levam-nos a concluir que ninguém está legitimamente qualificado para postular modelos, pois estes não poderiam estar embasados em situações de sucesso. Essas não existem. O que temos, ao contrário, é um conjunto de modelos sociais que assinalam que depois do perigo da bomba nuclear, temos uma realidade de bombas sociais estourando em todas as partes do mundo, sem o reconhecimento de qualquer tipo de fronteira.

Pela primeira vez os países desenvolvidos levaram seus problemas para o debate. O mundo desenvolvido incorporou seus próprios problemas ao debate das Nações Unidas, que sempre tratou das questões dos países do Terceiro Mundo.

A terceira dimensão da missão da Cúpula foi recordar-nos de um valor histórico que é o fundamento da estabilidade de qualquer sociedade. Não há nenhuma sociedade desenvolvida e estável que tenha alcançado seu desenvolvimento e estabilidade por meio da exclusão social. Esse tipo de sociedade foi acrescentando elementos de equidade ao desenvolvimento social. Se analisarmos os países europeus durante todo o século XX, perceberemos a incorporação de crescentes elementos de equidade social, por diversos meios e de forma constante. Em consequência, a Cúpula assinala que não poderemos evitar essa realidade, ou seja, não há sociedade estável sem a incorporação de crescentes elementos de equidade social. Isto nos coloca uma perspectiva histórica. O século XIX foi praticamente o da conquista do Estado-nação. O século XX foi o das lutas por liberdade política. Foi o século em que reinados se transformaram em democracias, o da luta contra o nazifascismo, o das lutas pela descolonização e o surgimento de novos Estados, o da guerra fria e destruição do Estado soviético, das lutas contra os militarismos de diversas formas, nas quais a América Latina tem papel destacado.

Ao se analisar todos esses acontecimentos, podemos verificar que foram lutas por liberdade política e, no final do século, quando se constata a vitória de muitas dessas lutas, podemos dizer efetivamente que os elementos

formais da democracia existem em grandes áreas do mundo. Essa situação necessita do seguinte comentário: o século XXI será o século das lutas por equidade, ou seja, a promessa da democracia deverá ser realidade, pois todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia. Apesar de todos os obstáculos, como o anticolonialismo, produziram-se novos Estados, eliminou-se o colonialismo. Mas no interior destes novos Estados surgiu um grande autoritarismo, que já começa a se desfazer.

A experiência do militarismo na América Latina, tão ampla e forte, agora está se revertendo. Mas não é uma situação permanente; há o perigo da volta do militarismo, para o qual devemos estar sempre vigilantes.

À promessa de democracia não incorporamos ainda a realidade da equidade, e, caso continue assim, corremos o sério risco de perder todas as conquistas democráticas. A opção que temos pela frente é a consolidação da democracia com igualdade ou, de uma maneira ou de outra, não tão brutal como no passado, mas mais sofisticadas, voltarão as diversas formas violentas de conflito social e de respostas autoritárias. Pode ser o autoritarismo do controle social, e não necessariamente de sistemas políticos. Mas a situação atual se dirige a esses dois extremos: ou a democracia com equidade ou a resposta do autoritarismo às crescentes pressões sociais.

A Cúpula concluiu que a equidade é a resposta estável para o futuro do mundo inteiro. Mas as perguntas, elaboradas pelos excluídos da sociedade, para o século XXI são: para que serve a democracia? Para que serve o desenvolvimento? Para que serve a globalização? Para que serve o fim da guerra fria? Ou seja, todas essas coisas que são apresentadas como positivas, necessárias e convenientes, podemos estar de acordo com elas, mas como se refletem nas condições concretas de minha vida, da de minha família, da minha comunidade?

Esta é a síntese do desafio que teremos pela frente e que a Cúpula Social coloca neste momento, pois estas não são as perguntas que o mundo está fazendo. O mundo não está concentrado para resolver os problemas da equidade. Tem outras preocupações. E é neste ponto que retorno ao sentido da Cúpula Social. Ela é uma precursora do futuro. Os países que em suas práticas diárias não estão tratando de resolver o quanto possível o problema da equidade, sem perceberem que esse é o verdadeiro tema do futuro, estão dispostos a reconhecer, numa Cúpula de Presidentes, que a busca da equidade é o que interessa de fato, o que é conveniente e necessário. E para esse objetivo devem se dirigir.

Se fixam, de alguma maneira, objetivos que não necessariamente estão em condições de cumprir imediatamente, acreditam que são os que darão tranquilidade, estabilidade e condições para o futuro.

Uma quarta dimensão é a visão por parte da Cúpula do equilíbrio necessário entre mercado, Estado e sociedade, em que cada um tem sua contribuição a dar. E não há dúvida de que o mercado tem mostrado uma criatividade, uma capacidade de geração de tecnologia, uma sensibilidade para inventar espaços novos de imprensa, de comércio, e isto é uma realidade, um fato objetivo. Porém, o Estado é o elemento central de estabilidade de qualquer sociedade. Se o queremos desburocratizado, mais eficiente, mais competitivo, com serviços mais baratos, é indiscutível. Mas o Estado forte é um componente central de uma sociedade estável. E, por último, desejamos uma sociedade com cidadãos que se organizam de diversas formas, num sistema participativo, onde efetivamente tenham seu espaço como sociedade civil.

O equilíbrio entre esses três elementos é indispensável, mas para alcançá-lo é necessário reconhecer que cada um desses elementos deixado livre é perigoso. O mercado deixado livre é cruel, é excludente, pois tem uma lógica de guerra. A vitória do mercado é derrotar o competidor. Há uma lógica de derrota, de conflito. Em consequência, deixá-lo a mercê de sua própria lógica não nos assegura o equilíbrio que necessitamos. O Estado sem limites democráticos é opressivo, e temos vários exemplos desses Estados na história da humanidade. A sociedade sem limites regulatórios compartilhados resolve seus problemas por meio da força e da violência. A história também nos mostra isso.

Por esses motivos, o mercado, o Estado e a sociedade deixados livres são perigosos.

Mas quando têm objetivos comuns, princípios comuns e valores compartilhados, são capazes de produzir uma criatividade extraordinariamente forte.

A Cúpula Social mostrou que se deixarmos desenvolver essa capacidade criativa, e fizermos com que esses três elementos funcionem de maneira interativa, teremos geração de riquezas e poderemos resolver os problemas apontados. Estes não serão solucionados por meio de missões ideológicas, mas sim pela capacidade prática que cada país tem para resolver seus próprios problemas.

Um novo elemento que vai ocupar permanentemente a Cúpula é a especificidade dos equilíbrios, pois são muito nacionais, a não ser nos países

que têm uma larga tradição de não-intervenção estatal. A maneira como cada país chegará ao equilíbrio será diferente.

O que ficou claro para a Cúpula é o objetivo e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da especificidade das sociedades, próprias de cada país, onde a maneira de articulação será muito variável. Há uma sintonia expressa por meio da Cúpula: não há receita, apenas objetivos e valores, pois as soluções devem surgir da realidade das distintas sociedades.

A quinta dimensão refere-se aos recursos financeiros, ao ajuste estrutural, que basicamente são impulsionados pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional. Não há dúvida que os ajustes são necessários, mas entendamos por ajuste o equilíbrio das contas nacionais. Por que é necessário? Sabemos de nossa própria experiência que uma boa política de receitas e despesas leva ao equilíbrio de nossas finanças. O mesmo vale para um país. O equilíbrio das contas é desejável e conveniente. Apenas uma economia saudável é capaz de responder aos desafios sociais.

A pergunta política da Cúpula é a seguinte: aceitando que o ajuste é necessário, por que deve ser feito sobre os mais frágeis da sociedade? Não há nenhum motivo técnico para se fazer isso. É uma opção política. Poder-se-ia fazer o ajuste de forma que o peso maior sobrecaísse nos que têm mais condições para resistir. Mas no mundo inteiro está se fazendo o ajuste sobre os mais frágeis. Esse tema carece apenas de uma certa organização, pois há muitas maneiras de se fazer o ajuste não sacrificando apenas o campo social, que aparece como uma tendência mundial.

A Cúpula fez um forte questionamento a respeito desta opção política. O ajuste não pode ser feito unicamente por meio do ajuste social. Se pode usar outros mecanismos que não provocam um impacto tão violento nos setores mais frágeis. A resposta política, do motivo pelo qual está sendo feito assim, é que os mais frágeis economicamente também são mais frágeis politicamente. Daí surge a tarefa das organizações sociais, do mundo intelectualizado, das diferentes formas que as pessoas encontram para se organizarem, dos partidos políticos, dos sindicatos, para fazer valer, em defesa dos mais frágeis, uma opção política diferente.

O ajuste é necessário e uma economia saudável é indispensável, pois não há desenvolvimento social de longo prazo com uma economia populista. Isto não existe. Uma economia saudável é um pré-requisito. A questão é política e não técnica. Colocamos esse tema para o debate nas sociedades civis organizadas.

A sexta dimensão diz respeito à preparação e à apresentação da Cúpula. É muito difícil estar em desacordo com os objetivos e os princípios da Cúpula, mas necessita-se de recursos para realizar as propostas. Há uma desproporção entre a riqueza da missão e a disponibilidade de recursos para conseguir realizar essa missão.

Minha resposta foi bastante simples: se juntarmos os recursos públicos e os recursos privados que há no mundo, disporemos de recursos suficientes. Isto é, recursos financeiros não faltam. O que não existe é a prioridade que a Cúpula assinala. Não se trata de falta de recursos, mas de prioridade. E este é um tema muito importante para o futuro. Por diferentes motivos os recursos públicos estão em lugares onde se está produzindo. E quanto aos recursos privados, eles crescem sistematicamente.

Estamos avançando para uma situação onde teremos de começar a investigar maneiras de fazer bons negócios usando recursos privados para resolver necessidades públicas. Em alguns setores isto já acontece, como na infra-estrutura de estradas, de pontes, de túneis em muitos países que tradicionalmente usavam recursos públicos. Nos dias atuais muitos países usam recursos privados para certas atividades, e durante um período de 10 a 15 anos cobram um pedágio pelo uso da estrada, por exemplo. Assim se paga o investimento e depois a estrada passa a ser do Estado. Este é um método pelo qual os fundos públicos estão sendo reservados para atividades mais prioritárias.

Normalmente usam-se os recursos públicos para obras sociais e não para a infra-estrutura, que pode ser feita de outra forma. No futuro isto também vai ocorrer no campo da educação, ou seja, haverá mais oferta educacional no setor privado, principalmente devido às novas tecnologias. Mas o Estado deve garantir a qualidade da educação pública.

Mas se dizemos que há recursos e o que falta é prioridade, teremos de achar uma maneira de fazer bons negócios com os recursos privados a serviço das necessidades públicas. E teremos de fazer isso em associação com os recursos públicos. Este é um terreno complexo, pois do lado público não temos o hábito de pensar como os recursos privados podem ser usados para resolver necessidades sociais. E do lado privado, nunca se pensa em associação com o setor público para obter lucro. Mas isso é possível. Então é necessário um esforço de imaginação, tanto do setor privado como do público, para encontrar formas concretas de associação. É um grande desafio lançado pela Cúpula Social. Devemos usar os recursos de acordo com a lógica de cada recurso. Este também é um tema para investigação, pois como o tema da segurança, este requer muita reflexão.

III. O compromisso principal: erradicar a pobreza

O compromisso mais importante da Cúpula Social é a erradicação da pobreza. A Cúpula disse o seguinte: há o compromisso dos governos de erradicar a pobreza, como um objetivo ético, político, econômico, social e cultural, partindo da erradicação da pobreza extrema em cada país. Isso significa que, pela primeira vez na história, a sociedade internacional disse que a pobreza é uma situação social inaceitável. Não podemos continuar falando de democracia, de globalização, de tecnologia, de mercados, de crescimento, e nos depararmos com o que é considerado o maior escândalo do século: a persistência da pobreza. Ou seja, o século que foi capaz de multiplicar a liberdade, o comércio, os recursos, os capitais, a tecnologia, da maneira mais incrível, também multiplicou a pobreza. Hoje temos cerca de 1.300 milhões de pessoas que vivem na pobreza, número equivalente ao total da população mundial no início do século XIX.

A Cúpula afirmou, em sentido figurado, que este é o novo *apartheid* do mundo, com pessoas de dois tipos; é o “Muro de Berlim” contemporâneo. Isto é um escândalo que tem de ser erradicado. Nesse sentido, creio ser um compromisso histórico por sua envergadura ética e política e por exigir uma atitude real. Muitas pessoas dizem que é muito bonito falar em erradicar a pobreza, mas consideram isso irreal, inalcançável. Esta é sempre a reação diante de mudanças sociais profundas. Mas a verdade é que a história está repleta de fatos que pareciam impossíveis e que com o tempo foram se tornando possíveis. Por exemplo, a erradicação da escravidão parecia impossível no início do século XIX; mas esse século terminou com a convicção ética, política e social de que a escravidão era uma instituição social que deveria desaparecer. Assim como ocorreu com o *apartheid* na África do Sul. Não quero dizer que esses dois fenômenos não existam, mas que foram banidos como práticas inaceitáveis. O mesmo ocorreu em relação à educação primária no início do século XX. A grande resposta da época foi que as massas eram muito ignorantes e continuariam sendo. Ou seja, a idéia de se dar educação primária não teve uma resposta afirmativa, mas se chega ao final do século XX com o reconhecimento do direito universal à educação primária. Chega um momento histórico em que certas instituições tornam-se inaceitáveis ética e politicamente. A Cúpula Social disse que a pobreza é uma instituição inaceitável ética e politicamente.

Não vamos eliminar a pobreza por decreto, por uma reclamação internacional. Não se elimina por uma lei, pois é um processo amplo, mas temos como objetivo fazê-lo partindo da erradicação da pobreza extrema. Este é

um compromisso importante firmado em Copenhague. Evidentemente, onde se concentra a pobreza extrema está a dimensão mais grave do problema.

As Nações Unidas têm independência para tratar seus objetivos. O que dissemos em Copenhague foi o seguinte: vamos começar pela extrema pobreza, mas com metas definidas por sociedade. E hoje existe o compromisso firmado por 185 países das Nações Unidas, mas cada um desses países tem de debater qual o tipo de ação mais realista, mais possível, para erradicar a pobreza. Creio que fazendo dessa maneira, permitimos que o debate de Copenhague chegue a cada sociedade. E em cada país pode haver o debate de suas metas, o que será possível fazer, quais os componentes que devem ser colocados, como poderão se organizar, quais as dificuldades, os limites, quem está a favor ou contra, quem concebe isso como real ou irreal.

Para a Cúpula Social, as instituições da sociedade civil e as pessoas que acreditam ser possível atingir esse objetivo têm a possibilidade de colocar esse tema no nível nacional como parte de um compromisso internacional, e não apenas como parte dos conflitos políticos nacionais. Trata-se de um grande processo que já está em andamento, pois já foram criadas associações, em distintos países, cujo objetivo é promover a obtenção da erradicação da pobreza.

As Nações Unidas declararam que o ano de 1996 será o ano da erradicação da pobreza; fez isso para estimular o compromisso firmado, mas coincidiu com o que já estava definido há algum tempo e depois da realização da Cúpula Social.

Fizemos a seguinte pergunta: isso é possível? A resposta é sim. Como já disse, tecnicamente é possível e temos os recursos para fazê-lo. É possível recuperar as pessoas que estão em situação de pobreza em geral, e as que estão ao seu redor, em pobreza extrema. Os recursos existem e a possibilidade também. É um problema político transformar a realidade. Político no sentido de que estamos em condições de obter o consenso interno nas diferentes sociedades para esse objetivo.

A Igreja Católica colocou uma formulação muito interessante numa recente reunião sobre esse tema: “se erradicar a pobreza é tecnicamente possível, então é moralmente obrigatório”. Ou seja, não é moralmente aceitável que mantenhamos essa situação por um conjunto de relações. É uma formulação muito correta dizer que se é tecnicamente possível, então é moralmente obrigatório. Esse tipo de orientação coloca a Cúpula na fronteira da realidade e da decisão. O compromisso internacional é um mecanismo de mobili-

zação social que reforça muito as possibilidades de organização nacional. O problema existe em todas as regiões do planeta.

O que se deve fazer agora é buscar as formas mais efetivas de conseguir o objetivo, pois ele é desejável em várias esferas: do ponto de vista da defesa nacional, sendo válido que uma sociedade instável é uma sociedade mais insegura, na visão clássica de segurança. Para a consolidação da democracia, não há nenhuma dúvida de que se não resolvermos o problema da equidade teremos uma sociedade mais autoritária. Se queremos democracia devemos lutar por mais equidade. Da perspectiva do comércio internacional, sabemos ser necessário estabilidade e mercado. A incorporação da extrema pobreza no circuito econômico significa por um lado diminuir as tensões sociais e obter mais estabilidade, por outro significa mais mercado com mais consumidores. Naturalmente que é uma observação racional e lógica.

IV. Estruturas de poder e funcionamento da democracia

Se é tecnicamente possível, se parece lógico, se é uma atitude ética, por que o mundo não persegue esse objetivo plenamente? A resposta pode estar na complexidade do processo de desenvolvimento da democracia.

A Cúpula Social nos deu uma perspectiva da correlação que existe entre vários fatores: democracia estável e participativa; economia saudável com respeito ao meio ambiente; desenvolvimento social interno e promoção da identidade e especificidade cultural. Como cada país tem sua própria complexidade, sua especificidade, sua própria história de lutas internas, de partidos políticos, de interesses concretos, tudo tem de ser aplicado à realidade, às situações reais distintas. Mas há fenômenos globais que estão afetando a maioria dos países. Nota-se uma progressiva mudança nas estruturas de poder em nível mundial. Se compararmos o que ocorre hoje com o que ocorria há 50 anos, perceberemos que os governos, os partidos políticos e os sindicatos têm menos poder. Há um conjunto de instituições que foi perdendo espaço, especificidade e poder com o passar do tempo. Este poder vem se deslocando para o mundo dos negócios, das finanças e dos meios de comunicação, de maneira vinculada por meio da publicidade. Em todo o mundo estas são as novas instituições de poder que estão crescendo: os negócios, as finanças e as comunicações. Isto significa um movimento de atores que operam dentro de limites de valores compartilhados. Ou seja, governos, partidos políticos, sindicatos, etc. têm objetivos que são mais ou menos conhecidos, estrutura hierárquica mais ou menos conhecida e há

instrumentos de fiscalização e controle democrático na maneira como esses centros de poder tradicionais operam.

Quando parte desse poder começa a transitar para os negócios, finanças e meios de comunicação, esses instrumentos de fiscalização e controle democrático ficam mais frágeis e, de fato, hoje em dia, estamos em uma situação em que os acertos e desacertos do mercado estão determinando comportamentos no governo, nos partidos políticos, nos sindicatos, etc. Há um trânsito de poder de atores com alto grau de responsabilidade e sistemas de supervigilância democrática para atores com baixo grau de responsabilidade e fraca vigilância democrática. Esse é um tema bastante complexo.

Um outro fenômeno global que vem ocorrendo é a crescente privatização das relações internacionais. Por exemplo, nas décadas de 60 e 70, do ponto de vista da cooperação internacional para o desenvolvimento, a pessoa mais importante que circulava pela América Latina era o presidente da agência de ajuda americana, da Aliança para o Progresso. Por volta de meados da década de 70 até meados da década de 90, o Banco Mundial e o FMI desempenhavam esse papel. Para o mercado internacional a situação de um país dependia da relação que mantinha com essas duas instituições; elas é que diziam se um país era respeitável ou não no mercado internacional.

Hoje podemos verificar que não existe mais essa situação privilegiada do Banco Mundial e do Fundo Monetário. O que existe são os qualificados de risco de nível mundial, que essencialmente são empresas privadas que dizem: de acordo com nossos critérios este certo país tem qualificação B+, este outro tem qualificação C-, e este tem A+. Essas qualificações passaram a ser absolutamente aceitas para saber como vai um país no mercado internacional. Isto é a privatização das relações internacionais, como um conjunto de fatores que antes tinham relações Estado e Estado e organismos intergovernamentais, e que agora estão cada vez mais nas mãos da iniciativa privada internacional.

Este é um novo e grande desafio, pois as empresas produtoras de bens e serviços, ao menor preço possível, pelo menos em teoria, estão se transformando em atores sociais cuja decisão e influência vão muito além dos bens e serviços que produzem. Isto também é um trânsito de poder e precisa ser profundamente investigado para podermos formular políticas para o futuro.

Outro elemento de caráter mais geral é a crise na forma de representação na democracia. Quando votávamos em um candidato para que ele nos representasse no parlamento, estávamos dizendo que aquela pessoa era a mais qualificada para aprovar leis, que ela sabia mais, tínhamos as mesmas idéias a respeito de determinados assuntos, e se podia depositar nela total

confiança. Esta situação está em crise no mundo inteiro, porque as pessoas estão cada vez mais incomodadas com o fato de perceberem os parlamentos como lugares onde os políticos passam o tempo brigando, em conflito, ou que as políticas estão mais vinculadas a interesses pessoais. E, de fato, há um maior distanciamento entre os eleitores e seus representantes. Como consequência, os parlamentos estão mais fracos e as autoridades locais são mais procuradas para resolver os problemas.

Para a maioria das pessoas, o prefeito é quem interessa mais em relação aos deputados ou aos senadores. Elas acreditam que o prefeito pode realizar ações eficazes; que o prefeito é capaz de chegar a consensos, de convidar universidades, sindicatos, atores sociais, líderes espirituais e empresas para reunirem-se e atingir um certo objetivo. O cenário de ação desses atores é menor e se pode fazer mais e melhor o que se pretende. Nessa situação as autoridades locais passam a ter um peso e uma importância muito maior para os eleitores do que os representantes parlamentares.

O mesmo fenômeno está ocorrendo com os partidos políticos e com os sindicatos, além do que está crescendo o número de associações não-governamentais, numa demonstração clara de que as pessoas estão procurando outras formas de organização social. Também revela uma insatisfação com as estruturas de representação tradicionais e o desejo de defender interesses de outra natureza, e não apenas ideológicos, como nos partidos políticos ou sindicatos de classes. Por exemplo, as associações que defendem o meio ambiente, os direitos humanos, os interesses de gênero, os consumidores, etc.

Há diversos motivos para as pessoas se organizarem de forma diferente. E este é um complemento do trânsito de poder que se observa no mundo inteiro associado a um crescente poder da sociedade civil. Não de maneira tão dramática como nas finanças, nos negócios ou na mídia, mas, sem dúvida, crescente. O impacto da sociedade civil organizada nas conferências mundiais é uma indicação disso. As formas e características variam muito no mundo inteiro, mas esta crise de representatividade em parte está sendo suprida pelo surgimento de organismos não-governamentais com origem e motivos diversos. Outro elemento que quero assinalar sobre o tema da representatividade, também de abrangência geral, é que as pessoas estão mais informadas do que antes, relativamente mais educadas. Então, a idéia de que alguém, por meio do voto, se compromete a pensar e agir por outros está cada vez mais complexa. As pessoas têm suas opiniões, querem ser consultadas, querem fazer valer suas idéias; e o espaço informativo está

crescendo, o que faz com que as pessoas sejam mais críticas e mais capazes de ter suas próprias opiniões sobre um conjunto de assuntos que lhes interessa.

Tudo isso nos leva a entender melhor como os cidadãos se organizam para buscar seus próprios objetivos, e que alguns dos esquemas clássicos de organização, como os partidos políticos, ainda podem continuar a ter um papel a desempenhar na obtenção de vários tipos de acordos indispensáveis no atual sistema institucional da democracia. Mas necessitam de aperfeiçoamento, e ainda há espaço para o surgimento de outros instrumentos representativos.

Somos livres para abrir o espectro para novas formas de organização da sociedade civil, que não necessariamente estejam definidas por perspectivas ideológicas ou de classe, mas por outros motivos.

Outra dimensão de caráter geral é o processo de eleição. As eleições são locais no sentido de que servem para resolver problemas locais, qualquer que seja o tipo de cargo eletivo, internacional, regional ou local, são para resolver problemas de certa região, de certo país. Mas ocorre que quando o eleito chega ao governo, principalmente ao governo central, percebe que suas ações estão limitadas por uma série de fatores globais, sobre os quais não tem uma influência muito ampla.

Se um candidato diz o seguinte: “conheço os problemas que temos e prometo fazer o melhor possível para resolvê-los, mas o espaço e as possibilidades têm limites que não vêm da situação nacional e sim da internacional”, esse candidato não será eleito. Portanto, estamos em um sistema eleitoral onde se aceita naturalmente que é necessário fazer promessas que de início já se sabe que é bem difícil conseguir cumprir. Este é um problema complexo que acredito que possa ser resolvido por meio da educação cívica. Não podemos continuar a fazer promessas durante o processo eleitoral sabendo que o que importa é ser eleito. Isso é muito perigoso para a democracia. Por essa via podemos fazer com que a democracia perca toda sua dignidade, sua credibilidade, pois as pessoas votarão por razões que sabemos não ser possível realizar. Daí surge a incredulidade. É absolutamente indispensável uma tarefa de educação cívica para podermos explicar em que espaço está nosso país no processo de globalização.

Uma outra dimensão desse problema de representatividade é que as pessoas elegem desejando resultados imediatos. Mas a transformação que exige mais tempo para se realizar é a transformação social, como na educação e na saúde, onde um período de tempo bem longo é necessário para se perceber os resultados. Portanto, numa democracia eletiva é muito necessário um esclarecimento profundo sobre os limites das ações de cada ator.

Durante um longo período na América Latina nos dedicamos a debilitar a idéia da democracia formal, ou seja, os direitos aparecem nas constituições, mas na realidade de vida das pessoas nada ocorre. Quero fazer um forte apelo para que se respeite a democracia formal, pois sabemos muito bem o que ocorre quando não temos sequer uma democracia formal. É certo que muitas metas não se transformarão em realidade, mas não vamos cometer novamente o erro de debilitar a democracia ressaltando suas formalidades, pois todos temos preferência pelos meios formais da democracia, como o *habeas corpus*, a livre expressão, o direito ao voto, a possibilidade de abrir a porta de nossa casa sem o temor dela ser derrubada a golpes pela polícia secreta. Quando perdemos essas coisas é que percebemos o quanto são valiosas. Por isso, apelo para que reforcem os elementos práticos, reais, da democracia formal. Estamos tratando de outros aspectos sociais na Cúpula Social.

Quero ressaltar um elemento que me parece central. Creio que os problemas com todos esses temas é que ficamos com um sentimento de impotência diante de tudo o que está ocorrendo no mundo, como se tudo fosse inevitável, e nos perguntamos como podemos contribuir realmente para modificar muitas situações, mas temos pouca convicção. Creio que esse tipo de atitude não se justifica, pois em toda a história da humanidade temos exemplos de que quando as pessoas se organizaram para alcançar um objetivo determinado, elas obtiveram sucesso.

O ponto de partida hoje, quando os principais atores estão perdendo a importância que tiveram, é assumir um compromisso de envolvimento pessoal, para promover uma organização social capaz de alcançar a mudança que desejamos.

Antes o compromisso era com o partido, com o sindicato; estas estruturas sociais vão continuar pois são importantes ainda. Mas há um fator limitante. Creio que não há nenhum substituto para o compromisso pessoal num projeto que busca o sucesso de seu objetivo. A única coisa insubstituível é a crença em lutar por certos valores que acreditamos, como uma sociedade mais justa; e acreditamos ser necessário expressarmos-nos em voz alta, acreditamos que a globalização não é inevitável e que é um produto humano e, portanto, terá as características dadas pelas lutas sociais. Mas a resposta definitiva terá de ser dada individualmente, para termos uma sociedade melhor para nós mesmos, para nossas famílias, para nossa comunidade, partindo do pressuposto de que como seres humanos, num trabalho conjunto, temos a possibilidade de modificar o sentido histórico dos acontecimentos.

Trata-se de uma decisão muito interna, muito pessoal, a partir da qual poderemos ter a possibilidade de mudar o futuro. Temos de assumir que as lutas sociais estão longe de terminar, por todos os motivos já apresentados na Cúpula Social, mas podemos obter resultados valiosos e éticos por meio de novas formas de organização. Isso depende de nós, do nosso compromisso pessoal em construir uma sociedade baseada nos valores que nos são fundamentais. Não há substituto para o compromisso individual, e, portanto, é uma atitude perigosa se colocar como espectador, para ver o que os outros estão fazendo. Esta é uma atitude um tanto cínica, pois não há nada mais fácil do que ser cínico.

Podemos questionar tudo muito profundamente, as situações são difíceis e complexas e não temos nenhuma garantia de sucesso, por isso é importante a atitude, os valores que temos e a vontade de nos organizarmos de forma diferente para fazer um esforço para a mudança. A dinâmica desse processo produz mudanças e ninguém está em condição de nos dizer que não sejamos irrealistas, que compreendamos que as mudanças não vão ocorrer. Temos de enfrentar essa atitude de cinismo e indiferença. Há uma profunda indiferença moral no mundo. Temos de ser capazes de enfrentar essa atitude de indiferença moral, de dizer que temos de atuar segundo uma estrutura de valores, com um certo comprometimento com o futuro, pois, do contrário, é como se não acreditássemos em nós mesmos. O compromisso é o de fazer o possível dentro do espaço no qual atuamos, para construir o mundo que desejamos.

LIMITAÇÕES DA AGENDA DA CÚPULA SOCIAL DE COPENHAGUE

Benício Viero Schmidt
Sociólogo, Professor da UnB

Aproveitando a oportunidade da presença ilustre do Embaixador Somávia, quero dizer que participei da Cúpula Social com um trabalho de avaliação sobre a “Campanha contra a Fome no Brasil”, feita por um conjunto de instituições, coordenadas pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Este trabalho foi feito em co-autoria com Maurício Dias David, economista do Rio de Janeiro e atual assessor do Ministro Bresser Pereira.

Como sociólogo faço uma pergunta ao estilo de Karl Popper: em que metafísica estou envolvido como empirista, como cientista social que tem no empírico sua base de reflexões?

Acredito que há um grande problema para a discussão das questões centrais da Cúpula Social, na medida em que estamos envolvidos, para não dizer dominados, por uma metafísica que define a essência do regime de produção capitalista: “a mercadoria” é o elemento essencial da equação.

Esta é a metafísica disponível. Pode-se deduzir daí, como corolário desta metafísica que domina o tempo e o espaço no mundo hegemônico, algumas conclusões de natureza ética, de natureza comportamental, e até linhas de orientação para uma boa gestão exequível. É muito mais fácil obedecer esta metafísica. Ela tem conteúdos implícitos de legitimidade, de respeitabilidade, de expectativas mútuas. Espera-se que ela vá funcionar perfeitamente: sem que seja preciso repensá-la, modificá-la. Por isso sou muito mais pessimista que o Embaixador Somávia. Ou até muito mais crítico, de acordo com o inspirador deste seminário, Florestan Fernandes, no sentido de que os mecanismos disponíveis não contemplam certas dimensões nesta metafísica que seriam necessários considerar para fazer um apelo moral e ético para uma mudança de posição frente à pobreza, que é grande hoje, mas que sempre existiu.

Transformar os pobres excluídos em produtores de mercadoria, através da “coisificação” do fator trabalho, é a tarefa essencial do modo de produção vigente na maior parte do mundo contemporâneo. Portanto, fundamentalmente, a produção da inclusão social, pela universalização da mercadoria, está dada pelos limites possíveis do regime produtivo. Este regime tem suas contradições, suas limitações. Nele a combinação dos fatores produtivos (terra, capital, trabalho) depende centralmente de uma articula-

ção da disponibilidade dos fatores mencionados, manipulação científico-tecnológica e uma forte vontade política estatal. Sem esses elementos, pouco ou nada pode ser feito.

Este é o coração da evolução genética da ordem capitalista vigente. Uma história de muitos séculos, em que o fator trabalho aparece como sujeito da “disciplina produtiva”. Nesta história, a vontade política corporificada no Estado é ingrediente fundamental. Não é gratuito que o agravamento contemporâneo das condições sociais, em todo o mundo, convive dramaticamente com o enfraquecimento do Estado. Estamos no cerne da crise contemporânea, no âmbito central do debate sobre o futuro.

A ilustração sofisticada deste longo e tortuoso processo histórico está, por exemplo, na obra de Geremek (*Os Filhos de Caim*, S.P., Cia. das Letras, 1994), não necessitando, portanto, maiores comentários.

Nesse mesmo sentido, trago dois exemplos para ilustrar um quadro de tensões desse tipo, que não são de hoje, e não eram de ontem. Quando muitos de nós, hoje com cerca de 50 anos, imaginávamos que tomar água no Brasil, um País com tantos recursos hídricos, teria de ser feito através de uma operação mercantil? A água não é um bem público, socialmente disponível, pois a água no Brasil é hoje uma mercadoria. Se você não tem dinheiro no bolso, não vai tomar água!

Em segundo lugar, um dos itens levantados pelo Embaixador Somavia é que esta metafísica nos domina, até inconscientemente. Sempre imaginamos que as soluções aos impasses do presente só podem ser contemplados no quadro da “produção mercantil”.

Mesmo quando queremos escapar dela, na política de controle do meio ambiente, por exemplo, voltamos a enfatizar a única solução possível, por meio do controle gerencial moderno da produção mercantil. Brasília tem um belo parque no centro da cidade, e tem em seu atual governo (do professor Cristovam Buarque) uma orientação socialista e democrática. Pois bem, este parque está em vias de ter seu acesso submetido às leis de mercado, onde serão cobrados ingressos da população!

Quando você não tem pessoas educadas, com consciência ética no sentido de que esse é um bem público que precisa ser defendido por todos, porque diz respeito ao benefício de todos, você só tem uma saída, que é a repressão implícita dos comportamentos anti-sociais através de sua transformação em uma mercadoria! E não é de graça que a alternativa hoje, em construção no governo, é de torná-lo uma mercadoria. E o paradoxal é que isso será feito por um governo de esquerda, um governo socialista, porque é a única maneira de socialmente defender o parque.

Vejam a inexorável entrada na metafísica do capitalismo, o que não é abstrato, mas que determina o sentido de um conjunto de tensões que condicionam quaisquer mecanismos de intervenção política, de gestão estatal. Então, por isso, acho muito difícil que algumas orientações da Cúpula Social possam ser implantadas sem antes passarmos por um longo e tortuoso caminho de avaliação e de formulação crítica a respeito.

Vou destacar dois pontos relevantes para esse debate. O primeiro é a relação entre a segurança do cidadão e o desenvolvimento social. Em relação à impotência governamental, quero dizer que quando o Embaixador Somavia fala das relações entre mercado, Estado e sociedade, esse é o eixo fundamental sob o ponto de vista acadêmico e científico. Essa é uma questão ainda indecifrável. A questão mais grave é a redefinição do Estado, ou a gestão política da administração, que é uma caixa-preta. E não falo de nenhum lugar sem compromisso. Não se trata aqui de um analista fazendo uma análise de um fenômeno que não lhe pertence, ao contrário. Acho esse um empecilho maior que destaca a impotência estatal.

Quanto à questão do social não-estatal, que está envolvida na estatal, colocada pela Cúpula Social, ela foi introduzida no Brasil com a transformação dos bens públicos estatais em bens públicos não-estatais, por meio de operações de governo que levaram à privatização. Enfim, os primeiros movimentos ideológicos para legitimar – pela esquerda – a disseminação plena da ordem mercantil.

Essa questão, pelo ângulo progressista da equação política brasileira, foi levantada por um marxista, recentemente falecido, o professor Ignácio Rangel, uma pessoa que foi muito importante na montagem do governo Getúlio Vargas. O paradoxal é que um marxista, um economista avançado, que não tinha o título acadêmico-formal de economista, mas que foi um grande teórico da economia brasileira, levantou essa questão. Só posso concluir que a sensibilidade social e política de um marxista determinou que ele avançasse o sinal e fosse um dos pioneiros nessa questão, num país que tem uma tradição política extremamente estatizada, como tem o Brasil.

Esta é uma transformação que está ocorrendo em todo o mundo: a transformação dos bens estatais em bens sociais, ou em propriedade social não-estatal. Porém, há um problema. Independentemente da ordem política e social desejada, vai continuar havendo a necessidade de uma consideração sobre a relação bens públicos e bens privados.

Neste ponto, o apelo moral da Cúpula Social, como o relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento mundial de 1995, não resolve a questão, pois não tratam da relação entre bens públicos e bens privados. En-

quanto isso não for encarado como uma tarefa intelectual, científica e também política, fica muito difícil equacionar a questão.

Concretamente, há certos tipos de bens que deverão ser sempre considerados e levados em conta como bens públicos necessários, como a educação e outros mais, ainda que sobre eles possa haver um mercado privado. Agora, defender a convivência para aqueles que por duas razões não querem o privado ou querem o público, seja por opção de vontade, seja por necessidade, é fundamental. Seria uma sociedade livre e nós estamos longe de considerar isso como uma consígnia da sociedade do futuro. É muito grave, porque a principal força política, pelo menos no meu País, que esquece disso, é a esquerda política brasileira. Essa é uma das questões mais agudas, pois, sem resolvê-la de modo prático e efetivo, sob o ponto de vista político e científico, a questão vai continuar confusa.

Concordo inteiramente com as grandes abordagens da nova Agenda da Cúpula Social. Porém, no caso do Brasil, que saiu do populismo para o autoritarismo, e agora está nessa onda que está levando ao cansaço civil da democracia participativa, que espero não chegue ao grau de alienação política como na Espanha, essa enorme sensibilização pelo social convive com uma ideologia que transforma todos os problemas num grande processo de encaminhamento político. E corremos o risco, por não termos quadros de referência intelectual e forças políticas mais interessadas e mais responsáveis, de transformar nossa sensibilidade frente aos problemas em uma “sociedade de encaminhamentos”.

Hoje os quadros políticos mais avançados do Brasil são responsáveis por uma operação populista disfarçada, que é a de transformar todos os problemas sociais em uma discussão interminável. Isto tem uma grande vantagem: os governantes não precisam tomar qualquer decisão. A grande decisão é a discussão do problema, mas também tem uma explicação, pois não se tem quadros de referência para definir com qualidade qual é o problema e, portanto, muito menos para projetar as soluções. Essa é uma questão que afeta na essência a democracia.

Com relação à segurança do cidadão, parece ser um problema inelutável nesse quadro de pobreza, de desigualdade, onde em escala mundial temos do agricultor africano ao integrado no mercado da OECD. E no Brasil, do “homem gabiru” até o executivo da Avenida Paulista. Por não encontrar quadros de gestão e responsabilização maior por essa relação de segurança, definida como politicamente desejável e socialmente impossível de ser implantada, no Brasil, como em outros países (também nos Estados Unidos), tem gerado um subsistema de controle social e de repressão das classes

sociais e de separação das classes que vai gerar um sistema social e cultural muito consolidado e que será difícil destruir e reconstruir.

No Brasil se gasta hoje cerca de 15 bilhões de dólares, 3% do PIB, em segurança privada, segundo estimativa de uma consultora internacional. Sabemos que o desejo, a meta do governo, com a visão social-democrata do Presidente Fernando Henrique, numa demonstração de seu progressismo ideológico, é chegar ao final do governo com a aplicação de 1,5% do PIB em ciência e tecnologia, ou seja, metade do que já se gasta com segurança privada. Se isso ocorrer estaremos gastando cerca de 30 bilhões de dólares em segurança privada. Ora, isso é uma relação necessária com a desigualdade.

Chego à conclusão de que apesar do verbo, apesar do apelo moral, nossas sociedades estão consolidando sutilmente sistemas de repressão inter-classes sociais, profundamente estabelecidos, com o agravante de que elas estão ajustadas à metafísica e à lógica do capitalismo.

No nível internacional vemos de outra maneira, mas no Brasil tivemos uma ilustração na semana passada. Os grandes mecanismos de segurança internacional, ligados aos Estados nacionais, após o fim da guerra fria, se transformam em mecanismos de testa-de-ferro de interesses econômicos. Não é por acaso que um projeto como o Sivam seja o palco de uma disputa entre o serviço secreto francês e o norte-americano, com sérias repercussões internacionais. Ou seja, nem interna e nem externamente podemos ser ingênuos.

Do ponto de vista político e científico, isso significa que dentro desta metafísica da globalização, da qual nós não escapamos, nem em tese e nem na prática, se impõe a reconstrução da soberania nacional para todos nós, como países individuais ou como bloco de países. Desconfio, entre outras coisas, que é muito difícil pensar tudo isso quando se adota, até inconscientemente, uma teoria minimalista do Estado. Quando estamos diante da possibilidade de perder historicamente a capacidade de autonomia estatal, através da reconstrução de um Estado eficiente e socialmente responsável, fica muito difícil esperar um ciclo que seja antagônico e criativo frente às tendências disruptivas atuais. Por isso é que sou muito pessimista e cáustico em minha crítica.

DEMOCRACIA COM EQÜIDADE: UM DIREITO?

Lia Zanotta Machado
Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbio
e Programas Internacionais da UnB

Em Copenhague, a Cúpula Social concluiu que a eqüidade é a resposta estável para o futuro do mundo inteiro. A eqüidade é o grande desafio para o século XXI. É o desafio para a consolidação das democracias. Ao mundo economicamente globalizado é preciso agregar as temáticas sociais da desigualdade e da exclusão em nome dos valores humanos. Acordaram os chefes-de-Estados que é preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre mercado, sociedade e Estado.

Com certeza, a declaração de que o “desenvolvimento é um direito” dos povos e dos indivíduos no âmbito das conclusões da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, à qual tive oportunidade de estar presente como observadora na delegação brasileira, representa uma continuidade da linha-gem de conferências e encontros mundiais das Nações Unidas que, nos últimos trinta anos, vêm progressivamente aumentando as temáticas sociais nas Agendas Mundiais. Cada novo item incorporado se respalda em acordos anteriores. Assim, a Conferência Mundial sobre as Mulheres reafirma a noção de desenvolvimento como direito que fôra inaugurada na Cúpula Social de Copenhague, e se apóia em relação ao direito reprodutivo na Conferência sobre Populações realizada no Cairo.

A oportunidade de debater com o Embaixador Somavia é honrosa e instigante. O Embaixador nos convoca ao otimismo. As conferências e encontros das Nações Unidas têm o papel precursor de instaurar novos conceitos e novas abordagens sobre temáticas sociais, legitimando a necessidade de buscar soluções e comprometendo os Estados nessas tarefas.

Com certeza, sem tais conferências, nem o objetivo da erradicação da pobreza nem o objetivo da erradicação de toda e qualquer discriminação entre homens e mulheres teriam sido formulados da mesma maneira no nível internacional. Estou plenamente de acordo com seu papel precursor e progressivo de expansão da noção de direitos sociais. As conferências se nutrem de novas formulações das questões sociais por distintos segmentos das sociedades civis e buscam consolidar novas conceituações e compromissos em torno dos Estados sobre direitos dos povos e dos indivíduos. Participam, assim, da gestação e consolidação de novas formas de pensamento sobre a definição da noção de direitos humanos.

O meu pessimismo advém de que todas essas conferências e encontros deixam intocado o divórcio entre a questão econômica e a questão social. É como se fossem questões ou dimensões de natureza distintas. As temáticas sociais são pensadas como devendo se agregar à lógica econômica, buscando o equilíbrio entre o “mercado” e os “valores humanos”. O debate sobre o meio ambiente, o crescimento das populações, os direitos iguais entre homens e mulheres, os direitos dos povos indígenas, o hábitat, o direito à moradia e o direito ao desenvolvimento parece responder ao reconhecimento de que a nova ordem econômica mundial é sujeita às regras inevitáveis do mercado e que, por si só, não leva à equidade.

Os países desenvolvidos, na preparação da Cúpula de Copenhague, concordaram que a temática social da exclusão não atinge somente os países pouco desenvolvidos, mas todo o grupo dos mais desenvolvidos. Em Copenhague e em Beijin, estiveram de acordo com a erradicação da pobreza. Não estiveram de acordo, em nenhum dos encontros, em abrir o debate sobre a política do “ajuste estrutural” que tão bem expressa, a meu ver, as regras da “nova ordem econômica mundial”, regras que, diferentemente do que se quer acreditar, não são impostas por um “mercado” por natureza inevitável, mas por um mercado que é passível de regulação e sujeito a uma dada ordenação política mundial.

Durante a minha estada na IV Conferência Mundial das Mulheres me perguntei sobre os novos fundamentalismos emergentes. Um deles, crescente nos novos Estados religiosos, é o da inevitabilidade das diferenças dos papéis sociais entre homens e mulheres, “fundada” na diferença de sua natureza, traduzíveis, por exemplo, no não-reconhecimento ao direito das mulheres à liberdade sexual ou no não-reconhecimento ao direito igual à herança entre homens e mulheres. Ficou evidente que a questão do fundamentalismo não é apenas de ordem na defesa da diversidade cultural, isto é, simples continuidade da tradição islâmica. Não se trata de conservar determinados valores sagrados. No cenário internacional, o fundamentalismo aparece como uma reinvenção enrijecida e congelante de valores que se propunham como orientadores de condutas. A novidade radical é que os valores não estão sendo postulados como costumes, quer civis quer religiosos, estão sendo regulados de forma autoritária por aparelhos estatais nacionais.

Não haveria, portanto, um outro tipo de fundamentalismo? Não seria também de natureza fundamentalista a postulação da inevitabilidade das regras do mercado, da nova ordem econômica mundial? Por que não é possível pensar que o mercado internacional pode ser regulamentado levando em conta a questão da equidade entre povos e indivíduos? Enquanto o de-

safio da equidade não for capaz de interrogar e desnaturalizar a “nova ordem mundial”, e a equidade for pensada apenas como um valor social a ser agregado a uma ordem econômica cega e naturalizada, à qual devem povos e indivíduos se adequar, sinto-me fadada a um alto grau de pessimismo sobre a generalização da equidade como valor e sobre a fatibilidade da erradicação da pobreza.

No decorrer da discussão sobre os termos da Declaração Política da IV Conferência Mundial em Beijin, ouvi um delegado de um dos Estados religiosos fundamentalistas declarar que o direito à liberdade sexual das mulheres, tal como proposto nos termos das delegações européias, precisaria de mais um século para se realizar. Outro contra-argumentou indignado que precisaria não de um século, mas de um milênio... Se a erradicação da pobreza precisar de uma regulamentação do mercado mundial, e de uma reformulação do “ajuste estrutural”, para não mais incidir sobre os mais frágeis como bem diz e quer o Embaixador Somavia, que tempo será preciso? Um século ou um milênio?

Em Beijin, o recorte Norte-Sul ficou claro na polarização entre o Grupo dos 77 países em desenvolvimento que, hoje, são de fato mais de 100, apoiados pelo Vaticano, contrapondo-se aos países desenvolvidos, na luta pela idéia da redução da dívida multilateral e pela crítica ao ajuste estrutural, postulando esses dois caminhos como indispensáveis para a erradicação da pobreza e para qualquer efetivação da idéia do desenvolvimento como direito.

Foi outra a geografia das alianças sobre os direitos das mulheres. Aqui, o Vaticano se aliou aos países onde os Estados se definem como religiosos muçulmanos e aos países da América Latina onde os Estados se articulam com a Igreja Católica. Essa nova geografia desenhou contornos muito próximos da oposição entre Estados laicos e religiosos... Esses novos fundamentalismos transformam a diversidade cultural em objeto da interferência dos aparelhos de Estado, isto é, o Estado passa a controlar a fidelidade dos fiéis. Isto é uma invenção, uma postulação política e econômica desses novos fundamentalismos.

Será que, da parte dos países de origem não-ocidental, o crescimento dos movimentos fundamentalistas não recebe parte de sua força por meio da idéia da construção de barreiras para uma nova ordem econômica que se visibiliza como indiferente a qualquer ética humanista? Estariam reagindo a uma ordem econômica de ajuste estrutural que não dá espaço ao desenvolvimento de seus países, e alimentando-se de um nacionalismo religioso?

As propostas centrais da equidade e a do desenvolvimento como direito da Cúpula Social de Copenhague parecem-me decorrentes do reconhecimento de que os efeitos da nova ordem econômica mundial deram visibilidade ao anestesiamiento das questões éticas. Tornou-se visível que há um “vazio” na discussão mundial e nacional sobre as questões éticas que a globalização coloca. Se o “mundo” se torna mais próximo, mais próximas também estão as diversidades culturais e mais fortes as interferências mútuas entre poderes locais, nacionais e internacionais; menos claras estão as fronteiras entre a ordem política e a econômica e entre os poderes privados e os públicos.

O termo “globalização” associado à idéia de inevitabilidade está sendo “fetichizado”. É escasso o questionamento sobre seus múltiplos sentidos. Está preso a uma percepção do senso comum, de naturalização dos efeitos da nova ordem econômica mundial.

Não é por acaso que as questões sociais mundiais, e a questão da ética, chegam às organizações internacionais em resposta a movimentos de sociedades civis e de organizações não-governamentais. Como a problemática ética não está incluída na questão da globalização da ordem econômica mundial, colocá-la no debate das Nações Unidas passa a ser quase uma revolução simbólica. A problemática do meio ambiente, que se torna cada vez mais gritante com a globalização da economia, chega às Nações Unidas pelo debate das organizações não-governamentais. É por isso que as conferências mundiais passam a ser precursoras de um futuro onde as Nações se comprometem com Agendas Internacionais...

Esse é o papel quase simbolicamente revolucionário dos encontros e conferências das Nações Unidas. Quase, digo, pois talvez a inauguração simbólica revolucionária tenha sido a dos movimentos sociais da sociedade civil. Mas a sua legitimação simbólica no nível dos Estados-nações é resultado, sem dúvida, dessas conferências e encontros.

O meu pessimismo em relação ao papel das conferências e encontros de cúpula como precursores do futuro dos direitos humanos e de novas formas de pensar os direitos humanos parte do entendimento de que a questão da equidade e a questão da erradicação da pobreza sejam ainda posicionadas no âmbito das Agendas como prioritariamente de natureza exterior a uma ordem econômica naturalizada. Como questões que pudessem e devessem ser resolvidas em nome de uma separada ordem ética ou de uma separada ordem social.

O ajuste estrutural ainda não perdeu seu caráter de inevitabilidade... A postulação do desenvolvimento como direito, da erradicação da pobreza e de uma democracia com equidade parecem ter sentido no tom e na musicalidade da linguagem dos direitos, mas não postas na partitura competente da ordem econômica.

A erradicação da pobreza parece longe de ser alcançada na atual ordem mundial globalizada, que parece estar cega a qualquer possibilidade de regulamentação internacional em nome dos direitos dos povos e dos indivíduos.

Concluo perguntando o que fazer para que a erradicação da pobreza não seja uma senha simbólica vazia, mas sim um valor ético operador, capaz de repensar os rumos da ordem econômica mundial. Só assim, sendo o desenvolvimento um direito individual, teremos o direito à democracia com equidade.

IV - DEMOCRACIA NA IBERO-AMÉRICA

O VALOR DA DEMOCRACIA COMO SISTEMA NA AMÉRICA LATINA: A EXPERIÊNCIA VENEZUELANA

Rafael Caldera
Presidente da República da Venezuela

Sinto uma grande responsabilidade, ao vir à Universidade de Brasília para conversar com os senhores, ao ser solicitado a dissertar sobre um assunto tão atual, tão controvertido, tão importante, tão cheio de arestas, de problemas e de significações como é o tema da democracia na América Latina.

Esse tema é de raízes profundas, e ao ler o título da palestra que vou realizar, sempre tenho em mente este pensamento: Porque na América Latina? Na Europa, no início do século, depois da Primeira Guerra Mundial, se desenvolveu uma série de fatos que conduziu ao naufrágio da democracia. Os ideais, as ilusões que surgiram no Tratado de Versalhes, logo se diluíram frente aos graves problemas sociais, econômicos e políticos que estavam vivendo os países: primeiro os vencidos e depois também os vencedores. A derrota, a ruína, a deterioração do sistema democrático na Alemanha, que foi o grande país vencido no que eles chamaram “Ditado de Versalhes”, se estendeu rapidamente aos outros países, e com o regime de Vichy, chegou a pôr uma cruz ao sistema democrático que parecia definitiva, precisamente no berço da democracia, na República francesa.

Quando deflagrou a Segunda Guerra Mundial, em 1 de setembro de 1939, parecia que a democracia no Continente europeu estava definitivamente destinada a desaparecer. O sistema democrático havia sido substituído por regimes autoritários; primeiro na Itália, em seguida na Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia. Os países que foram ocupados pelo Eixo e no extremo ocidental, na Península Ibérica, Espanha e Portugal, estavam governados por regimes que não eram precisamente democráticos.

Quando a guerra se desenvolveu, o impulso das forças antidemocráticas parecia que não poderia ser contida e a rendição de Vichy foi um momento de amargura, de dor e de tristeza para todos os amantes da liberdade e do sistema democrático no mundo. Parecia realmente que este sistema estava

condenado a passar como uma ilusão que os povos mais cultos do mundo não foram capazes de conservar.

Havia caudilhos antidemocráticos que ganhavam prestígio. Por exemplo, um León Degrelle, com o “Grelismo” na Bélgica, ou um Zerol de Asmosly, que chegou a estabelecer as posições dos inimigos tradicionais da Grã-Bretanha no Reino Unido. Só a Guerra, com a presença dos Estados Unidos, que demonstrou que um sistema democrático poderia ser capaz de produzir riquezas, de produzir canhões, de produzir armas de toda espécie, sobretudo de entusiasmar as pessoas para lutar pela liberdade, foi o que definiu o mundo e, especialmente, a partir do grande Continente europeu, os princípios do sistema democrático.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial a democracia voltou à Europa. E parece mentira, mas quando se conversa com as figuras destacadas dos países que estiveram durante muitos anos sob o domínio de governos totalitários, é como se aquilo nunca houvesse existido, como se a democracia houvesse sido seu sistema permanente de vida. Como se eles se sentissem não somente obrigados, algo muito construtivo, a colaborar, a apoiar e a estimular o sistema democrático em nossos países, mas como se sentissem obrigados a dar conselhos paternais como puderam dar àqueles que nunca passaram pela aventura trágica do autoritarismo, que viveram os povos mais civilizados, precisamente, na primeira metade do século XX.

Na América Latina a questão é distinta.

A independência na maioria de nossos países foi o resultado de confrontos sangrentos. Meu País, a Venezuela, tinha, segundo o viajante francês Francisco de Pons, um milhão de habitantes no início do século XIX e sua população foi reduzida, pelo menos em 25%, como consequência dos dez anos de guerra cruel que transcorreu desde 1811 até 1821.

Esse resultado trouxe consigo uma série de consequências. Uma delas é que os próceres, os libertadores, se sentiram com o direito de exercer o governo quase que por direito divino, quase que por missão que lhes cabia pelo mérito de terem sido condutores dos povos à conquista da independência.

Independência e liberdade, dois ideais que estavam juntos e que tanto Andrés Bello como Simón Bolívar, as duas grandes figuras do pensamento venezuelano e latino-americano, souberam perfeitamente distinguir. Andrés Bello disse “que a Liberdade havia sido o aliado estrangeiro que combatia sob as bandeiras da independência”. Bolívar, em um momento de decepção, em sua mensagem ao Congresso que chamou Admirável, reunido em Bogot-

tá em 1830, expressou aquela frase dolorosa: “me ruborizo ao dizer, a independência é o único bem que temos conquistado às custas dos demais”, e ele agregava: “mas ela nos serve de caminho e de possibilidade para conquistar os outros bens e espero que assim o seja”.

Realmente a luta pelo estabelecimento do sistema democrático, no seu verdadeiro sentido, tem sido longa e difícil na maioria dos países da América Latina. Alguns padeceram menos, outros com maior força. Mas nem sequer o Chile, que teve o Magistério de Andrés Bello, através da presença de uma geração de patricios responsáveis pela orientação filosófica, jurídica e diplomática dessa grande figura que foi o sábio Andrés Bello, pôde livrar-se, no começo do século XX, de rupturas de ordem constitucional, de presenças e de interrupções que foram baseadas na força e que desconhecaram o sistema democrático em sua verdadeira essência.

O que é a democracia? Governo do povo.

Em que consiste o governo do povo? Chegamos a concordar que esse governo do povo, que esse sistema democrático, reside fundamentalmente em elementos essenciais: primeiro, que os governantes são escolhidos pela vontade dos cidadãos. Todavia, discutimos de forma irada sobre a pureza e a eficácia desses sistemas eleitorais. Mas, com todos seus defeitos, estes sistemas eleitorais são os que escolhem e designam aqueles que estão encarregados de governar os povos.

Mas não é apenas a eleição dos magistrados pelo voto popular o que determina o sistema democrático. Há outros elementos fundamentais. Um deles é a liberdade de cada um para escolher, não somente os que devem governá-los, senão os princípios e normas com os quais devem governar. Essa é a liberdade dos partidos políticos. O direito de organizar-se em grupos que sustentem determinados princípios, o direito de participar organizada e acontecimentos da vida social. Mas existe outro elemento que é fundamental e muito atual: a defesa dos direitos humanos. Sem dúvida, muitos de boa fé, e outros não, movidos por determinados interesses, chegam a utilizar este elemento como um fator de luta e propaganda.

O que são direitos humanos? Todos os direitos são humanos. O direito por si só é uma qualidade do homem, é um atributo do ser humano. Mas, usando uma frase, que poderia imitar aquela de Orwell, “há uns que são mais humanos que outros”. Quais são os direitos mais humanos? O direito à vida, o direito à liberdade, o direito à integridade pessoal. E alguns vão transmitindo o conceito de direitos humanos muito mais além, até todas as

declarações de direitos individuais e sociais que se assemelhem à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, que na França foi aprovada na Revolução de 1789, e veio a estabelecer-se como carta fundamental nas constituições políticas dos países.

O certo é que a democracia não é entendida como um sistema de governo inconveniente. Nos dói muito, apesar de que tenha fundamento a ironia, a frase atribuída ao Primeiro-Ministro Winston Churchill que “a democracia é o pior dos sistemas, se excluirmos todos os demais”. Não é que gostamos da democracia porque seja o menos pior, é porque precisamos dela, como diz o preâmbulo da Constituição venezuelana de 1961, como o único sistema compatível com a liberdade, com os direitos humanos e com a integridade dos povos. Estamos lutando pela democracia. E essa luta tem sido difícil e cruel.

O século que está terminando tem visto com surpresa como o sistema democrático, em determinado momento, parecia naufragar em quase todos os países da América Latina: nas nações mais importantes, nas de melhor tradição institucional, nas de maior acervo cultural, naquelas nas quais havia sobressaído a inteligência e havia se projetado, a grandes níveis, a educação. Nesses países também se quebrou o sistema democrático e pareceu invocar-se o princípio de que para conseguir os altos fins do Estado era necessária uma autoridade que não estivesse submetida a limitações de nenhuma espécie, senão que se impusesse pela força.

Essa situação sem dúvida foi angustiante, e profundamente dolorosa. Como se os problemas sociais que ficaram sem solução fossem o motivo, e na realidade o pretexto, de que as ações de força substituíssem o sistema jurídico e impusessem pessoas e normas que estavam acima de todos os canais estabelecidos juridicamente, e exercessem o poder ilimitado, que os levou em alguns casos a situações tão dolorosas que não podemos entender.

Os países mais admirados do nosso Hemisfério pareciam açoitados pela corrente que rompia as instituições democráticas e estabelecia como dogma que, para resolver os grandes problemas sociais que vivíamos, para poder estabelecer a convivência no meio das desigualdades sociais e das injustiças existentes, era necessário um regime férreo, uma situação de força através da qual eram impostas, de uma maneira dura e impiedosa, as normas indispensáveis para levar adiante a existência do país.

Soluções de força foram adotadas por quase todos os países da América Latina. Governos comandados por homens produto da força se impuseram, sob o pretexto de que os problemas não puderam ser resolvidos pela democracia. O resultado foi que, depois de aproximadamente uma década, os

problemas continuavam iguais ou mais graves, e os governos estabelecidos como solução mágica para resolvê-los tiveram que entregar novamente o poder aos governantes eleitos pelo povo para que eles o recebessem como um ferro quente nas mãos, já que não podiam manter aqueles que haviam assumido à força. Estamos vivendo o renascer do sistema democrático na América Latina. Mas, sem dúvida, esta democracia reconquistada não está isenta de perigos nem de ameaças. Muitas das democracias estabelecidas, de vez em quando, demonstram uma fragilidade que nos inquieta e que nos perturba. Essa fragilidade aparece principalmente baseada em dois fatores: um, os problemas econômicos que não foram resolvidos e os problemas sociais, muitos deles, que se agravaram consideravelmente. Existe contudo uma base humana instável e inquieta de populações que não puderam satisfazer o direito fundamental que é o direito à alimentação e o direito à vida. Direitos como o da moradia, o direito à saúde, o direito à educação são fundamentais em qualquer país. Outro fator, que ainda existe em alguns de nossos países, é a presença das forças militares – são e devem ser a garantia fundamental da institucionalidade – que não estão definitivamente curadas da tentação à aventura, levando alguns conselheiros a quererem, para seu próprio proveito ou pelas próprias convicções, tirá-las da missão que lhes corresponde institucionalmente.

Devo reconhecer a esse respeito um elemento que por um lado nos causa satisfação e por outro não deixa de inquietar-nos. Grande parte da volta do sistema democrático à América Latina não provém da própria América Latina, vem, em boa parte, da influência que os Estados Unidos da América, suas Forças Armadas e seus mecanismos diplomáticos têm exercido sobre os governos de nossos países. Houve uma época na qual os golpes militares, os atos de forças que rompiam as instituições democráticas, eram inspirados pelo Pentágono, de Washington, e conduzidos por uma diplomacia equivocada.

Os governos de força eram os que pareciam mais amigos e, infelizmente, alguns deles, por serem mais dóceis, recebiam um apoio que não era dado aos que tomaram uma atitude mais distanciada. Chegou a se estabelecer a esse respeito uma ironia, que escutei pela primeira vez na República Argentina. Me perguntaram: "O senhor sabe por que nos Estados Unidos nunca houve um golpe militar?". A resposta foi: "Porque lá não existe embaixada americana".

O certo é que há uma mudança radical que devemos reconhecer e aplaudir. Os Estados Unidos, nos últimos anos, têm tomado uma posição clara e firme. Não importou que Jean Bertrand Aristide fosse considerado

um amigo e partidário de Fidel Castro para que os Estados Unidos tomasse a decisão de apoiá-lo na volta ao poder do qual havia sido demitido pela força. Não houve neste caso vacilações. Tanto presidentes republicanos, como Reagan ou Bush, como presidentes democratas, como Clinton, mantiveram uma posição firme a esse respeito.

Devemos reconhecer que houve lealdade no cumprimento do respeito e do respaldo às instituições democráticas. A mensagem que não somente o Departamento de Estado como também o Pentágono transmitem em suas relações e em suas visitas à América Latina é que não estão dispostos a reconhecer nem a respaldar nenhum governo surgido pela força e que recomendam, encarecidamente, às nossas instituições militares, o apoio às instituições democráticas e a se manterem dentro de seu caminho legal para ter todos os privilégios e todos os direitos atribuídos por sua própria índole.

Mas, desde já, seria injusto e equivocado atribuir o restabelecimento das instituições democráticas na América Latina simplesmente à influência que puderam ter, antes em um sentido e hoje em outro, os Estados Unidos. Fundamentalmente há um fato que é necessário proclamar e sustentar: é a vontade dos povos. Os povos têm sido, persistentemente, partidários da liberdade e da democracia. Cada vez que tem sido derrubado um governo democrático, cada vez que tem sido estabelecido um sistema de força, os povos têm mantido em seu coração, em sua vontade, em suas expectativas e em sua conduta o propósito de defender, de sustentar e de estimular a luta pela volta à liberdade, pela reconquista dos direitos.

Precisamente, falando de meu País, poderia dizer que o século XIX foi um século desta luta constante entre a aspiração do povo e a realidade dos acontecimentos. Os governos surgidos dos sistemas eleitorais começaram a suceder-se uns aos outros, legitimamente, depois da Independência. Quando começaram a romper esses sistemas, quando começaram a estabelecer-se os governos como conseqüências de guerras, algumas vezes muito cruéis, o povo sempre manteve a esperança e a fé na liberdade. No século XX, o governo mais forte que tivemos e o mais fechado, mais severo e mais cruel, que o País conheceu foi o do general Juan Vicente Gómez. Sem dúvida, nos 27 anos de regime ditatorial, o povo sempre manteve, em cada momento, em cada ocasião, em cada ano, a esperança de regresso à democracia. É, não obstante, um período difícil de julgar. Não seria correto, não estaria certo, se disséssemos que o regime foi totalmente negativo.

Houve benefícios. A força estabeleceu, de uma maneira dura, a paz que o País necessitava e por outro lado consolidou uma unidade nacional que

estava se desintegrando como consequência das guerras civis e das suas precedentes. Mas a que preço se conseguiu isso?

Um professor, um catedrático célebre, que foi professor de meu pai, para que os rapazes entendessem o que significava o benefício da paz e porque a Venezuela havia aceitado a tirania para assegurar a paz, recorria a uma metáfora muito significativa. Dizia: “Há um pequeno povoado perto do Tocuyo que se chama Pozo Salado, e nesse povoado há uma mulher que se chama Paz; é feia, é manca, é torta, tem muitos defeitos mas eu lhes digo, jovens, paz ainda que seja a de Pozo Salado”. Quer dizer, o povo aceitava a paz ainda que fosse uma paz mal feita, ainda que tivesse todos os defeitos e todas as imperfeições. A luta pela paz foi um dos elementos fundamentais para que se aceitasse, contra a vontade e a um alto preço, o sistema antidemocrático.

A Venezuela lutou muitas vezes pela conquista da liberdade. Quando caiu o regime do General Guzmán Blanco, alguns anos antes, aquela geração que havia estado nas prisões por sua rebeldia universitária, durante o governo daquele ditador ilustrado, inegavelmente progressista, mas também cheio de culpas, acreditou que havia chegado a alvorada da liberdade. Começaram a aparecer os livros que auguravam uma nova era, tais como a filosofia constitucional de José Gil Fortoul. Ao cabo de pouco tempo voltamos ao mesmo passo e se retornou à situação na qual parecia unicamente válida a tese que Dom Laureano Vallenilla Lanz chamou o “Gendarme necessário”, em um livro baseando-se em uma história da civilização ibérica escrito por Ribeira Martins intitulado “*Cesarismo Democrático*”. Juan Vicente Gómez encarnou esse “Gendarme necessário”.

A luta pela democracia foi interminável.

A morte do ditador começou o processo de transformação, busca e afirmação dos valores da liberdade. Ao general Eleazar López Contreras, sucessor de Gómez, coube abrir as comportas da mudança. Mas depois disso retornamos aos golpes de força. O de 18 de outubro de 1945, inspirado, sem dúvida, em uma série de aspirações e de idéias cheias de vontade, criou as bases para um regresso à ditadura militar três anos mais tarde.

Recomeçou em 24 de novembro de 1948 um sistema no qual a vontade do tirano era a norma fundamental da vida política. Mas também a vontade do povo, em sua busca por liberdade, não cessou e desde 23 de janeiro de 1958 estamos desfrutando de um sistema democrático imperfeito, complicado, com todos os questionamentos que podem ser feitos, mas baseado essencialmente na vontade popular, na eleição dos governantes pelo sistema

de sufrágio, no respeito ao direito de cada um de organizar-se e expressar-se na corrente ideológica ou política que seja de sua preferência.

Na Venezuela a experiência foi longa e dolorosa, e por isso é válida para muitos outros países que não passaram tanto tempo como nós pelas forças caudilhas da ditadura e da tirania. Desde 1958 um grande consenso nacional nos levou a elaborar uma Constituição que tem sido, até agora, a única que tem durado mais de 30 anos e que tem resolvido os problemas mantendo o sistema fundamental de direitos humanos.

Quando a democracia naufragava em países irmãos, a Venezuela mantinha, para surpresa, como se tratasse de um milagre, o sistema democrático que havia conquistado e estabelecido a partir de 23 de janeiro de 1958. Muitos cidadãos ilustres de países de grande tradição, amigos do nosso, e que nos haviam dado sempre exemplo de respeito aos direitos humanos e às garantias políticas e sociais, tiveram que encontrar asilo em nosso País.

Hoje estamos enfrentando, como todos os países do mundo, a questão que se estabelece em muitos fóruns e que seria motivo para muitas conferências e investigações: a governabilidade da democracia. Realmente, como alguns pretendem, o sistema democrático é ingovernável? A resposta mais acertada que temos escutado a esse respeito é que a democracia tem imperfeições, mas suas imperfeições podem e devem ser resolvidas dentro da mesma democracia.

É necessário, neste sentido, que seja a resposta do povo, a responsabilidade do povo, o encontro de todos os setores, a participação de todos os grupos da sociedade civil, os encarregados de restabelecer a saúde e o êxito das instituições democráticas. Indubitavelmente nos encontramos diante de uma exigência que se impõe a todos os cidadãos. Porque são eles os que têm que orientar suas forças, canalizar suas inquietações e inclusive seus protestos, que são legítimos, enquanto não se desviem ou tomem caminhos impróprios.

Uma vez, há muitos anos, quando eu era estudante, conversava com um velho engenheiro inglês, que era cliente de meu pai em seu *buffet* e eu lhe expressava minha admiração pela política britânica. Essa admiração, que nós venezuelanos herdamos de Bolívar, se dá porque o Libertador, em seus documentos fundamentais, professou uma grande admiração pela política britânica. E quando eu lhe perguntava a que se devia que a política britânica tivesse em muitos aspectos um comportamento exemplar, me deu uma resposta que eu creio vigente e de grande importância para todos nós. Disse: “É que em meu País os homens honestos são tão audazes como os astutos”.

Infelizmente, em muitas ocasiões e em muitos de nossos países, os homens honestos carecem de audácia, carecem de disposição de arriscar sua comodidade, seus benefícios, para lutar pelos interesses coletivos. É necessário que os homens honestos assumam sua responsabilidade, estejam dispostos a participar nas exigências que a sociedade lhes formula. Isso é indispensável para que a governabilidade da democracia seja uma verdade sólida, uma verdade esperançosa. O certo é que estamos em um momento de grande significado para a América Latina. Estamos reformando as instituições, estamos ampliando e reformando os sistemas econômicos, estamos preocupados em buscar as melhores formas para a convivência social. Estamos, neste momento, atravessando uma situação na qual nos damos conta de que as liberdades políticas não são suficientes; são algo fundamental e indispensável, mas é necessário compensá-las e complementá-las com a justiça social. Isto para nós, no momento atual, constitui uma obrigação inevitável.

Às vezes temos que ver o espetáculo daqueles que usam caprichosamente o direito da liberdade que lhes corresponde como seres humanos e que garantem as instituições democráticas; falam sobre a democracia como se tratasse de algo alheio. E às vezes, no meu País, infelizmente, isto acontece, mostrando os defeitos dos 30 anos de democracia, sem lhe reconhecer algum mérito. Como se antes da democracia tivesse existido um regime perfeito, de liberdades, de honradez e de serviço aos interesses coletivos.

A democracia lutou não somente pela liberdade, mas também pela honestidade e pela prosperidade administrativa. A maioria, e se podia dizer quase a unanimidade, dos regimes de força da América Latina foi corrupta. Os lutadores pela democracia assumiram o encargo de lutar por dois ideais: o da liberdade política e o da probidade, além da luta contra a corrupção na administração pública. Infelizmente, conquistada a liberdade, a luta contra a corrupção se foi fazendo mais devagar e com o tempo a democracia chegou a se corromper. Nesse sentido, temos que realizar um grande esforço para que a governabilidade da democracia seja uma expressão de pureza administrativa.

Estas são algumas considerações sobre um tema que é inesgotável, mas que na verdade somos obrigados a tratá-lo, a trabalhá-lo, a estudá-lo e, principalmente, levá-lo adiante. Promover um entendimento, um acordo, um consenso sólido, efetivo, entre todos os setores sociais, entre todos os grupos humanos, entre todos os setores da administração pública, para que possamos responder aos povos que sonham que a democracia seja seu próprio governo.

Não queria terminar estas palavras sem fazer uma referência a uma lembrança muito grata que o senhor presidente da Sociedade Bolivariana trouxe em seu brilhantes discurso. Trata-se de Pedro Calmón, antigo reitor da Universidade do Rio de Janeiro, a quem tive o privilégio de encontrar em Lima quando estava sendo celebrado o IV Centenário da Universidade San Marcos. Estivemos juntos em uma viagem que fizemos a Cuzco e desde as alturas de Machu Picchu divagamos, conversamos, dialogamos, sobre a situação e o futuro da América. Naquele momento a República do Peru estava sob a mão férrea de um ditador, e muitos outros países da América Latina atravessavam a mesma situação. Pedro Calmón foi um lutador, um idealista, um educador, e me senti comovido quando o presidente da Sociedade Bolivariana citou um livro, que ainda não conheço, no qual Pedro Calmón recorda aquela amizade que nasceu nas alturas onde nascem as águas que vem render seu tributo ao Amazonas.

Para ele minha lembrança e minha admiração. É um dos brasileiros mais brilhantes que conheci e de maior e mais profundo coração. Sinto que nele, como em muitos outros, existe a imagem do que deve ser a educação superior, do que deve ser a universidade: uma instituição orientadora, uma instituição aberta para todas as idéias, uma instituição defensora de todas as liberdades, uma instituição que dê exemplo e normas para que os povos marchem pelo caminho da liberdade e da defesa dos direitos humanos, e também pelo caminho da paz social, do entendimento, da solidariedade e da harmonia entre todos os homens e mulheres.

O FORTALECIMENTO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO DA VENEZUELA

Alfredo Toro Hardy
Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Para compreender o processo democrático da Venezuela é necessário que se faça uma retrospectiva da história do País. Durante a maior parte do seu período colonial, a elite venezuelana foi deixada à sua própria sorte com baixo nível de interferência ou controle por parte da metrópole espanhola. Isto se deveu ao fato de ter sido a Venezuela uma província agrícola numa época mercantilista em que os metais preciosos tinham um valor fundamental. A relativa pobreza da Venezuela não despertava o interesse das autoridades espanholas e, portanto, havia um alto grau de autonomia por parte das elites locais. Durante séculos se estabeleceu a tradição de que as elites locais podiam remover as autoridades espanholas com as quais não tinham um bom entendimento. De alguma forma, as elites venezuelanas, como as americanas, desfrutavam de um importante nível no alto governo, proporcionando-lhes um amadurecimento político pouco comum na América Latina.

A proximidade com as Antilhas inglesas e irlandesas possibilitou que as elites locais tivessem acesso às idéias políticas e filosóficas da época, aprimorando a sua formação política. Dessa forma, foi inevitável que a Venezuela se convertesse em foco central para o processo de independência na América Latina. Durante o longo processo de independência, os próceres e o Exército venezuelano impuseram sua liderança sobre boa parte da América Hispânica. A Venezuela influenciou, em medida fundamental, a independência do Equador, da Colômbia, do Peru, e do atual território do Panamá, assim como a criação da Bolívia.

A independência da Venezuela foi resultado de um processo dramático. As elites do País quiseram fazer uma revolução ao estilo norte-americano, e provocaram não só uma guerra civil, mas também uma guerra de classes. Durante dez anos o País sofreu uma luta sangrenta, que cortou a vinculação com o seu passado e desarticulou por completo suas estruturas e suas instituições. Da independência surgiu o fenômeno do caudilhismo como realidade política dominante, que equivale aqui no Brasil ao coronelismo.

A história venezuelana no século XIX foi uma sucessão de caudilhos dominando o País com base nas suas alianças com setores do poder estabelecido. Alguns dentre eles foram figuras ilustradas e mantiveram-se acobertados, permitindo o desenvolvimento de um processo democrático que eles garantiam.

O caudilho que dominava a capital Caracas era o “primo inter pares”, ou seja, o primeiro entre seus iguais. Cada região tinha seus próprios caudilhos locais e o poder central era exercido através de uma aliança entre quem exercia o poder na capital e estes últimos. Quando algum caudilho rebelava-se, determinava mudanças na correlação de poder existente.

No final do século XIX, a morte de um desses caudilhos deixou na Presidência da República um indivíduo que não tinha sustentação política real. Tal fato facilitou a tentativa de tomada do poder central por parte de um dos caudilhos locais. Um líder de um dos estados andinos, o Estado Táchira, invadiu Caracas e apoderou-se da Presidência da República. Iniciou-se, assim, o denominado “período dos andinos”, que representa uma etapa de várias décadas em que o poder central foi controlado por políticos provenientes do Estado andino de Táchira.

A figura mais relevante neste período foi o General Juan Vicente Gómez que governou o País entre 1908 e 1935. Durante esse período, Gómez alternou períodos de exercício direto da Presidência, com outros onde colocou na primeira magistratura destacados intelectuais e políticos simpatizantes do regime. Juan Vicente Gómez foi uma figura tirânica na medida em que reprimiu cruelmente toda oposição ao seu mandato. Entretanto, a ele se deve os primeiros avanços para a modernidade em vários aspectos: unificou o País, acabando com o caudilhismo local; criou o primeiro Exército profissional da Venezuela, que consolidou o poder central; criou uma infraestrutura rodoviária que integrou todo o País e saneou as finanças públicas. Ou seja, Gómez assentou as bases para a criação de um Estado moderno e para o surgimento, após sua morte, de uma autêntica democracia.

Ele teve a sorte de, durante o seu governo, ter se iniciado o ciclo petrolífero na história venezuelana. Até então a Venezuela era um país essencialmente agrícola e rural. Com o petróleo, iniciou-se o processo de urbanização e o crescimento acelerado das principais cidades. Ao mesmo tempo, o ciclo petrolífero fortaleceu o Estado e suas instituições, ao dar sustentação às suas bases econômicas.

Com a morte de Gómez, em 1935, seu ministro da defesa, Eliazar López Contreras, herdou o poder. Como era a tradição na época, ele poderia ter permanecido no poder por muitos anos. Porém, López Contreras compreendeu as exigências de uma Nação que passava por um processo de mudanças profundas e limitou seu mandato em cinco anos, abrindo os cárceres e possibilitando que a Venezuela iniciasse um processo democrático.

No término do mandato de López Contreras, foi eleito presidente um dos antigos generais de Gómez, Isaias Medina, que intensificou ainda mais

o processo de reformas. Caso o País tivesse continuado com esse processo de democratização, com abertura progressiva dos canais políticos, dirigida por presidentes bem-intencionados e ilustrados, é bem possível que a história recente venezuelana fosse menos traumática e mais evolutiva.

Em 1928 surgiu uma nova geração de estudantes universitários que se rebelaram contra Gómez e exigiram mudanças políticas. Na época, Gómez encarcerou e mandou para o exílio esses jovens. Com a abertura democrática iniciada por López Contreras, estes jovens lançaram-se novamente na política. Ao assumirem suas posições de maneira radical, provocaram em López Contreras a visão de que eles representavam um obstáculo ao processo gradual de mudanças que ele tentava, o que gerou um conflito entre eles e o presidente. Os membros mais relevantes desta liderança juvenil voltaram para o exílio.

Uma vez no poder, Medina abriu as portas aos exilados e ofereceu a esta nova geração uma maior participação política. Surgiu, porém, uma série de diferenças com respeito ao sucessor do Presidente Medina.

Essas novas gerações, que iniciaram sua ação política em 1928, aglutinaram-se em torno de três partidos: a Ação Democrática, a União Republicana Democrática e o Partido Comunista da Venezuela. Dentre estes, o que tinha maior penetração nacional era a Ação Democrática. Durante o mandato de Medina, surgiu um novo partido formado por um grupo de jovens que se identificavam com a chamada geração de 1936, denominado COPEI.

Em outubro de 1945, poucos meses antes de finalizar seu mandato, Medina foi derrubado. O golpe foi promovido pela coligação entre o partido Ação Democrática e a jovem oficialidade do Exército. Com respeito a estes últimos, é importante comentar que, assim como no mundo político havia uma confrontação entre os “herdeiros” de Gómez e as novas gerações, existia no setor militar um confronto entre os generais que representavam a época de Gómez e os capitães e majores que tinham sido formados pelas melhores academias militares do Continente. Estes últimos não se sentiam representados pela alta oficialidade da época. Dessa forma, surgiu uma aliança natural entre as novas gerações políticas e as novas gerações militares com o objetivo de acabar com o que ainda restava da época de Gómez.

Depois do golpe de 1945 foi formado um governo cívico-militar, presidido pelo político Rómulo Betancourt. Logo após a formação desse governo, surgiram conflitos entre os civis e os militares. O partido Ação Democrática desenvolveu uma ambiciosa política popular, que chocou o espírito conservador dos jovens oficiais. Na busca de uma sustentação real para a democracia, a Ação Democrática procurava suas raízes na população de

baixa renda e nos setores rurais, por meio de múltiplas concessões. Ao mesmo tempo, o seu nacionalismo em matéria de petróleo começou a afetar os interesses das transnacionais petroleiras.

Em dezembro de 1947 foram realizadas eleições gerais mediante voto direto nas quais participaram diversos partidos políticos do País. A Ação Democrática ganhou as eleições com larga margem de votos, chegando à Presidência Rómulo Gallegos, o mais destacado intelectual da época. Os problemas que já vinham existindo entre a Ação Democrática e o setor militar agravaram-se com o caráter rígido e pouco conciliador do novo Presidente, até que em 1948 Rómulo Gallegos foi derrubado por um golpe militar.

A nova junta de governo foi presidida pelo tenente-coronel Carlos Delgado Chalbaud. Ele era um militar sério e moderado. Considerava que o papel dos militares era o de preparar as condições para a volta à democracia, mas dando garantias a um conjunto de interesses que tinham sido afetados pelo governo da Ação Democrática.

Em 1950, pela primeira vez na história da Venezuela, o presidente foi assassinado. Os autores intelectuais desse assassinato nunca foram descobertos. Assumiu, então, o tenente-coronel Marcos Pérez Jimenez, com idéias muito diferentes de seu antecessor. Tinha uma concepção desenvolvimentista e tecnocrática de governo, e acreditava que o papel das Forças Armadas, como instituição, deveria ser o de viabilizar a modernidade do País.

Durante dez anos, as Forças Armadas mantiveram um rígido controle do poder político dentro de um processo indubitavelmente modernizador da infra-estrutura e da economia, mas com pequena participação e benefício dos setores populares. Este foi um sistema clássico de governo autoritário, com a eliminação, a partir de 1952, dos partidos políticos e das atividades partidárias. Isto gerou a participação clandestina de líderes de partidos políticos suspensos e a perseguição deles por parte do governo militar.

As novas elites econômicas, surgidas a partir do processo modernizador da economia, que se iniciou com o ciclo petroleiro, e que se dinamizou com o regime militar, identificaram-se plenamente com o regime, durante grande parte desse período governista. No final da década militar, essas elites econômicas se sentiram ameaçadas pelos novos grupos econômicos que surgiram sob a sombra do regime militar, gerando seu descontentamento. Uma crise econômica no final do período aumentou suas frustrações.

Os setores populares, que tinham sido privilegiados pela Ação Democrática quando estava no governo, e os setores universitários nunca viram com bons olhos os militares. Assim, foi crescendo o sentimento de descon-

tentamento com o regime militar. A Igreja teve papel relevante neste sentido. O regime, porém, parecia sólido em demasia para que uma oposição pudesse ter sucesso.

Em 1 de janeiro de 1958, uma tentativa de derrubar Pérez Jimenez, surgida dentro das próprias Forças Armadas, deixou evidente que havia uma fratura dentro do regime, que até então acreditava-se monolítico. Este fato motivou todos os setores descontentes a se juntarem em um acelerado processo conspiratório. Desse processo participaram todas as forças vivas do País: a Igreja, os setores econômicos e os universitários juntaram-se com os militares descontentes, contando com a ativa participação dos partidos políticos clandestinos.

Em 22 de janeiro, foi realizada uma greve geral que evidenciou a amplitude e a força do movimento conspiratório. As Forças Armadas retiraram o apoio ao Presidente, que se viu obrigado a fugir para o exílio na madrugada de 23 de janeiro de 1958. Uma junta de governo cívico-militar, presidida pelo contra-almirante Wolfgang Larrazábal, instalou-se no poder.

O novo governo era produto de uma coalizão de todos os setores que tinham colaborado no golpe. Assim sendo, era um governo de autêntica convergência nacional. As figuras militares mais chegadas ao ditador foram retiradas, enquanto à instituição militar, em seu conjunto, somaram-se nesse esforço de consenso. Em dezembro de 1958, foram convocadas novas eleições gerais. Antes das eleições, os principais partidos políticos e as principais forças ativas do País chegaram a um acordo para elaborar um conjunto de denominadores comuns para o novo governo. A nova democracia surgia, assim, como resultado de um amplo consenso nacional, no qual existia um conjunto básico de objetivos, ou seja, um Projeto Nacional com conotações políticas, econômicas e sociais.

O fundamento do plano político poderia se encontrar na seguinte frase do ex-presidente Rómulo Betancourt: “O povo em abstrato é simplesmente um artifício que usam os demagogos. Nas modernas sociedades organizadas, o povo são os partidos políticos, os sindicatos, os setores econômicos organizados, as associações profissionais e as universidades”. Em outras palavras, os atores políticos que contavam eram os setores organizados da sociedade. O novo Projeto Nacional visava mantê-los motivados a colaborar entre si e darem apoio ao sistema. Tratava-se de um modelo populista, no qual o Estado assumiu a tarefa de repartir gratificações entre os diversos setores organizados da sociedade, de conformidade com seu nível de influência e poder, para que servissem de base de sustentação ao sistema.

Na área econômica e social, procurou-se incorporar um maior número possível de venezuelanos aos benefícios do trabalho, da educação, da saúde, da habitação e dar acesso à terra própria aos agricultores. Além desses propósitos, o Projeto Nacional definia um modelo de indústria nacional de substituição, capaz de suprir o consumo interno. Com a expansão e o fortalecimento das indústrias de base, ou seja, extratoras e processadoras de matéria-prima, objetivou-se acentuar a capacidade de produção com a geração de divisas. O setor produtivo ficava distribuído em parcelas de responsabilidade pública e privada, cabendo ao Estado a tarefa de ajudar financeiramente o setor privado.

No acordo de cooperação interpartidária ficou estabelecido que os principais partidos políticos com probabilidade de sucesso colaborariam com o novo governo dando apoio ao candidato que fosse eleito para a Presidência.

Em dezembro de 1958 foi eleito o ex-presidente Rómulo Betancourt, representante do partido Ação Democrática. Durante seu mandato foi aprovada a nova Constituição da República que incorporava os objetivos do Projeto Nacional populista. Se tratou da Constituição de 1961. Foi um governo de coalizão no qual os cargos foram repartidos entre os principais partidos políticos do momento: Ação Democrática, União Republicana Democrática e COPEI. O Partido Comunista que não participou do acordo pré-eleitoral ficou ausente desta coalizão governamental.

O Presidente Betancourt não era o mesmo que tinha estado no poder em 1945. A experiência dos anos, os fracassos de seu governo anterior e o longo exílio nos EUA, onde teve múltiplos contatos com a classe política norte-americana, levou o Presidente Betancourt a se tornar um homem moderado. Em 1945 ele tinha atacado frontalmente os principais interesses criados do País, mas agora estava disposto a negociar com eles. Este comportamento provocou reações nos setores radicais do partido Ação Democrática por se sentirem traídos, provocando uma divisão do partido e, posteriormente, a participação desse setor na insurgência armada.

O segundo período de Betancourt na Presidência esteve marcado por ameaças provenientes tanto da direita quanto da esquerda. Pela direita foram promovidos diversos golpes de estado provenientes dos setores militares, até mesmo um atentado contra a vida do Presidente, incentivado pelo ditador Rafael Leonidas Trujillo, da República Dominicana. Na esquerda houve também tentativas de golpes militares e uma forte insurgência armada incentivada por Havana.

A política externa coincidente de Washington e Caracas fez com que Fidel Castro visse o regime venezuelano como um inimigo a ser derrubado. Cuba financiou, durante esse período, uma guerrilha armada que manteve muito atuante o sistema de defesa do governo. Paradoxalmente, foram as ameaças da esquerda as que mais contribuíram para a consolidação institucional do governo. Na medida em que encontraram um objetivo institucional, as Forças Armadas tornaram-se coesas em um apoio majoritário para a preservação da democracia.

Durante este período, Betancourt se converteu no privilegiado interlocutor da política de democratização da região, promovida pelo Presidente Kennedy. Foi instalada a chamada “Doutrina Betancourt” (derivada da “Doutrina Estrada”), princípio pelo qual o governo venezuelano rompia automaticamente suas relações diplomáticas com os países da região que sofressem golpes de estado. Com o passar do tempo, a aplicação dessa doutrina tornou a Venezuela uma ilha isolada no meio de um oceano de ditadura militar.

Em dezembro de 1963 houve eleições presidenciais e foi eleito Raul Leoni, candidato do partido Ação Democrática. O período de Raul Leoni foi uma reprodução do quinquênio anterior, porém com maior tranquilidade. Embora tenham continuado as revoltas da esquerda, não houve tentativas de golpe de estado. A democracia se consolidou. No plano internacional, a invasão a São Domingos, em 1965, pelos EUA, fez com que Leoni buscasse um distanciamento com o governo de Washington e se aproximasse mais da América Latina. Durante esse período a Venezuela se lançou no processo de integração econômica latino-americana.

Nas eleições de dezembro de 1968, foi eleito Rafael Caldera, representante do partido COPEI e, pela primeira vez em dez anos, a Ação Democrática perdeu as eleições. Os movimentos da esquerda encontravam-se controlados, mas ainda existiam. Caldera concedeu anistia aos revoltados, promovendo uma plena pacificação no País.

No plano internacional a “Doutrina Betancourt”, que havia levado a Venezuela a romper relações diplomáticas com a maior parte dos países da região, não foi mais aplicada, e em seu lugar foi adotada a política de “pluralismo ideológico”, pela qual era acordado que a Venezuela não se imiscuiria nas preferências políticas ou ideológicas dos demais governos, mas buscaria a melhor convivência possível. O novo princípio promoveu uma distensão nas relações com Fidel Castro e com os regimes autoritários da região. Ao finalizar esse período, a Venezuela chegou ao ponto máximo de estabilidade política e econômica, com pleno êxito do Projeto Nacional.

A quarta eleição presidencial da era democrática foi realizada em dezembro de 1973. O poder voltou a ser exercido pelo partido Ação Democrática, na pessoa de Carlos Andrés Pérez. Foi um momento decisivo na história da Venezuela. Os preços internacionais do petróleo quadruplicaram, após a guerra do Yom Kipur. A Venezuela encontrou-se inundada de petrodólares. Porém o Presidente, numa decisão que a longo prazo seria fatal para o País, contraiu uma maciça dívida externa.

Objetivando realizar em cinco anos um processo de industrialização em grande escala, a Venezuela se endividou desnecessariamente, num momento em que se encontrava em boa situação financeira. O resultado dessa política econômica foram empresas estatais superdimensionadas e uma gigantesca dívida externa. Também durante este período foi tomada a decisão de nacionalizar as indústrias de petróleo e de ferro, que até aquela época estavam sendo gerenciadas por concessionárias estrangeiras. Durante esses 5 anos o Presidente Pérez tentou fazer da Venezuela a voz mais ressonante do Terceiro Mundo, assumindo compromissos internacionais que não correspondiam com a modesta hierarquia da Venezuela.

Em dezembro de 1978 o Presidente eleito foi novamente um representante do COPEI, Luís Herrera Campins. Com isso ficou consolidado o bipartidarismo na Venezuela, de um lado a Ação Democrática e de outro o COPEI, enquanto que os outros partidos perdiam potencial de governo. Luís Herrera Campins desfrutou do segundo *boom* petrolero, quando os preços mundiais do petróleo dispararam novamente. Ao invés de pagar a dívida contraída pelo seu antecessor em um bom momento, Herrera Campins a aumentou. A justificativa teria sido que os projetos assumidos anteriormente obrigavam-no a continuar solicitando novos empréstimos externos.

No plano internacional, Herrera Campins pôde ser qualificado como neo-betancourtista, uma vez que abandonou a política de pluralismo ideológico, iniciado por Caldera e continuada por Pérez, para apresentar novamente a democracia venezuelana como um modelo antagônico ao comunismo e moralmente superior. Porém, Herrera Campins fez um claro esforço por promover a democratização dos países latino-americanos ainda sob controle militar. O aumento da taxa de juros no mercado internacional presagiavam uma grande crise econômica na Venezuela.

Em dezembro de 1983 a Ação Democrática voltou ao poder através de Jaime Lusinchi. Durante esse período se produziram vários acontecimentos que mostrariam-se fatais para o futuro do País. Em primeiro lugar, a súbita queda do petróleo no mercado internacional, que passou de 40 dólares por barril para apenas 16 dólares. Em segundo, a continuação dos altos juros no

mercado financeiro internacional. A combinação desse dois fatores colocou a Venezuela na eminência de uma crise econômica, que poderia ter sido evitada se se houvesse tomado providências corretas. Entretanto tomaram-se as decisões incorretas. As reservas internacionais foram virtualmente esgotadas por um pagamento irracional da dívida externa. Em 1984 a Venezuela devia 34 mil e setecentos milhões de dólares. Nos 5 anos seguintes pagou 25 bilhões de dólares pelo serviço e pelo capital da dívida externa. Depois de tê-lo feito, no início de 1989, ainda devia 32 bilhões de dólares. Para pagar esses 25 bilhões de dólares, a Venezuela sacrificou grande parte do lucro petrolífero e de suas reservas de divisas.

Entre 1984 e 1988 a Venezuela teve uma balança comercial favorável de 19 bilhões de dólares, mas pagou 25 bilhões de dólares, ou seja, 6 bilhões mais que seu superávit, os quais saíram da queima de suas reservas internacionais. Ao mesmo tempo, em vez de adotar nesse momento as medidas de ajuste estrutural necessárias para adaptar a economia à nova realidade, o Presidente Lusínchi preferiu ignorá-la e permitir ao venezuelano o mesmo nível de vida que tinha na época da bonança petrolífera. O Estado continuou gastando maciçamente, esgotando assim as reservas internacionais que restavam. Isso o converteu em um Presidente extremamente popular, porém a história posterior encarregou-se de cobrar-lhe muito caro esta popularidade temporal.

Em dezembro de 1988, a Ação Democrática ganhou novamente as eleições com Carlos Andrés Pérez, que voltava pela segunda vez à Presidência. Enfrentando a inexistência de reservas internacionais operativas, o Presidente decidiu adotar as medidas de ajuste estruturais recomendadas pelo FMI. Com a falta de moderação que lhe era característica, o Presidente Pérez quis impor, a uma população totalmente desacostumada a sacrifícios, políticas de ajustes radicais. Ao mesmo tempo, nunca se preocupou em esclarecer à opinião pública do País sobre o porquê dos sacrifícios que estava lhes impondo. Mas se preocupava com vender aos investidores estrangeiros as vantagens oferecidas pelo País. Pérez perdeu todo o contato com seu povo. O resultado disso foi um grande levante popular e duas tentativas de golpe de estado.

Para uma população acostumada com a bonança do petróleo, com constantes melhorias no seu nível de vida, ter que enfrentar, de maneira radical, as medidas de ajustes estruturais impostas tinha mesmo que levar a uma profunda ansiedade. Novamente Pérez pecou por excesso. Se essas mesmas medidas tivessem sido suficientemente explicadas e aplicadas com

menos rigor, as mesmas teriam sido aceitas. Mas o despertar violento do sonho populista resultou demasiadamente dramático.

Quando um país convive com altos níveis inflacionários, de 20.000%, e milhares de desaparecidos, como ocorreu na Argentina, por exemplo, está disposto a fazer imensos sacrifícios para resolver seus problemas econômicos e, ao mesmo tempo, saberá fazê-lo democraticamente. Para um país como a Venezuela, que entre 1974 e 1982 recebeu pelo petróleo 200 bilhões de dólares e que não conheceu em tempos recentes os rigores da ditadura, essa terapia de choque provocou um grande trauma na população.

Durante quase três décadas a democracia venezuelana desfrutou de um sólido apoio. Era um pacto populista integrado pelas principais forças partidárias, econômicas, sociais e associativas do País, que atuava como uma malha de sustentação do sistema. Esse pacto funcionava como uma autêntica conjunção de interesses criados, no qual as aspirações de seus diversos integrantes eram satisfeitas graças ao petróleo. Tudo isso contando com um Projeto Nacional de objetivos bem-definidos que dava um claro sentido de rumo ao País. Adicionalmente, o processo político foi simplificando-se através da sustentação de dois grandes partidos, que tornou mais fácil o manejo do cenário político, com uma ampla capacidade de manobra sobre a vida nacional.

Existia uma estrutura simples e centralizada na qual os acordos tomados por um pequeno grupo de “grandes caciques”, ou seja, de grandes coronéis, permitia que as decisões fluíssem com facilidade.

O pacto populista começou a desmoronar, no início de maneira quase imperceptível, desde meados da década de 80. A queda do preço do petróleo e o peso da dívida externa, mantidos sob controle durante alguns anos, através da queima das reservas internacionais, foram eliminando a conjunção de interesses criados da sua fonte fundamental de subsistência: o dinheiro. Ao mesmo tempo, a complexidade da sociedade foi se tornando cada vez mais evidente, na medida em que a ausência de recursos viabilizava a contradição de interesses.

Ao querer transformar as regras do jogo repentinamente, mediante uma terapia de choque, Pérez traumatizou extremamente a sociedade venezuelana. Isso unido ao espetáculo da corrupção, que caracterizou seu governo, constituiu uma mistura explosiva de grandes proporções. O resultado foi o surgimento de uma situação de anarquia no País e, ao mesmo tempo, o surgimento de grandes tensões nas Forças Armadas, quebrando seu espírito de corpo. Diante dos fortes indícios de corrupção, a Procuradoria Geral da República (na Venezuela, Fiscalía Geral da República) solicitou a abertura

de processo judicial contra o Presidente. A Corte Suprema da Justiça reconheceu a existência de elementos suficientes para abrir um processo e o Congresso ordenou a destituição do Presidente quando faltavam oito meses para o término de seu mandato. Para preencher a vaga do cargo presidencial, foi eleito pelo Congresso o Dr. Ramón J. Velásquez, um dos intelectuais mais respeitados do País.

Em dezembro de 1993, o ex-Presidente Rafael Caldera foi eleito novamente Presidente da Venezuela. Desta vez não foi com o apoio do partido COPEI, do qual foi fundador e candidato distinto. Uma coalizão de pequenos e médios partidos, bem como um agrupamento de personalidades públicas de grande prestígio tinham apoiado sua candidatura. Esse movimento foi conhecido como Convergência Nacional.

O atual Presidente guia-se pela premissa de que se a política é a arte do possível, é necessário que se procure o desejável dentro dos limites que impõe a capacidade de tolerância do sistema. Ele entende bem que é necessário atuar com cautela dentro de um jogo permanente de equilíbrio. A ele corresponde a necessidade de conciliar objetivos complexos: promover a integração orgânica da sociedade, mantendo o princípio da autoridade para evitar o colapso das instituições; garantir as poupanças de milhões de venezuelanos, que tinham seu futuro guardado nos bancos e que o Estado se viu na necessidade de interferir sem perder o controle da luta contra a inflação; fazer frente ao gigantesco déficit fiscal, dando resposta, ao mesmo tempo, às pressões sociais existentes; firmar as bases para o saneamento e o reordenamento da economia e, concomitantemente, pacificar e fechar as feridas dentro da instituição militar. Trata-se de uma tarefa bem difícil.

O elemento mais delicado tem sido a crise bancária sofrida pelo País a partir de 1994. A queda da maior instituição financeira, o Banco Latino, gerou um devastador "efeito dominó" que obrigou o governo a ter que comprometer 13% do PIB nacional para socorrer 4 milhões de poupadores.

Felizmente, a Venezuela conta com grandes vantagens que, passado esse período de dificuldade atual, garantem um futuro seguro. Entre elas podemos citar o fato de ter uma das cinco maiores reservas petrolíferas do mundo, com 450 bilhões de reservas provadas e prováveis de petróleo; uma capacidade virtualmente ilimitada de geração de energia elétrica, já instalada ou em potencial; imensas reservas de carvão, uma das maiores reservas minerais do planeta; uma situação geográfica que faz da Venezuela um país atlântico, caribenho, andino e amazônico; é a porta de entrada para a América do Sul. A tudo isso é adicionado um núcleo humano bem-formado, que

em tempos da bonança petroleira teve acesso às melhores universidades do mundo.

A abertura do setor petroleiro ao capital privado oferece oportunidades de gigantescos investimentos nos próximos anos, assim como um poderoso efeito multiplicador suscetível para dinamizar amplos setores da economia nacional. Cinquenta bilhões de dólares em investimentos, na área petroleira, estão previstos para os próximos dez anos. Ao mesmo tempo, as recentes medidas de ajuste econômico, tomadas no momento “politicamente oportuno”, são uma garantia perante os investidores estrangeiros.

O período atual de Caldera pode ser considerado como um momento de fortalecimento institucional e ético, assim como de abertura econômica. Como uma difícil travessia pelo deserto para se encontrar com um futuro cheio de esperanças.

CUBA: A DETERMINAÇÃO POR UM CAMINHO PRÓPRIO

Jorge Lezcano Perez
Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

É uma honra para mim e para o Parlamento cubano poder participar desse exercício de análise e reflexão dos conceitos de democracia e das perspectivas e possibilidades que existem no mundo atual, com as transformações tão extraordinárias que têm ocorrido para os nossos povos e em particular para a América Latina.

É importante analisar o mundo em geral para que se possa não só conhecer, do ponto de vista conceitual e teórico, a formulação legal do que é democracia, mas também senti-la na própria vida, aproveitar e desfrutar de suas vantagens, de suas qualidades, de seus benefícios no dia-a-dia de cada indivíduo e de cada família.

Em primeiro lugar formularia as seguintes questões. Para quem é a democracia? Para quantos são a democracia? De qual democracia falamos? É da democracia que se originou na antiga Grécia ou da democracia que, a partir dessas raízes, tem se transformado no mundo atual?

Prefiro continuar concebendo a democracia como na antiga Grécia, como o poder do povo, para o povo, pelo povo; em que o povo participa de forma ativa nas decisões que têm relação com a sua vida. Se é a essa democracia que estamos nos referindo, creio que em nenhum país do mundo atual temos encontrado, todavia, esse ideal de democracia. É a utopia que todos perseguimos e que, no entanto, ainda não alcançamos. De qual democracia podem desfrutar os analfabetos, os que morrem de fome, os que morrem de enfermidades curáveis?

Cito algumas cifras que foram divulgadas pelos organismos especializados das Nações Unidas quando foi convocada a Cúpula de Copenhague: $\frac{1}{4}$ da população do mundo vive em miséria absoluta; dois bilhões de pessoas não têm acesso à água potável; 700 milhões de seres humanos sofrem de desnutrição; 14 milhões de crianças morrem por ano de enfermidades evitáveis; um bilhão de habitantes do planeta são analfabetos. Eles não sabem ler a Constituição de seus países, nem suas leis, tão pouco escrever o conceito de democracia. O desemprego afeta 800 milhões de uma população economicamente ativa em torno de 2.700 milhões de pessoas; 500 mil mulheres morrem anualmente por motivos relacionados com a maternidade e 300 milhões de mulheres não possuem nenhum meio para evitar a gravidez.

Para esses seres, qual o sentido da democracia? Quais os sistemas, os regimes, dos países que têm encontrado as soluções para estes males tão graves?

Não me refiro à democracia formal, nem à democracia que se exerce hoje nas Nações Unidas. O Conselho de Segurança da ONU está dominado por alguns poucos países que têm o direito ao veto. Eles têm o direito de estar acima da maioria dos países representados na ONU e de não assumir o critério que o resto do mundo pode ter sobre determinado aspecto. Outorgam para si o direito, em nome da democracia e da paz, de utilizar forças militares em vez de empregar o diálogo, de adotar a conversação e a via pacífica.

Em escala global, verificamos que a ONU tem de começar a democratizar-se, porque não goza de um ideal de democracia e isto afeta mais de 150 ou 180 países que formam as Nações Unidas.

Creio estar expressando o pensamento da imensa maioria do meu povo, do Parlamento do meu País, quando afirmo que não pode haver democracia sem justiça social e sem equidade, em um mundo em que alguns têm renda *per capita* de 30 mil dólares e outros de apenas 200 dólares, onde nem todos têm direito ao bem-estar e à vida. Sob estes princípios é que se organiza o sistema político, econômico e social e da democracia no meu País.

Para entender as bases e os fundamentos do projeto político, econômico e social que o povo cubano, de maneira soberana, está levando a cabo, é preciso aprofundar-nos nas raízes históricas que deram origem ao que hoje fazemos em Cuba. Nosso povo tem uma profunda vocação democrática, constituinte e do valor do império do direito da legalidade, como elemento básico da igualdade, da liberdade e da justiça social.

Há mais de 100 anos, quando Cuba era colônia da Espanha, em plena campanha militar para derrotar o Exército espanhol e alcançar a independência, os patriotas cubanos haviam discutido e aprovado democraticamente 4 constituições onde se consagrava a idéia de pátria, de irmandade e justiça que vinculam, indissolivelmente, a independência nacional com a igualdade social e a solidariedade humana.

São por essas razões que, para ser fiel e conseqüente com os próceres da independência cubana, o artigo 1º da atual Constituição cubana, aprovada em referendo público por voto direto e secreto, por mais de 97% de toda a população com idade eleitoral, que em meu País é a partir dos 16 anos, é estabelecido o seguinte: "Cuba é um Estado socialista de trabalhadores, independente e soberano, organizado com todos e para o bem de todos, como República unitária e democrática, para o desfrute da liberdade política, da justiça social e bem-estar individual e coletivo e da solidariedade

humana”. Sinto-me obrigado a citar, também, para que melhor se compreenda as particularidades do processo democrático cubano, o apóstolo de nossa independência, José Martí, profundo visionário que soube interpretar as realidades políticas, econômicas e sociais de seu tempo e lançá-las ao mundo como um desafio de vidência extraordinária não só em Cuba, mas em todos os povos da América, essa pátria, nossa América, que ele concebeu como uma só, como havia sonhado antes Simón Bolívar e outros próceres independentistas latino-americanos.

Cito agora Martí: “... O bom governante da América não é aquele que sabe como governa o alemão ou o francês, é sim aquele que sabe com que elementos é construído o seu país, e como ir guiando-os em conjunto para chegar por métodos e instituições nascidas dentro do próprio país àquele estado apetecível, onde cada homem se conhece, exerce e desfruta da abundância que a natureza pôs à disposição de todos os povos que fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas. O governo tem de nascer do país. O espírito do governo tem que ser o do país. A forma de governo tem que vir da constituição própria do país”¹, e também: “Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Não nos é mais necessária. Os políticos nacionais irão sobrepujar os políticos exóticos. Inserta-se em nossa República no mundo, mas o tronco há de ser o da nossa República”². Este pensamento de Martí está plenamente vigente hoje no sistema político, econômico e social. Os pensamentos de Martí guiam nosso projeto como um fio condutor; pensamentos profundamente autônomos que levam em conta as nossas raízes históricas, que nasceram de nossas próprias concepções, de nossas realidades, de nossas necessidades. Tomam como pressuposto o que é considerado universal no mundo em matéria de organização política, econômica e social, de justiça, de equidade, porém se transforma e se aplica de acordo com a realidade cubana.

Por este processo, nosso projeto se diferencia tanto de outros projetos, os quais respeitamos profundamente. Respeitamos as idéias alheias que têm concepções diferentes das nossas, mas pedimos também respeito para com as nossas idéias. Não queremos que as respaldem, que as compartilhem, mas que entendam e que compreendam que fazem parte de um exercício totalmente soberano, que tem raízes profundas, que não nasceram no Estado

¹ Martí, José. *Nuestra América. Textos Martianos*. Edición Crítica, Editora Política, 1995, pp 4 -5.

² *Idem, ibidem*, p. 6.

Soviético, e sim na “manigua” cubana há 127 anos e depois foram enriquecidas com o pensamento universal do marxismo, do leninismo, de cujas concepções não nos afastamos nem nos arrependemos. Isso digo com toda franqueza, com toda sinceridade. Tratamos de transformá-lo com as nossas particularidades, com as nossas especificidades e evitamos todo tipo de dogmas. Mas os dogmas não só se encontram na esquerda. Os dogmas não só se encontram na interpretação do marxismo. Eles se encontram também na direita, nas concepções de direita, de uma extrema-direita, que nega todo tipo de sistema que não seja igual ao seu; todo tipo de concepção democrática que não seja a sua, enfatizando-a como a melhor do mundo, sobretudo nos tomando como referência.

Vocês podem nos compreender. O vizinho de terras tão próximas, tão poderoso, leva tantos anos tentando destruir nossa Revolução e derrotar nosso projeto social, impondo-nos seu próprio projeto de democracia. Como exemplo de unidade nacional, em todo momento de sua história, nosso País nunca deixou de estar espreitado pelo império norte-americano, que sempre quis anexar Cuba aos Estados Unidos.

O que é para os Estados Unidos a democracia? Um esquema que nem sequer o cumpre. Para os Estados Unidos, democracia é pluripartidarismo. Pluripartidarismo de dois, porque sequer admitem três partidos. Para os Estados Unidos democracia é propriedade privada em todos os setores do capitalismo. É uma forma de entender os direitos humanos à sua própria maneira. É uma forma de eleger seus dirigentes. Isso é democracia para os Estados Unidos, e é esse esquema que procuram impor no mundo atual e principalmente em Cuba por estar tão perto. Para nós democracia é muito mais do que isso, sem haver ainda alcançado o ideal e estando em constante aperfeiçoamento o nosso sistema. É um conceito de real participação do povo. Em que o povo não tem só o direito de eleger os seus dirigentes, mas de controlá-los. A cada seis meses, em meu País, os deputados com cargos eletivos têm de se reunir com seus eleitores e prestar-lhes conta.

Nesse momento apresento, de maneira prática, como está organizado o modelo e a democracia de participação social em Cuba. Em primeiro lugar, como se organizam as instituições do Estado e de que maneira o povo nelas participa.

Começemos pelo Parlamento. E por que pelo Parlamento? Porque em nossa Constituição o Parlamento é o órgão supremo do Estado que expressa e representa direta e indiretamente a vontade do povo. Nosso Parlamento é o único órgão constituinte do País; é o único órgão que aprova as leis, que

elege e designa os ministros, aprova o orçamento do Estado, aprova as políticas interna e externa, aprova os fiscais gerais e os juizes do Tribunal Supremo Popular, elege o Conselho de Estado e o Presidente do Conselho de Estado e, portanto, elege o Presidente do País. O Presidente do Conselho de Estado é o Presidente do País. Assim sendo, o Presidente é eleito de maneira indireta, como em muitos outros países, como os Estados Unidos por exemplo, que é o “campeão” da democracia.

A nosso juízo, o nosso projeto é muito mais democrático do que o dos norte-americanos pela forma como elegemos nossos deputados. Os deputados do meu País se elegem por proporção de 1 para 20 mil habitantes ou fração maior do que 10 mil. Isto dá uma cifra de 589 deputados que integram o Parlamento, que é unicameral. Os deputados são eleitos por 5 anos e por voto direto e secreto. Portanto, para ser Presidente em meu País tem que se submeter a dois processos eleitorais. Primeiro, como o exemplo do Presidente Fidel Castro Ruz, tem que ser eleito deputado por voto direto e secreto e, segundo, ser eleito pelos 589 deputados por voto direto e secreto. Outros processos são democráticos, mas esse nosso processo é profundamente democrático.

Em meu País existe um só partido. No mundo existem diferentes interpretações que não concebem a existência de um só partido em nosso País como sinônimo de democracia. A existência de um só partido em Cuba não é porque esteja escrito no marxismo, no leninismo ou porque desta forma estava organizada a União Soviética e se copiou desse sistema, mas porque faz parte, como o atual processo no seu conjunto, de um processo arraigado profundamente na história.

Quando Martí organizou a independência de Cuba, organizou um só partido, embora existissem mais correntes políticas na época, como os anexionistas e os reformistas. É nesse tronco que nós encontramos a filosofia da importância para Cuba do unipartidarismo.

O meu País conheceu também o pluripartidarismo. Por 60 anos Cuba teve um sistema de vários partidos, que trouxe como conseqüência ditaduras militares terríveis por 3 ou 4 períodos. Este sistema não as impediu, e em muitos casos as favoreceu. A existência de vários partidos não foi sinônimo de soberania e defesa da integridade nacional. Cuba, em um sistema de vários partidos, era governada a partir da embaixada norte-americana. Esta realidade histórica é reconhecida pelos próprios Estados Unidos. A existência de vários partidos não acabou com o desemprego, com a miséria, com a fome, com a insalubridade, com o analfabetismo. Essa é a realidade.

O povo cubano sabe o que é o sistema pluripartidário. Conscientemente em Cuba só há uma organização política partidária. Ela tem garantido que o partido não seja apenas um partido eleitoral, mas desempenhe uma função de direção política, econômica e social que não administra, que não governa, que não interfere nessas funções, porém, é responsável pela vida cotidiana da população. Por isso, o partido cubano não postula nenhum candidato. É o povo diretamente, no nível da comunidade, que elege os delegados das assembléias municipais, que nomeia e propõe seus candidatos. São sempre mais de dois, e até oito, para que o povo possa escolher. E quando se trata de deputados, as candidaturas correspondem às das organizações sociais, às da sociedade civil, que tanta importância e reconhecimento tem no mundo de hoje. Nomeia-se uma comissão que é presidida pelos dirigentes sindicais, já que a organização operária é a mais importante do País, mas está integrada também por dirigentes, estudantes do ensino médio, jovens de 13 a 15 anos, pela organização dos estudantes universitários, pela organização das mulheres, pela organização dos camponeses e pela organização dos Comitês de Defesa da Revolução, que são as organizações majoritárias no País. Nelas militam 8 milhões de pessoas. Essas organizações se encarregam de fazer propostas, não ao povo, mas aos delegados das assembléias municipais, pois estes são os únicos que podem propor candidatos.

Os delegados das assembléias municipais são propostos pelo povo e depois eleitos diretamente por voto secreto da população. Este é um sistema diferente dos outros, contudo caracterizado por uma participação da população de maneira muito simples. É dessa maneira que se elegem os delegados, os deputados e o Presidente.

O Parlamento cubano tem, no mínimo, 2 deputados por município. O País está dividido em 14 províncias que é o equivalente aos Estados brasileiros. Há grandes diferenças no número de habitantes e extensão territorial. O número de municípios é de 169. Cada um dos 169 municípios elege no mínimo 2 deputados por 20.000 habitantes. Tem município que em razão do número de habitantes pode eleger 8, 9 ou até 10 deputados. Cinquenta por cento dos deputados cubanos por lei têm de ser eleitos antes como delegado a nível de circunscrição, nomeados e eleitos diretamente pelo povo. Assim, se garante que no Parlamento cubano estejam os trabalhadores mais humildes, os estudantes de menor idade ou qualquer outra pessoa que pertença à toda camada social.

O Parlamento cubano centra seus objetivos fundamentais, nestes momentos, na aplicação de medidas que possam permitir ao País sair da crise

econômica. Internamente está prevista a aprovação de leis necessárias às transformações econômicas que permitam melhorar a situação financeira do País, e que isso seja possível, efetivamente, por via legal.

Isso se dá num sistema concreto de participação das massas na solução de seus problemas, num sistema coerente e integral de participação na estrutura através da Assembléia Nacional com seus deputados, de Assembléias Provinciais do Poder Popular com 1.190 delegados e das Assembléias Municipais integradas por 14.229 delegados. Esse conjunto, de todos os representantes do povo, participa de maneira direta na análise e discussão dos problemas da população. É um sistema que se complementa com a participação da população organizada através de suas instituições. Em meu País todo o povo está organizado, as crianças numa organização de pioneiros, os trabalhadores, as mulheres, os camponeses, os intelectuais, as donas-de-casa, os bairros. A Constituição prevê, reconhece e apóia o papel dessas organizações e da sociedade civil, e elas têm o direito legislativo, ou seja, podem propor leis como qualquer deputado. Não só deputados podem propor leis, mas os ministérios na área de sua competência, e diretamente a população mediante a assinatura de 10.000 cidadãos. Esse sistema integral de participação proporciona uma coerência e unidade muito ampla, em todos os aspectos da vida política, econômica e social do País.

Em geral ouve-se falar da crise econômica, dos problemas, das dificuldades pelas quais está passando a população cubana, porém nem sempre se tem a clareza ou faltam informações necessárias ao tremendo desafio que enfrentamos e necessidades pelas quais passamos.

Com o desaparecimento dos governos socialistas da Europa do Leste e a desintegração da URSS, perdemos 85% dos nossos principais mercados comerciais. Da noite para o dia Cuba se viu privada em 70% de todas as suas importações. Imaginem que no Brasil vocês amanheçam sem 70% do que importam e dos dólares provenientes de suas exportações. O abastecimento de combustível diminuiu em 55%. Além disso, aos bancos ou instituições financeiras internacionais está proibido emprestar-nos um só centavo de dólar. Outro fator é o bloqueio feroz, econômico e comercial, que o governo norte-americano impôs quando caiu o socialismo na Europa Central e na URSS. Isto tem provocado um dano econômico ao País de 45 bilhões de dólares.

Só o fato de perder 45 bilhões de dólares não é fácil para a economia de um país. Por isso é que o PIB durante 4 anos caiu em 34%. Ficamos sem energia elétrica, com cortes constantes; desceu o nível global de produção.

Por falta de garantias e segurança, caiu a produção de alimentos, a produção de açúcar, paralisaram-se ou semiparalisaram-se as indústrias, que sem matérias-primas não podiam ofertar nenhum produto para poder usar a moeda e, portanto, desmotivou por completo a produção. A produtividade caiu e se quebrou o ritmo de trabalho em Cuba.

Os cubanos, para viver com um mínimo de dignidade, para se alimentarem, receberam uma cesta básica de produtos alimentícios totalmente subvencionada pelo governo. Para ter direito a essa cesta básica subvencionada, as pessoas não necessitavam trabalhar. Então criou-se um círculo vicioso que, por sua vez, gerou uma situação econômica desastrosa. Que país em condições similares à nossa teria resistido os 5 anos como temos feito?

Após os fatos ocorridos na Europa do Leste, os Estados Unidos nos deram 6 semanas para que a teoria do dominó chegasse a Cuba e o governo fosse derrubado. Após esse prazo, nos deram 6 meses. Já estamos no sexto ano! A que se atribui esse fenômeno de resistência? Cuba é um país tão pequeno, sem recursos energéticos próprios, sequer dispõe de recursos hidráulicos, mas possui outros grandes recursos. Creio que esta é uma pergunta interessante. Uma reflexão. Ao falar de democracia não me afasto do tema em análise. Para todos os setores religiosos, que respeitamos tanto, e com os quais o governo cubano e o Parlamento mantêm uma relação extraordinariamente boa, ocorreu um milagre. Para nós, esse “milagre” se deve a 3 fatores. O primeiro é a característica do povo. Temos um povo muito unido, educado, com consciência política e uma educação política extraordinária, vocação de independência, de patriotismo e acostumado ao sacrifício. O outro, sem dúvida, reside no sistema, nos benefícios do sistema. Se nosso povo, em meio a essas circunstâncias tão adversas, não se sentisse respaldado, amparado e comprometido com o sistema, já há muito tempo a Revolução cubana teria sido derrotada. Sem a menor sombra de dúvida, se não houvesse uma unidade monolítica do povo, da imensa maioria da população, uma forte identificação do povo com a Direção, não haveríamos resistido, porque o povo percebeu que o governo não o desprotegeu. Nessas circunstâncias tão adversas não se fechou uma só escola. Nenhuma criança ficou sem professor. Não se fechou um só hospital. Ninguém ficou sem assistência médica. Muitas vezes nos aconselharam a trocar o sistema social do País, para fazer o mesmo que fizeram na Rússia e em outros países, e aproveitarmos das benéncias do sistema democrático capitalista. As pressões eram fortes. Foram dadas as mesmas receitas do FMI e do Banco Mundial. Po-

rém, Cuba continuou mantendo seu sistema gratuito de saúde e de educação para todos. Nessas circunstâncias não só mantivemos os sistemas gratuitos como prosseguimos aperfeiçoando-os.

Cuba tem hoje um médico por 194 habitantes. Os Estados Unidos têm um médico por 480 habitantes. No mundo subdesenvolvido, em seu conjunto, há um médico por 5 ou 6 mil habitantes. A taxa anual de mortalidade infantil de menores de um ano, que é reconhecida internacionalmente como a taxa que demonstra os benefícios do sistema, a capacidade econômica e o desenvolvimento, é de menos de 10 falecidos por mil nascidos vivos em Cuba. Na América Latina essa taxa é de 52 por mil. Nos Estados Unidos essa taxa é igual à de Cuba, apesar de todo seu poderio, não podem contar vantagem. Temos a taxa de professores por habitantes mais alta do mundo, ou seja, um professor por 45 habitantes ou 13 estudantes. Cuba tem aproximadamente 2% da população da América Latina, e, apesar da baixa população, temos 9 % de todos os pesquisadores do Continente.

Muitas de nossas fábricas paralisaram ou semi-paralisaram temporariamente, mas ninguém foi despedido. Os que tiveram que paralisar, porque não havia trabalho, receberam um subsídio de 60% de seus salários, o suficiente para adquirir seus alimentos e pagar o aluguel de suas casas. Em Cuba, graças às leis que aprovamos após o triunfo da Revolução, a maioria do povo é dono de sua habitação, e os que não o são pagam somente 8 ou 10% de seu salário pelo aluguel de uma casa digna e confortável. Os aposentados, que são mais de um milhão, não deixaram de receber uma vez sequer as suas pensões. Isso é que explica o “milagre” da resistência de Cuba diante de condições tão adversas.

Em momentos de crises econômicas com as finanças internas desequilibradas, o País tinha que adotar medidas como as que foram adotadas em outros países, para equilibrar o déficit orçamentário e incrementar a produção.

É divulgado pela imprensa internacional, todos os dias, o que se passa na América Latina e como são resolvidos os problemas que temos em Cuba. Teríamos de equilibrar as finanças para cobrir o déficit orçamentário de 5 bilhões de dólares. Havia a necessidade de reajustar preços de alguns serviços prestados à população, que estavam defasados ou eram gratuitos, e redefinir impostos. É prática comum nos dias de hoje na América Latina que pacotes de medidas como estas sejam tomadas por Conselhos de Ministros ou pelo Presidente e o Ministro da Economia, sem a participação do Parlamento ou do povo, como em alguns países que conheço, alguns com fronteiras com o Brasil, e por ética não os menciono. Em Cuba tínhamos o po-

der para proceder da mesma forma, pois o Parlamento tem competência para tal, mas não o fizemos. Os deputados, os dirigentes sindicais, estudantes e camponeses, todos eles, foram falar com o povo. Esse processo durou meses. O governo resistia à crise sofrendo a pressão internacional para resolvê-la. Nesse processo participaram a Assembléia, os trabalhadores, os estudantes, os camponeses, três milhões de pessoas, todos juntos deram sua contribuição, cada um à sua maneira, para resolver os problemas nacionais. Imaginem 3 milhões de pessoas opinando sobre as finanças do País, seus problemas e como resolvê-los! Depois desse processo, o Parlamento tinha todos os elementos: os sugeridos pela população, os fornecidos pelo governo e os dos deputados. Só então passou a adotar as medidas que julgava necessárias. O Parlamento não adotou um pacote específico de medidas. Traçou uma política para o governo e determinou parâmetros de aplicação dessas medidas visando melhorar as finanças internas e enfrentar os problemas econômicos. Após aprovadas, não foram aplicadas imediatamente, mas só após uma explicação ao povo do que seria implementado.

O povo não aplaudiu as medidas. Que povo irá aplaudir o que afeta as suas finanças pessoais? Porém o povo entendeu, compreendeu e respaldou as medidas apesar de ser prejudicado, porque sentiu-se partícipe das decisões, e pôde emitir suas opiniões antes que fossem implantadas as medidas, e uma boa parte dessas foram as propostas pelo povo. As outras, com as quais o povo não concordou e os deputados tão pouco, não foram tomadas. Por exemplo, a criação de imposto direto sobre os salários para melhorar as finanças internas e arrecadar os recursos necessários.

A consequência disso é que, em 1995, o déficit orçamentário foi somente de 600 milhões de pesos contra 5 bilhões, anteriores. No ano de 1994 iniciou-se a recuperação, muito modestamente, de 0,7%. Não foi um crescimento. Tecnicamente não se considera como crescimento. Em 1995, começamos a melhorar a economia do País, e o índice de crescimento ficou em torno de 2,5%. Excluindo a produção açucareira, que decresceu, o índice deve chegar a 7%. Setores importantes, como o turismo, crescem em torno de 17%. Produções muito importantes como o níquel – Cuba é a terceira reserva de níquel do planeta – cresceu 74%. A produção de tabaco cresceu 60% e a de alimentos 13%.

Isso não quer dizer que nossos problemas estejam resolvidos; eles durarão alguns anos. São enormes os problemas econômicos que estamos enfrentando. Porém, não quer dizer que nosso sistema, nosso povo, não tem

sido capaz de recuperar-se em situações tão adversas e seguir adiante. Quantas medidas internas tomamos que não eram concebidas em nossas apreciações e concepções anteriores! Foi legalizada a posse de moeda estrangeira para a população. Antes era proibido por lei a posse de divisas estrangeiras. Hoje é permitida.

Organizamos o mercado de livre concorrência de produtos alimentícios, de produção artesanal e industrial em que o preço é fixado pela oferta e demanda. Esse mercado, em um ano, vendeu um bilhão de pesos, equivalentes a dólares, com o qual se tem beneficiado a produção de alimentos, motivado e incentivado a produção agropecuária. Estendemos ao sistema privado 150 diferentes tipos de ofícios, trabalho que se pode fazer por conta própria, incluindo pequenos restaurantes organizados por famílias.

Tomamos uma medida radical na transferência da terra. Em Cuba existia uma pequena parcela de propriedade da terra que era privada e outra estatal. A Revolução cubana entregou a propriedade da terra aos camponeses que não eram donos, mas arrendatários ou meeiros. A Revolução deu título de posse a mais de 100 mil famílias camponesas. Mas a imensa maioria de terra era estatal e estava distribuída entre grandes empresas estatais, que quando tinham recursos suficientes se justificavam pelo uso de tecnologia de ponta. Porém, nas condições econômicas atuais, não era mais aconselhável mantê-las e, portanto, a maioria das terras estatais para produzir cana-de-açúcar, outros produtos agrícolas e criar gado foram passadas às mãos dos trabalhadores em forma de cooperativas. Vendemo-lhes os equipamentos agrícolas, os instrumentos de lavoura e as instalações. Entregamo-lhes as terras sem vendê-las. Não se vende terra em Cuba, é patrimônio nacional. As cooperativas são donas dos equipamentos e das instalações e, por consequência, dos produtos provenientes de seu trabalho. Os produtos da lavoura são distribuídos entre elas. Hoje os que melhor vivem porque têm divisas são os agricultores. São eles que trabalham a terra e produzem alimentos para a população. Aproximadamente 3 milhões de hectares de terras foram passados às mãos de cooperativas de trabalhadores. Existem quatro formas de propriedade da terra em Cuba: 1- a propriedade privada do camponês que obteve sua terra; 2- a propriedade cooperativada de terras, que reúne os camponeses proprietários, por vontade própria. Não fizemos como na URSS, que coletivizou a terra forçosamente. Em Cuba, os camponeses que desejam obter maior rendimento e usar melhor a tecnologia, associam-se com sua terra às cooperativas; 3- as cooperativas de terras que entregamos aos trabalhadores; 4- as terras de propriedade estatal, que, acima de

tudo, estão dedicadas à pesquisa, aos centros voltados à investigação. Elas são patrimônio de toda a sociedade, pois é através delas que se transmitem os benefícios a todos os produtores. Na prática, têm-se efetuado uma terceira reforma agrária em meu País. Esse é um dos fatores que favorece o crescimento da economia, com a participação da população.

O Parlamento acaba de aprovar uma lei de investimentos estrangeiros, moderna e atualizada. Analisamos a experiência da China, do Vietnã, do México, do Brasil, da Argentina, enfim, a experiência de muitos países e as aplicamos adaptadas às condições concretas. Fizemos uma lei para investimentos. Isto mostra a medida de como a abertura interna que estamos fazendo mais a abertura externa nos permite incorporar-nos ao mundo de hoje, sem ceder os nossos princípios de organização social, política e econômica.

Alguns dos nossos sonhos, alguns projetos de socialismo mais avançados tivemos que retardar, mas não os renunciamos. Retomaremos no momento em que o País esteja em melhores condições, sem querer dizer que essas medidas serão mudadas amanhã, pois são irreversíveis. Temo-las feito no contexto do mundo atual, e sabemos que estamos enfrentando um desafio muito difícil, achar um caminho próprio no mundo monopolizado, no mundo globalizado de hoje. O que pedimos? Que nos permitam, ao povo coletivamente, sonhar dessa maneira. Que nos deixem tranqüilos. Que deixem o povo decidir que tipo de democracia quer e não o tipo de democracia que querem os Estados Unidos. E é só o que pedimos.

A solidariedade é o terceiro elemento pelo qual Cuba resistiu tanto nesses 5 anos. A solidariedade dos povos da América Latina, como a que nos tem dado o povo do Brasil, e que tanto agradecemos. Atualmente 116 Nações na ONU manifestaram-se para que os Estados Unidos levantem o bloqueio. Aproveito esta oportunidade para transmitir, através de vocês, aos estudantes, aos professores e ao povo de todo o Brasil, o agradecimento da solidariedade permanente. Esse apoio, esse sustentáculo moral que nos dão, faz-nos convencer, cada dia mais, que estamos no caminho correto. Caminho, todavia, cheio de sacrifícios, de esforços, de dificuldades, porém um caminho digno que vale a pena percorrer.

Com a queda da ideologia nos países da Europa do Leste, a desintegração da União Soviética e a derrubada do Muro de Berlin, muitos pensam que se enterraram os sonhos socialistas. Isto não é verdade. Qual vai ser o regime mais democrático do futuro? Ele está por vir, mas isto poucos citam quando falam sobre a derrocada final da história do socialismo.

Nesse mundo de 5 a 6 bilhões de habitantes, cerca de 1 bilhão e 400 milhões têm um projeto diferente do capitalismo. China, Vietnã, Coréia, Cuba têm um projeto distinto; vivem esse projeto, adaptando-se às novas condições do mundo de hoje. Quem pode afirmar, como disse no início, que em seu país existe um regime que é democrático e tão perfeito que pode ser o *plus ultra* da democracia e que chegou ao final? Isso ninguém pode afirmar, com tanta fome, com tanta miséria, aumentando cada vez mais a distância entre pobres e ricos, na medida em que cresce a macroeconomia. Com a macroeconomia não se alimentam e não se vestem nem pobres nem ricos. Logo, esse regime de democracia perfeita é um sonho utópico que todos aspiramos, e que ainda não conseguimos alcançar.

O nosso sistema não é perfeito, e sabemos disso. E como sabemos, temos vontade suficiente para fazê-lo melhor, e porque o desejamos melhor, estamos transformando-o, aperfeiçoando-o. Mas como nos ensinou Martí, com o sentido universal do que ocorre no mundo, porém com o tronco cubano, latino-americano, que é o que mais nos convém.

DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EQUIDADE SOCIAL

Heraldo Muñoz¹
Embaixador da República do Chile no Brasil

Em tempos recentes o Chile tem aparecido nos meios de comunicação e na opinião pública internacional como uma espécie de país modelo de recuperação e consolidação democrática. Ironicamente, em outros momentos, e devido a fatos isolados, o Chile tem sido apresentado como um país com uma institucionalidade democrática frágil e, mais ainda, afetado por um problema de convivência entre o governo civil e as Forças Armadas que coloca um sinal de interrogação sobre o futuro da democracia no País.

Para compreender o que passa no Chile, atualmente, é necessário conhecer o processo histórico de evolução da democracia e, além disso, entender que o País tem experimentado nos últimos anos três processos diferentes de transição que se sobrepõem, coexistem e se potencializam mutuamente.

Primeiro, uma transição no sistema internacional cujas características principais são bem conhecidas: o fim da União Soviética e o colapso do socialismo real, a globalização da economia e a ampliação dos espaços econômicos, o aprofundamento da interdependência tecnológica, o reaparecimento de antigas rivalidades étnicas, religiosas e nacionalistas e o surgimento de novas formas de instabilidade.

Com as contradições do mundo pós-guerra fria, pode-se afirmar que nos últimos anos o mundo tem experimentado uma transição global marcada de maneira significativa pelo triunfo do ideal democrático e pela ascensão do liberalismo econômico. Isto tem sido visto desde o colapso do *apartheid* e do triunfo da democracia na África do Sul, ou dos movimentos inéditos em favor da abertura democrática em países como a China e a Tailândia, até a recuperação democrática em países como a Polônia, o Haiti ou o Paraguai. Como sustentou o cientista político francês Robert Bonnaud, a primeira parte do século XX esteve marcada pela noção de “igualdade” e justiça, enquanto que o século termina sob o signo da ascensão da liberdade e da democracia.

¹ Este artigo expressa opiniões pessoais, que não necessariamente refletem os pontos de vista do governo do Chile.

Esta transição mundial tem afetado positivamente a reconstrução democrática no Chile, pois tem limitado as tensões ideológico-políticas características da confrontação Leste-Oeste; colocou o País frente a desafios externos que demandam “posições de Estado” mais que posturas de “governo”; criou um “ambiente” externo² propício à busca de acordos mediante o diálogo democrático; e, por último, o estreitamento das opções econômicas pelas mudanças da economia mundial e pelo fracasso do modelo de economia planejada tem dissipado os temores de atores internos sobre o futuro e facilitado as políticas de busca de consensos.

Segundo, o Chile ainda vive uma transição à plena democracia propriamente dita. Isto é, ainda existem desafios para completar o processo de transição do autoritarismo à democracia.

Terceiro, o Chile experimenta, por último, uma transição à um novo tipo de regime democrático. Isto é, no Chile estão sendo discutidas intensamente diversas modificações estruturais no sistema político, nas estruturas e instituições democráticas fundamentais, referidas, por exemplo, as vantagens do parlamentarismo *versus* presidencialismo; governabilidade; modernização do Estado e ética pública (corrupção); reforma do poder judicial; sistema eleitoral, etc.

Este processo é intenso no Chile, não somente pela experiência traumática da ditadura que obriga a reconsiderar o papel de estruturas, instituições e funções que pudessem haver colaborado para o colapso da democracia, senão que também pela nova liderança política no Chile, onde se destaca a forte presença de intelectuais e acadêmicos que têm talvez uma maior sensibilidade do que os “políticos tradicionais” aos fatores estratégicos que incidem no dia-a-dia democrático do País. Concentrarei esta análise na segunda das transições, a transição do autoritarismo à democracia, mas farei referências *en passant* às outras transições. Antes, todavia, é vital contar com uma breve sinopse histórica para melhor entender a quebra e o posterior ressurgimento da democracia no Chile.

A democracia no Chile não é um fenômeno novo. De fato, o Chile manteve até 1973 uma das democracias mais sólidas, estáveis e antigas do

² O ambiente externo favorável à democracia inclui encontros nas instâncias de concentração internacional, como o Grupo do Rio que se baseia na associação de Estados democráticos. E a Organização dos Estados Americanos tem criado instrumentos para fortalecer e defender os regimes democráticos.

Hemisfério Sul e do mundo. Um estudo sobre democracias, que considera vários indicadores, determinou que na década de 60 o Chile figurava em uma melhor posição do que democracias desenvolvidas como, por exemplo, os Estados Unidos.

No plano constitucional, a Constituição chilena de 1925 era um catálogo de direitos mais completo que o *Bill of Rights* dos Estados Unidos, pois, em adição aos direitos políticos e civis, proclamava diversos direitos econômicos e sociais inspirados nos Estados de bem-estar europeus e na doutrina católica relativa à justiça social e aos direitos trabalhistas.

Embora alguns direitos consagrados na Constituição de 1925 nem sempre chegavam a materializar-se plenamente, o Chile exibiu durante a maior parte do presente século uma tradição de abertura e pluralismo mais ampla que em outras democracias ocidentais. Assim, já em 1922 o Chile contava com um Partido Comunista e dez anos mais tarde com um forte Partido Socialista. Completando o arco político, existiam partidos conservadores, liberais e radicais (social-democratas de centro). Em 1938 o Chile foi o único país, além da Espanha e da França, a ser governado por uma coalizão de “frente popular” (uma aliança de comunistas, socialistas e social-democratas).

É conveniente notar que o pluralismo democrático e o forte desenvolvimento da cultura política chilena contrastava com uma economia subdesenvolvida, com uma classe média em expansão, e com uma classe trabalhadora ativa em suas reivindicações, o que, conseqüentemente, colocava um desafio difícil para obter consensos em matéria social.

Este mesmo desenvolvimento da cultura democrática chilena levou à progressiva conformação de um cenário político dominado por três blocos de comparável força eleitoral: direita, centro e esquerda.

Assim, em 1958 o candidato da direita, Jorge Alessandri, triunfou nas eleições presidenciais, derrotando por uma maioria relativa os candidatos da Democracia Cristã (Eduardo Frei M.) e da esquerda (Salvador Allende). Em 1964 foi a vez do centro político, o qual obteve uma vitória por maioria absoluta com o apoio da direita, na pessoa de Eduardo Frei Montalva. Em setembro de 1970, em uma corrida presidencial com três candidatos, Salvador Allende foi eleito presidente por uma maioria relativa, em representação de uma coalizão de partidos de esquerda, constituindo-se assim no primeiro socialista a chegar ao poder pacificamente, pela via do voto, derrotando os candidatos dos restantes dois terços políticos: Jorge Alessandri (direita) e Radomiro Tomić (centro, Democracia Cristã).

A vitória de Salvador Allende provocou surpresa e deu origem a manobras de alguns setores políticos internos e do governo dos Estados Unidos, através da CIA, para impedir que Allende assumisse a Presidência do Chile. Tais manobras incluíram a tentativa de seqüestro e posterior assassinato do comandante-em-chefe do Exército, René Schneider, orientado para provocar uma reação das Forças Armadas contra a ratificação de Allende por parte do Congresso chileno. Não obstante, em novembro de 1970 a eleição de Allende foi ratificada pelo Congresso com os votos dos parlamentares do centro e da esquerda, sobre a base de um acordo de garantias constitucionais. Cabe mencionar que pouco antes da eleição de Allende, os setores políticos chilenos haviam rechaçado a idéia de votar uma emenda constitucional que requereria um segundo turno na eleição do Presidente do Chile se nenhum dos candidatos obtivesse a maioria absoluta. Percebe-se claramente que o sistema político chileno não previa mecanismos para forçar a conformação de coalizões majoritárias de governo. De igual maneira, o sistema partidário tripolar chileno era tão abrangente que pouco espaço deixava para o desenvolvimento da sociedade civil. De fato, devido a essa forte presença da estrutura político-partidária na organização da sociedade civil, percebia-se uma clara “partidização” e carência de autonomia dos movimentos sociais. A contraparte lógica desta situação era que no Chile, diferentemente de outros países, incluindo o Brasil, o Estado aparecia como o referente único e privilegiado de toda a ação coletiva³.

Durante o governo da coalizão “Unidade Popular” do Presidente Allende, as características mencionadas do sistema político chileno se exacerbaram. O governo de Allende nacionalizou o cobre, acelerou a reforma agrária, passou ao controle estatal numerosas empresas e bancos, e implementou diversas medidas tendentes a redistribuir a riqueza. Por sua parte, a oposição enfrentou abertamente o governo pelos mais diversos meios, desde as acusações constitucionais aos ministros do governo até as greves e sabotagens. Como se sabe, os Estados Unidos tiveram um papel significativo de apoio aos esforços por desestabilizar o governo da Unidade Popular.

Setores extremistas de esquerda, dentro e fora da coalizão, ultrapassaram as medidas do programa de governo do Presidente Allende, tomando posse, pela força, de médias e pequenas empresas, e de fazendas de diversos tamanhos, para levá-las ao controle estatal ou dos trabalhadores.

³ Ver Manuel Antônio Garretón “Derrumbe e Recuperación Democráticos a la Luz del Dilema Presidencialismo-Parlamentarismo” em Oscar Godoy (ed.) *Cambio de Regimen Político* (Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1992), p. 207.

A oposição extremista, que desde o começo havia recorrido ao uso da violência para impedir o acesso de Allende à Presidência, passou a incrementar suas ações de violência e terrorismo.

A polarização da vida política durante os anos de Allende penetrou uma sociedade carente de mediações institucionais para resolver os conflitos políticos, e carente de mecanismos para pressionar a conformação de coalizões majoritárias. O País se radicalizou e as famílias se dividiram em dois grupos: partidários e opositores ao governo de Allende.

O golpe militar de 11 de setembro de 1973 quebrou a longa tradição democrática chilena que, até esse momento, durante o século XX, havia tido apenas uma breve interrupção no princípio da década de 30. A junta militar presidida pelo General Augusto Pinochet dissolveu o Congresso, fechou numerosos meios de comunicação, suspendeu o funcionamento dos partidos políticos, impôs um regime de censura, ordenou a queima dos registros eleitorais e deteve milhares de pessoas vinculadas ao governo de Allende ou suspeitas de ter posições de esquerda.

Como se sabe, a violação dos direitos humanos foi especialmente severa durante os primeiros anos do governo militar.

Detenções massivas, torturas, desaparecimentos e exílio passaram a caracterizar a etapa pós-golpe.

No início do ano de 1974 foi criada a polícia secreta do regime ditatorial, a Direção Nacional de Inteligência (DINA), dirigida pelo então coronel do Exército Manuel Contreras. A DINA centralizou a repressão política e foi responsável por quase todos os desaparecimentos de opositores à ditadura entre 1974 e 1977, ano em que tal instituição repressiva foi desarticulada e substituída por um novo corpo de polícia secreta, a Central Nacional de Informações (CNI). Paralelamente, o governo militar impulsionou um importante programa de desestatização e reforma econômica, buscando entregar maiores responsabilidades ao setor privado na condução da atividade econômica nacional. O controle da inflação, o fomento das exportações e a desregulamentação da economia passaram a ser objetivos-chaves do novo plano econômico.

Com o passar do tempo, o governo militar decidiu implantar uma nova institucionalidade através de um *referendum* para aprovar uma Constituição elaborada a portas fechadas. O *referendum* realizou-se em outubro de 1980 e culminou com a aprovação da Constituição de 1980. Foi realizado sem registros eleitorais e sem as menores garantias para a expressão de oposição ao mesmo, pelo que seu resultado foi considerado ilegítimo pela oposição à ditadura.

A nova Constituição delegou poderes extraordinários a um Conselho de Segurança Nacional com maioria de membros militares; estabeleceu que nove senadores do futuro Congresso seriam designados (biônicos); limitou o poder presidencial para transferir ou remover os comandantes-em-chefe das Forças Armadas; e estabeleceu procedimentos para dificultar extraordinariamente sua eventual reforma⁴. A Constituição de 1980 determinou que haveria um plebiscito em 1988 para que fosse eleito, com um voto SIM ou NÃO, um candidato presidencial único proposto pela junta militar do governo. Na eventualidade de ser “eleito”, tal pessoa governaria por mais oito anos. Diversos artigos transitórios da Constituição reforçaram as medidas repressivas para assegurar o controle autoritário até 1988, incluindo a proibição de funcionamento dos partidos políticos até 1987.

Porém, no início dos anos 80 produziu-se um processo de reorganização e ressurgimento “de fato” dos partidos políticos de oposição à ditadura. Assim, o Partido Socialista anunciou publicamente em 1981 sua reativação e mobilização pacífica pela recuperação da democracia. Vários outros partidos fizeram o mesmo e passaram a operar publicamente, apesar das proibições imperantes. Nesse mesmo período iniciaram-se protestos massivos nas ruas contra a ditadura em todo o Chile, impulsionados em seu início por organizações de trabalhadores, mas abrangendo mais tarde os vários setores da cidadania.

Em 1983, o que constituiu um fato histórico, a esquerda (excluindo o Partido Comunista) formou uma coalizão com a Democracia Cristã, acompanhados do Partido Radical, de alguns social-democratas e de um pequeno partido da direita, dissidente da ditadura, com o propósito de concentrar ações para a recuperação pacífica da democracia. A denominada “Aliança Democrática” teve o mérito principal de unir o Partido Democrata Cristã aos socialistas; os dois haviam se enfrentado duramente nos anos do governo do Presidente Allende. A Aliança Democrática foi o embrião de uma ampla coalizão política que se formaria mais tarde, superando assim o tradicional modelo político chileno dos três terços.

A oposição agrupada na Aliança Democrática trabalhou para incluir outros setores socialistas que mais tarde tornou-se uma concentração pragmática para enfrentar Pinochet no plebiscito de 5 de outubro de 1988, tentando derrotá-lo em seu próprio jogo. Apesar da falta de garantias, os partidos de oposição agrupados no “Comando do NÃO” chamaram à inscrição

⁴ Sobre o desenvolvimento constitucional chileno ver José Zalaquett “Constitutionalism and Human Rights: The Case of Chile”, *Constitution*, outono, 1993.

massiva nos registros eleitorais, e à mobilização para votar NÃO e controlar os resultados. A oposição de centro-esquerda criou o “Partido pela Democracia” sob as regras da Lei dos Partidos Políticos da ditadura para ter um instrumento legal de mobilização e controle, tanto que a Democracia Cristã inscreveu-se como tal. Em 05 de outubro de 1988 a oposição unida triunfou ao obter o “NÃO” ao candidato único, o General Augusto Pinochet, com uma maioria absoluta dos votos emitidos. Esse momento marcou o começo do fim da ditadura pois, segundo a própria Constituição de 1980, a vitória do NÃO no plebiscito obrigava a chamar eleições presidenciais e parlamentares em dezembro de 1989.

Novamente a oposição unida se organizou para essas eleições, constituindo a “Concentração de Partidos pela Democracia”, coalizão majoritária que venceu amplamente com seu candidato Patricio Aylwin, o qual tomou posse como Presidente do Chile e da democracia recuperada em 11 de março de 1990.

Previamente às eleições de 1989 ocorreu uma negociação política entre a oposição vitoriosa e o regime militar com 54 emendas à Constituição de 1980, as quais foram aprovadas em sua totalidade em um *referendum* nacional. Desta forma estava materializando-se uma “transição pactuada” para a democracia.

O governo do Presidente Patricio Aylwin não foi uma administração “normal”, no sentido que seu propósito essencial foi a redemocratização do País através da busca de consensos e a reconciliação nacional.

A Constituição de 1980 voltou a ser modificada durante o governo Aylwin, entre outras coisas para outorgar ao Presidente faculdades especiais por encargo do Congresso para conceder indultos, e com o propósito de permitir a realização de eleições livres das autoridades municipais. Depois, o governo Aylwin criou a Comissão de Verdade e Reconciliação, que informou detalhadamente sobre as mais graves violações aos direitos humanos durante os 17 anos da ditadura. Tal relatório (*Informe Rettig*) serviu de fundamento para uma lei de reparação aos familiares das vítimas mortas por agentes do Estado, que foi aprovada pelo Congresso.

De igual modo, o governo Aylwin criou o Escritório Nacional do Retorno para facilitar o regresso ao Chile dos milhares de exilados durante a ditadura; ratificou e retirou reservas a diversos tratados internacionais relativos aos direitos humanos; tomou a iniciativa para aprovação por parte do Congresso de uma lei para eliminar as restrições à liberdade de expressão;

impulsionou a democratização do poder municipal e criou instituições especiais do Estado para favorecer os interesses das mulheres, dos jovens e dos povos indígenas.

O governo democrático do Presidente Aylwin reconheceu que, no âmbito econômico, o regime de Pinochet teve o mérito de reorientar radicalmente a economia chilena em razão de critérios de mercado e de impulsionar o desenvolvimento exportador, criando, assim, as bases para um crescimento econômico significativo. A percepção do governo democrático era que as nações não se constroem da noite para o dia, senão mediante a ação acumulativa de sucessivas gerações. Posto que os governos não partem do zero, os êxitos econômicos do País deviam reconhecer devidamente o realizado durante o período de Pinochet, assim como em etapas anteriores.

O governo de Aylwin manteve o enfoque modernizador da economia chilena, aprofundando o crescimento, obtendo melhores resultados macroeconômicos, e com o mérito adicional de que começou a enfrentar o lastro de extrema pobreza e a desigualdade social, tudo isso num contexto de respeito aos direitos humanos e de subordinação ao controle e fiscalização democráticas.

O bem-sucedido resultado da transição democrática durante o governo do Presidente Aylwin esteve baseado em grande parte na obtenção de um consenso por parte das principais forças políticas e sociais sobre a necessidade de consolidar a estabilidade democrática e sobre a legitimidade do mercado como fundamento do modelo econômico. Isto é, foi possível avançar significativamente até a formação de uma certa visão comum dos grandes objetivos nacionais e das regras básicas do jogo para obtê-los.

Neste processo de busca de consensos não somente influiu a experiência traumática do colapso da democracia, que a ampla maioria nacional desejava evitar repetir, as políticas impulsionadas pelo governo Aylwin, mas também o processo da transição para uma nova ordem mundial caracterizada essencialmente pelo fim da guerra fria, o aprofundamento da interdependência, e o predomínio do liberalismo econômico.

A transição para uma nova situação internacional significou no âmbito hemisférico coincidências inéditas entre os países da região, fenômeno que um autor denominou “simetria substantiva”⁵. Isto é, que ao contrário do que acontecia no passado, os países da América Latina compartilham hoje – ainda com matizes importantes – uma agenda comum com os Estados Uni-

⁵ Richard Feinberg *Substantive Symmetry in Hemispheric Relations*, apresentação na Latin American Studies Association, Atlanta, Georgia, 10 de março, 1994.

dos, centrada na promoção e defesa da democracia, na competitividade externa e na reforma social. Neste sentido, os acordos da Cúpula de Miami de 1994 marcaram uma convergência histórica entre os países americanos depois de décadas de desencontros e até animosidade entre a América Latina e os Estados Unidos, com evidentes repercussões internas nos países da região americana.

A eleição do Presidente Eduardo Frei em dezembro de 1993, como candidato da “Concertação de Partidos pela Democracia”, significou não somente a continuação do processo de democratização no Chile, senão que, além disso, o triunfo de uma coalizão de partidos que marcou o fim da confrontação entre os tradicionais três terços da política chilena (esquerda, centro e direita).

Mais importante ainda, as eleições presidenciais e parlamentares de 1993 não envolveram um pronunciamento dramático sobre as bases do sistema econômico ou político, como acontecia no passado. Isto é, não houve uma “crise de sucessão”. Apesar de que a concorrência política se mantém nos períodos eleitorais, observa-se atualmente no Chile um acordo sobre as regras básicas do jogo.

Nos partidos políticos observa-se um menor peso dos “caudilhos” do que no passado e uma maior influência das tecnocracias. Progressivamente direita, centro e esquerda demonstram interesse em avançar também no caminho da outra transição, isto é, a transição para um novo regime democrático. Entre os assuntos mais importantes a este respeito figuram as vantagens e desvantagens do presidencialismo *versus* parlamentarismo; o papel dos partidos políticos e sua democracia interna; o fomento à participação dos cidadãos para evitar uma separação entre os representantes e suas bases; o reforço da probidade e a ética na ação política e no serviço público; a modernização da justiça, etc.

A democracia chilena apresenta hoje novos desafios e preocupações. Embora já não existam as profundas diferenças (*cleavages*) de outros tempos, observam-se novas discrepâncias que, em todo caso, dividem a opinião pública e os partidos de maneira diferente às confrontações ideológicas típicas da guerra fria. Problemas como o divórcio, o controle da natalidade, ou a proteção ambiental podem alinhar transversalmente setores distintos de partidos de centro, esquerda e direita. Além disso, à medida que o Chile e o mundo vem mudando, estão modificando-se as bases (*constituencias*) dos partidos; por exemplo, reduziu-se o número dos trabalhadores organizados em sindicatos, com o que seu peso específico nos partidos de esquerda tendeu a declinar. Entretanto, a transição à democracia plena propriamente dita

não foi concluída. Ainda existem alguns entraves autoritários no sistema político e tensões em áreas críticas como os direitos humanos.

Como se sabe, recentemente foram registradas algumas tensões no Chile sobre a sentença da Corte Suprema que condenou a sete anos de prisão, por sua responsabilidade no assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier, o ex-diretor da DINA, general da reserva Manuel Contreras, e o ex-chefe de operações da mesma, brigadeiro Pedro Espinoza. O rechaço de Contreras à sentença da Corte, seu uso de diversos recursos para não ir para a prisão e sua declarada intenção de que nunca seria levado para a prisão provocaram uma complexa situação em que – segundo observadores externos – o próprio estado de direito e a autoridade civil no Chile pareciam questionadas. Em todo caso, apesar dos adiamentos, o general Contreras e o brigadeiro Espinoza já estão presos e encontram-se atualmente cumprindo suas penas respectivas em um cárcere nas redondezas de Santiago.

O caso Contreras provocou um intenso debate político sobre a conveniência de pôr fim aos temas pendentes na área dos direitos humanos e sobre, do ponto de vista do governo do Presidente Frei, a necessidade de introduzir modificações adicionais à Constituição de 1980 para que a democracia possa desenvolver-se sem entraves nem tutelas. Assim, o Presidente enviou em agosto de 1995 três iniciativas legais ao Congresso: a primeira fixa normas para contribuir ao esclarecimento da verdade em relação aos detidos, desaparecidos e outras situações de violação dos direitos humanos, agilizando os procedimentos em tais casos; a segunda, modifica a lei orgânica das Forças Armadas e dos “Carabineros” para permitir que o Presidente da República exerça plenamente as prerrogativas que sempre teve o chefe-de-Estado no Chile; e a terceira propõe mudanças na composição do Tribunal Constitucional e do Conselho de Segurança Nacional e, além disso, introduz a eleição democrática para todos os integrantes do Senado, com o que se eliminam os senadores designados.

Estas propostas estão em pleno debate e negociação. O atual momento político no Chile revela que o País ainda está passando por um complexo processo inter-relacionado de transições, sendo a principal a do autoritarismo à democracia. Sem dúvida, o Chile ainda não está plenamente reconciliado e sua democracia é imperfeita. Falta entre o mundo militar e grande parte do mundo civil pontes de comunicação suficientes para integrá-los em um

projeto nacional de futuro⁶. Porém, há importantes sinais de fortaleza na democracia reconstruída. Por exemplo, cabe se perguntar em quantos países um governo de transição democrático é capaz de colocar na prisão o ex-chefe e o ex-subchefe da polícia secreta da ditadura, sem que haja existido uma derrota militar dessa ditadura.

A maioria dos chilenos visualiza o futuro com um cauteloso otimismo pois foram capazes de superar desafios difíceis na história recente. Por isso, acredito que poderemos completar com sucesso o processo de transição à democracia, obtendo talvez, além do mais, as três grandes metas normalmente tão esquivas na América Latina: democracia, desenvolvimento econômico e equidade social.

⁶ Ver *Discurso de S.E. el Presidente de la República, D. Eduardo Frei Ruiz-Tagle, al presentar al País una Iniciativa de Reconciliación Nacional*, Santiago do Chile, 21 de agosto, 1995, p.5.

DEMOCRACIA: VALOR A SER ENTENDIDO E COMPARTILHADO

Alieto Aldo Guadagni
Embaixador da República Argentina no Brasil

Está claro que não se pode falar sobre a construção da democracia de um país sem fazer uma incursão sobre sua história. A construção da democracia é um processo dinâmico que vai *pari passu* com a base histórica do país.

A Argentina até 1916 caracterizou-se por um período conservador e por três fatores de produção. Depois da unificação, na segunda metade do século XIX, iniciou um processo de constituição do que se poderia chamar república oligárquica, no sentido de ser uma democracia absolutamente restringida aos núcleos elitistas do poder. Este regime conservador esteve no poder até o ano de 1916, mas foi o primeiro regime do mundo que se auto-destruiu com a sanção de uma lei eleitoral em 1912, a Lei 8.871.

A república oligárquica teve como principal nome o general Julio A. Roca, que fez a campanha do deserto, a consolidação da extensão territorial da Argentina até o sul, particularmente até a Patagônia, e mobilizou o que se chama os três fatores de produção: a terra, o trabalho e o capital. A partir do governo de Roca mobilizou-se os três fatores de produção; a expansão pela fronteira assegurou a ampliação territorial. Os grandes contingentes imigratórios vindos do Mediterrâneo, basicamente italianos e espanhóis, asseguraram o segundo fator de produção. E o terceiro fator foi provido pela Bolsa de Londres, o grande centro imperial das finanças mundiais durante grande parte do século XIX até início da década de 20 deste século. Financiou, desde o ano de 1880 até a Primeira Guerra Mundial, praticamente toda a expansão da infra-estrutura da Argentina, principalmente 40 mil quilômetros de ferrovias, todas dirigidas para a cidade de Buenos Aires, que tinha o porto escoador das colheitas de cereais e da produção de carne para o mercado europeu. Também financiou a construção de novos portos, as obras de saneamento e a produção de eletricidade. Foi uma solução bastante simples: na terra se colocou os índios; no trabalho, os italianos, e o capital vinha dos ingleses. Esta é uma parte da história. Esta república morreu em 1916, pois sancionada a Lei 8.871, o voto passou a ser obrigatório, universal e secreto.

Em 1916 a República Argentina elegeu pela primeira vez um Presidente que não representava a velha oligarquia e sim os novos atores sociais, principalmente a nova classe média e os imigrantes. Os filhos dos imigrantes,

cujos pais haviam chegado à Argentina entre 1870 e 1880, já no ano de 1916 ocupavam cadeiras no Congresso e participavam da administração do País, pois haviam canalizado seu esforço político na formação de um grande partido, o mais antigo da América do Sul: a União Cívica Radical, fundada em 1890, depois de uma contra-revolução, a Revolução de 1890, que ensangüentou a cidade de Buenos Aires. Os fundadores foram Leandro N. Alem e Hipolito Yrigoyen. Quando Yrigoyen foi eleito, a oligarquia perdeu pela primeira vez a Presidência da República, e iniciou-se o segundo período da história política da Argentina, caracterizado pela ascensão da classe média e dos imigrantes. Governou por seis anos e, em 1922, o Partido Radical, não havendo reeleição nesta época na Argentina, elegeu um segundo candidato, o Presidente Marcelo T. de Alvear, que governou até 1928. Yrigoyen, já velho, voltou ao governo em 1928 e foi derrubado militarmente pela Revolução de 6 de setembro de 1930.

Na experiência de governo da classe média, expressada popularmente pelo voto secreto, universal e obrigatório, votaram praticamente 90 ou 92% dos eleitores.

Assim, a Argentina foi o primeiro país da América Latina onde houve participação popular massiva no processo eleitoral, com o voto absolutamente universalizado e defendido pela idéia de voto secreto e obrigatório.

Devo dizer que apresento isso como uma concessão pacífica da oligarquia, pois por quinze anos a União Cívica Radical decretou o que se chamou “tensão revolucionária”. O Partido Radical se negou a participar de eleições desde que foi fundado até a Lei 8.871. Como um partido doutrinário, sua função foi modificar o regime eleitoral. Por isso não se apresentou em eleições por mais de vinte anos, mas tentou duas revoluções que fracassaram, sob o lema da “tensão revolucionária”, que implicava dizer: “ não vamos para as eleições até que haja eleições limpas; não vamos para eleições com um padrão arraigado, sem representatividade e sem voto secreto; pois o voto secreto é a garantia do povo para não ser pressionado pelo poder público”. Quando o voto era apenas obrigatório, os caudilhos da oligarquia determinavam claramente quem podia votar a favor ou contra.

O governo do Partido Radical, de 1916 até 1930, foi derrubado por um golpe militar, em 6 de setembro de 1930, chamado também de Revolução de 30. Esta Revolução deu lugar a uma saída política no ano de 1932, também marcada pela fraude e pela proscricção. Os seguidores de Yrigoyen foram proibidos de ações políticas nas eleições de 1932, e se instaurou o que e se chamou de Fraude Patriótica, um mecanismo usado pelos que acreditam serem os melhores, mas minoria. Se o grupo que se considera

esclarecido em uma sociedade, que detém a verdade, que sabe para onde vai o país, e acredita que a maioria da população não conhece os temas relevantes, mas votam, instaura-se o que se chama de Fraude Patriótica. Disfarçam a fraude não para seu próprio proveito, mas para salvar o país de gente ignorante ou da massa de despossuídos. E assim se instaurou a Fraude Patriótica que governou a Argentina de 1932 até 1943. Durante esse período os seguidores de Yrigoyen foram proscritos. A palavra proscrição tem uma ampla tradição na Argentina. Os Radicais estiveram proscritos antes de 1916, e depois de 1930. A idéia da proscrição, de uma democracia imperfeita, destacou a idéia de exclusão. Foi uma idéia que dominou a história da Argentina durante todo o século XX. A Fraude Patriótica governou na década de 30. Havia uma frase que expressava a situação: “se votava mal, mas se elegia bem”. Com “se votava mal” se queria dizer que o direito eleitoral era uma farsa, pois as urnas eleitorais estavam preparadas antes das eleições. Mas “se elegia bem” significava que se elegia as pessoas que teriam de governar. Essa frase era de um dirigente conservador muito ilustre da Argentina.

Após a Revolução de 30, veio a Fraude Patriótica, depois uma revolução militar, a de junho de 1943. Nessa revolução militar apareceu um jovem coronel do Exército argentino, o então coronel Juan Domingos Perón, que foi preso em outubro de 1945 em Buenos Aires. Mas em 16 de outubro de 1945 ocorreu um fato inédito na cidade de Buenos Aires: uma jornada popular, onde saíram às ruas pessoas sem expressão política; saíram às ruas representantes de uma nova classe social. Eles se reuniram na Praça de Maio e numa ação conjunta libertaram o coronel Perón. Este fato, onde Eva Perón teve um papel importante, determinou o caminho histórico na política argentina, pois levou ao poder uma nova coligação política e social: a classe trabalhadora sindicalmente organizada. O coronel Perón realizou uma tarefa política impressionante, pois em poucos meses, entre 1945 e 1946, organizou um novo partido político e ganhou as eleições em fevereiro de 1946. Uma eleição que derrotou o Partido Radical e alijou o Partido Conservador.

Na Argentina, a esquerda nunca teve gravitação eleitoral no nível nacional. A esquerda argentina, em suas diversas variantes, de socialista da Segunda Internacional até a comunista de obediência a Moscou, e até a anarquista, que foi poderosa na primeira década do século, foi importante para algumas ações diretas, mas nunca teve expressão eleitoral de envergadura, sempre foi um grupo de elite com pouca ligação com o povo. A ligação da esquerda argentina esteve circunscrita aos imigrantes intelectualizados que traziam as idéias do socialismo europeu, do anarquismo espanhol, e restringia suas

ações às associações e sindicatos, mas nunca deu maior atenção às classes mais populares.

Quais foram os setores que formaram as bases do partido político organizado por Perón? Foram três grandes setores. O primeiro representava a corrente nacionalista que rechaçava a aproximação histórica Argentina e Inglaterra, ou seja, a corrente anti-imperialista. Na Argentina a palavra anti-imperialista nunca foi entendida como anti-americana; foi entendida como antibritânica. A presença imperial na Argentina nunca foi americana e sim britânica. A presença importante, a embaixada que atuava, o governo que intervia, era o inglês. Então, a primeira corrente que alimentou o peronismo foi a nacionalista. Era uma corrente ideológica muito forte, onde se encontrava nomes como o escritor Leopoldo Lugones.

A segunda corrente foi a católica que rechaçava certos elementos anti-clericais da própria UCR. Na Argentina há um reduto católico muito forte depois do Congresso Eucarístico de 1934, sobretudo em relação ao ensino religioso nas escolas. A Argentina tem uma tradição laicista muito forte da república conservadora. Os conservadores argentinos foram nas encíclicas; fazia parte de seus projetos. No projeto dos conservadores estava não só a separação entre Igreja e Estado, mas a anulação do ensino religioso para poder atrair os imigrantes calvinistas, os presbiterianos e os protestantes. Portanto, a segunda corrente que entrou no peronismo foi a do pensamento católico, com papel muito destacado.

A terceira corrente foi a dos socialistas e a dos anarquistas. Os comunistas eram poucos, mas na esquerda os mais importantes foram os socialistas.

Era muito forte a unidade política de Perón, que armou um partido político sobre uma base nacionalista, uma católica e uma de esquerda marxista. Essa grande novidade política ganhou as eleições. Mas o governo Perón foi derrubado em 1955. Desde essa data iniciou-se um período de sucessivos golpes militares. O golpe de 1955 derrubou Perón; o de 1962 derrubou Arturo Frondisi; o de 1966 derrubou a Arturo Illia, Presidente que vinha da UCR; e em 1976 derrubou Isabel Perón.

Como se pode verificar, os golpes sempre foram ou contra os peronistas ou contra os radicais. Os conservadores estavam em todos os golpes, e nunca houve um golpe contra os conservadores.

Os golpes militares na Argentina nunca foram operações exclusivamente de quartéis. Nunca houve um presidente na Argentina vindo de um golpe militar gerado, definido ou programado em um quartel. Sempre houve ideólogos civis de maior ou menor representatividade que apoiaram os golpes. Nunca os militares foram sozinhos para as ruas. Os golpes sempre tive-

ram o apoio da opinião pública mais ou menos expressiva, às vezes a favor do golpe ou fazendo um trabalho político pelo golpe. O denominador comum de todos os golpes desde 1955 foi a proscricção. Do golpe de 1955 até o de 1983, o regime argentino funcionou à base da proscricção, não dos radicais, mas dos peronistas. A proscricção, a limitação, a exclusão, foi uma constante na história política da Argentina neste século.

O Presidente Frondisi, derrubado em 1962, num certo sentido era parecido com Juscelino Kubitschek. Ele se destacou por ter feito três grandes reformas. A primeira foi a abertura do setor petrolero às empresas estrangeiras. A segunda foi a autorização para a criação de universidades privadas. Na Argentina o ensino superior era monopólio do Estado desde a época da república conservadora. Frondisi sancionou uma lei sobre o ensino universitário que permitia a incorporação do setor privado às universidades. A terceira reforma foi uma abertura muito ampla ao capital estrangeiro. O interessante é que Frondisi havia escrito um livro, em 1957, absolutamente estatista em relação ao tema do petróleo, intitulado *Soberania e Petróleo*. Quando foi eleito Presidente, em 1958, firmou vários contratos com empresas estrangeiras sobre o petróleo. Ele tinha uma famosa frase que dizia: “Entre meu orgulho de escritor e minha responsabilidade de governante, fico com minha responsabilidade de governante”. Isso expressava claramente que sua política para o petróleo não tinha relação com a atitude estatista e autarquista de seu livro.

Fazendo uma análise rápida e impressionista do século XX na Argentina, introduzo a idéia dos 4 cavaleiros do apocalipse. Nos últimos 20 anos de história política da Argentina podemos verificar a passagem de 4 cavaleiros do apocalipse.

O primeiro foi a ideologia do terrorismo, da subversão. Alguns jovens, e alguns não tão jovens, acreditavam que eram “iluminados”, que sabiam construir uma sociedade justa e a queriam construir usando armas, pois, para eles, todo o sistema eleitoral, político e democrático estava corrompido. A ânsia de transformar a sociedade lhes dava o absoluto direito de cometer assassinatos. Assim cometeram inúmeros atentados, sob a bandeira revolucionária. Era doloroso ver que alguns desses revolucionários, muitos até de famílias ricas, matavam friamente um policial pobre que ganhava um salário mínimo. Esses jovens universitários, assassinos, que queriam uma sociedade justa, eram progressistas e não sentiam nenhum remorso ao matar um policial pobre. Foi um terrorismo muito violento, cruel, que recebeu o nome de “soberba armada” ou os “montoneros”. Acreditavam que tinham a capacidade de dirigir a sociedade afastados de qualquer regra de consenso.

E os que haviam sido “iluminados” estavam habilitados para usar qualquer instrumento para obter o poder político, dentre eles o assassinato. No princípio, ainda nos governos militares, a “soberba armada” se justificava dizendo ser uma luta contra a ditadura militar. Mas no ano de 1973 voltou ao governo um grande poder popular, com dois terços dos votos, e os “montoneros” continuaram a guerra contra o governo Perón.

O segundo cavaleiro do apocalipse foi a repressão militar. A idéia era que a “soberba armada” devia ser combatida a qualquer custo, mesmo sem usar a lei, ou a Constituição, e sem respeito aos direitos humanos.

O terceiro cavaleiro foi a Guerra das Malvinas, quando o governo militar cometeu o erro de acreditar que os direitos soberanos da Argentina o habilitava para uma ação militar, esquecendo que, no final do século XX, é impensável uma ação militar daquela envergadura não despertar uma reação imediata das grandes potências. Esta confusão sobre o direito soberano e a forma como esse direito se exercita, ou se reclama, passou a ser um erro não incomum. Crer que a reclamação por um direito habilita qualquer tipo de ação para obter esse direito é um erro gravíssimo. Deve haver uma proporção entre o direito que se reclama e a ação que se exerce para obter esse direito.

O quarto cavaleiro do apocalipse foi a hiperinflação do ano de 1989, com uma taxa anual de 25.000%. Quem nunca viveu numa hiperinflação tende a crer que ela é um fator econômico que interessa aos analistas financeiros ou aos operadores das bolsas de valores. Mas a hiperinflação é o primeiro passo para a dissolução de uma sociedade. Não pode haver uma sociedade politicamente organizada com uma hiperinflação. Ao deslocar o valor de uma moeda a níveis astronômicos de desvalorização diária, introduz-se um elemento de desordem coletivo que inevitavelmente leva uma sociedade ao caos, pois se rompe o predomínio do uso da força pública. Esses foram os 4 cavaleiros do apocalipse que passaram pela Argentina.

Em 1983 a Argentina iniciou um período de reconstrução. Foi eleito Presidente Raul Afonsín, da UCR, que elevou o conceito de democracia a uma categoria suprema. No seu discurso de posse disse: “com a democracia se vive, com a democracia se trabalha e com a democracia se come”. Lamentavelmente isso não é necessariamente certo. A democracia cria condições para viver, comer e trabalhar, mas não há nenhuma fórmula mágica que traduza a existência de um regime democrático na eficácia que deve ter um governo em um Estado. Essa é uma confusão. A mera restauração democrática não é a garantia de que se resolva todos os problemas imediata-

mente. Mas a Raul Afonsín cabe o mérito inegável de ter iniciado um processo de consolidação da democracia, claro e preciso na Argentina.

Os fatos históricos, na minha opinião, indicam uma inegável relação existente, na Argentina, entre conceitos econômicos e conceitos políticos, ou seja, a correlação que existe entre estabilidade política, estabilidade econômica e crescimento econômico. A história argentina pode ser dividida em dois períodos. Nos primeiros 30 anos do século XX, a produção total da Argentina aumentou 248%, a população, 160%, quer dizer, o nível de vida da população aumentou 43%. Neste período a inflação anual não passou de 20%, e a Argentina teve 6 presidentes com mandatos de 5 anos cada.

Ou seja, até 1930, com o final da república oligárquica, o governo radical mostrou estabilidade monetária; a situação da inflação era das mais baixas do mundo e havia um forte crescimento econômico e estabilidade política.

A situação se agravou nos últimos 30 anos, de 61 a 90, porque o Produto Interno Bruto por habitante caiu 25% e o custo de vida subiu com uma inflação anual de mais de 400%. Houve 16 presidentes e cada um deles ficou no poder um ano e 10 meses.

De 1989 até hoje tivemos estabilidade política, um único presidente, inflação mínima e uma taxa de crescimento alta. Depois do plano de Cavallo, de 1991 a 1994, a Argentina foi a economia não-asiática que mais cresceu no mundo; cresceu 7,1% ao ano, acumulando 34% neste período, superada apenas pela China e Tailândia. O ano de 1995 foi diferente, pois houve recessão, o que reafirma a existência de correlação entre estabilidade política, estabilidade econômica e crescimento econômico.

Afonsín, desde 1993, foi o mentor do processo de consolidação da democracia. O objetivo do governo que assumiu em 1989 foi promover uma profunda transformação econômica, que denominou de os “três capitalismos”.

O primeiro setor capitalista é o das empresas do Estado, não empresas públicas, mas empresas do Estado, porque nem toda empresa estatal é pública. Muitas empresas do Estado, na Argentina, não se comportam de acordo com o interesse público, mas sim em função do interesse de três grandes núcleos de poder, que são seus próprios burocratas, seus próprios sindicatos de trabalhadores e as empresas vinculadas às empresas estatais. Este importante setor da economia, que se formou a partir do processo de capitalização da renda no ano de 1940, não funcionava com empresas a serviço da sociedade, mas em função de interesses corporativos concretos, como melhores salários, menor jornada de trabalho e mais mordomias. Os sindicatos queriam apenas maximizar seu poder salarial, apesar das condições gerais. E o grande sócio de todos os negócios das empreiteiras,

que vendia tudo, bens e serviços, ao dobro do preço, eram empresas que se chamavam do Estado, eram capturadas, eram empresas escravas destes três grupos de pressão.

O segundo grupo do setor capitalista era formado pelos capitalistas predadores, que respondiam por dois setores: primeiro, o das empreiteiras, cujo grande negócio era trabalhar para as empresas estatais que não tinham uma política clara, e podiam vender qualquer tipo de obra superfaturada. O outro grupo de capitalista predador era o que fazia o ajuste de preço protecionista, alegando defender a indústria nacional mas, na verdade, estavam defendendo os próprios interesses, a possibilidade de manter fechado o mercado de vários produtos e o alto preço de produtos de baixa qualidade, afastando a concorrência e a qualidade dos produtos do mercado internacional. Esse tipo de capitalismo, claramente doentio, requer os favores do Estado para crescer, pois necessita de leis de proteção, proibição de importações, etc.

O capitalismo de risco é o terceiro tipo de capitalismo, cuja característica é o pouco poder político. É representado pelas pequenas empresas e o setor agropecuário. É o único setor genuíno do capitalismo argentino.

O capitalismo doentio, predador, corrupto, se desenvolveu basicamente associado com a queda do regime democrático, pois nos regimes militares, que surgiram com cada golpe militar, apesar de pouco autoritários na aparência, na essência eram frágeis para servir aos interesses corporativos. É muito mais fácil obter um privilégio, uma vantagem, em um regime autoritário, não sujeito à Constituição, do que em um regime constitucional sujeito ao debate parlamentar. E o mercado sem representação pode dar lugar a muita confusão.

A Argentina teve regimes militares muito frágeis, dominados por *lobby* e por interesses corporativos de empresários, sindicatos e também de trabalhadores, que obtiveram facilidades, privilégios, que não teriam obtido sob um regime aberto. Isso é o símbolo da fragilidade do regime autoritário.

No ano de 1994, a Argentina iniciou uma reforma constitucional. O procedimento de reforma constitucional argentino é diferente do brasileiro, pois o Congresso não pode propor emendas. Se se deseja a reforma da Constituição, isto deve ser feito por meio de uma lei sancionada por 2/3 dos votos do Congresso. Esta deve declarar a necessidade da reforma, se é necessário convocar eleições para eleger congressistas constitucionais, que só podem reformar os pontos que estão estabelecidos na Lei da Reforma. Essa lei não pode reformar determinados artigos.

Quais as reformas mais importantes para a consolidação da democracia na Argentina?

A primeira é uma cláusula que apenas se entende ao conhecer a história da Argentina. O artigo 36 da nova Constituição diz: “Esta Constituição manterá seu império a todo aquele que interromper sua observância por ato de força contra a ordem constitucional e o sistema democrático”. Esses atos serão incansavelmente nulos. Os atores destes atos serão passíveis da sanção prevista no artigo 29 e inabilitados à perpetuidade para ocupar cargos públicos e excluídos dos benefícios do indulto e comutação de penas. Também as mesmas sanções têm como consequência dos atos usurpadores em funções previstas para as autoridades da Constituição ou das províncias. Esta é uma cláusula antigolpe, pois os golpes na Argentina foram aumentando do ponto de vista doutrinário. O primeiro golpe respeitou a Constituição. O golpe de 1930 se subordinou à Constituição, o mesmo aconteceu com o de 1955. Mas o golpe de 1966 lançou uma nova doutrina ao tirar um estatuto que está por cima da Constituição. O mesmo aconteceu no golpe de 1973. Esta cláusula rege o que havia sido suspenso por um golpe e que todos que receberam cargos públicos depois do golpe estão inabilitados politicamente.

Uma outra questão que não existia na Constituição da Argentina é a possibilidade da participação popular. Agora pode haver participação popular com plebiscito, com algumas exceções. Não se pode submeter ao julgamento popular um tratado internacional, uma lei de tributação ou um artigo penal. Não se pode modificar isso, para todo o resto pode haver participação popular sob a forma *de referendum*, que pode ser vinculado ou não, isto é, um plebiscito popular que tenha força de lei ou que simplesmente seja um indicativo da vontade da maioria da população.

Outra reforma importante foi em relação ao número de senadores. A legislação anterior dava a cada província a representação por 2 senadores. Agora são 3, um só para as minorias. A idéia é melhorar o regime, pois antes os dois senadores necessariamente eram do mesmo partido, que podia eleger um ou dois senadores, e elegiam dois. O terceiro senador deve eleger-se pela minoria parlamentar. Ele necessariamente serve às minorias.

Quanto à integração latino-americana, a reforma permitiu um grande avanço. A Constituição brasileira de 1988 tem um artigo dedicado à integração latino-americana, mas é um artigo de intenções. O da Constituição argentina é operativo e de grande eficácia, pois diz o seguinte: “São atribuições do Congresso: aprovar tratados de integração que deleguem competência e jurisdição às organizações supra-estatais em condições de recipro-

cidade”. Isso não é novidade, mas agora o Congresso pode aprovar um tratado de integração pelo qual delega competência a um órgão supranacional. O que há de original vem na continuação: as normas ditadas em consequência dos tratados têm hierarquia superior a outras leis. O Mercosul é um exemplo concreto. Ele tem um conselho composto por quatro conselheiros e pelos quatro ministros de Economia no órgão superior do Mercosul, que se reúne uma vez por ano com a presença dos quatro Presidentes. As normas saídas deste conselho têm eficácia legal imediata na Argentina, ainda que contrarie a lei local. Esta não tem necessidade de se adequar ao direito positivo interno. A própria norma emanada deste órgão de integração tem eficácia.

Para a consolidação da democracia a reforma constitucional tratou da transparência e do funcionamento do sistema político por meio da auditoria geral da Nação. Todos os países têm auditoria, tribunal de contas e assim por diante. Isso não é novidade. A inovação introduzida com a reforma foi que o presidente do organismo que controla, que tem grande poder, pois este organismo controla os aspectos patrimoniais, econômicos, financeiros e operacionais do governo, é designado por uma proposta do partido político da oposição com maior número de legisladores no Congresso.

A reforma estabeleceu também a possibilidade de reeleição presidencial (antes o mandato do presidente era de 6 anos sem reeleição), mas agora é de 4 anos com possibilidade de reeleição. Há uma grande diferença de prática entre a Argentina e o Brasil nesse tema. Na Argentina para apresentar-se para uma reeleição não é necessário deixar o cargo. Se pode fazer campanha no próprio cargo. Não é necessário renunciar alguns meses antes. Nos Estados Unidos da América, todos os presidentes americanos fazem suas campanhas nos seus mandatos. É interessante a regra de vantagem. Funciona da seguinte maneira: não há vantagem se no primeiro turno se obtém 45% dos votos. A legislação brasileira é de 50%. O interessante é a segunda cláusula; não há vantagem se o primeiro obtém 40% e o segundo menos de 30%. Se a diferença entre o primeiro e o segundo soma 10 pontos não há maioria. Se um obtém 40% e o outro 29% não há maioria. Aqui no Brasil se teve maioria em alguns Estados, com um obtendo 49% e o segundo 21%. Na última eleição presidencial, no primeiro turno houve maioria de 51%. Na Argentina não houve maioria porque Menen obteve 50% dos votos nas eleições de maio de 1995.

A reforma proporcionou também um regime moderadamente parlamentarista. Apareceu uma nova figura no Executivo – o Chefe de Gabinete. O Presi-

dente é o chefe supremo da Nação. O Chefe de Gabinete é o chefe do governo. O Presidente pode ser destituído pelo Congresso. O mesmo acontece com o Chefe de Gabinete, só que este tem de ir à Câmara dos Deputados em um mês e no outro tem de ir ao Senado. Se receber uma censura pode ser destituído. É uma figura nova na Argentina. Agora é que está se fazendo isso. É uma certa descentralização do poder, uma separação entre chefe da Nação e chefe da Administração.

Outra importante contribuição da reforma foi a constituição do Conselho Especial de Justiça. O equilíbrio de poder é um tema central para a consolidação da democracia e para a independência do Poder Judiciário, que tem várias funções, uma delas é a escolha dos membros do Poder Judiciário. Tradicionalmente, de acordo com a Constituição argentina, os membros do Poder Judiciário eram propostos pelos membros do Poder Executivo e designados com a aprovação do Senado. Agora isso é diferente. O Poder Executivo propõe, mas não a seu livre arbítrio ou critério, segue a proposta do Conselho Especial de Justiça, que apresenta os termos que são obrigatórios para o Poder Executivo. A idéia é introduzir elementos de transparência na eleição dos membros do Judiciário.

É uma tarefa difícil a construção da democracia. A Argentina teve no século XX uma democracia absolutamente imperfeita, interrompida por golpes militares, viciada pela proscricção, mas a partir de 1983, com todas as dificuldades de um país jovem, iniciou o processo de consolidação da democracia. O que é muito importante é a idéia de que a interrupção da ordem democrática está afastada de qualquer possibilidade política. O debate político na Argentina nos últimos 20 anos nunca deixou de lado a possibilidade de um golpe militar. Hoje no debate há perspectivas políticas, o desenhar do futuro, o pensamento de como vai ser o País dentro de 5 ou 10 anos, sem interrupção militar. Foi possível obter de uma maneira pacífica e notável a subordinação das Forças Armadas ao poder civil, de tal forma que a Argentina já tem a possibilidade de consolidar sua democracia. E então avançar nas matérias pendentes, como fortalecer uma economia competitiva, que vem de um sistema doentio, dos três capitalismos, da hiperinflação, etc.

Não é por acaso que o Mercosul ganhou força nos últimos anos, pois é um projeto de natureza econômica que requereu essencialmente dois suportes políticos. O primeiro é a ausência de conflito para uma relação bilateral. E no caso do Brasil e da Argentina implicou na superação do conflito nuclear e do conflito dos recursos hídricos. Quando observamos o cenário dos quatro países temos a segunda restrição que teve de ser superada: não exis-

tiria o Mercosul se não tivesse sido instaurado o regime democrático simultaneamente nos quatro países.

Os jovens podem se habituar a ver o mundo e a América Latina de hoje com apenas os elementos do presente. Mas digo que procurem no passado, em todos os países da América Latina, a ocorrência de regimes democráticos simultâneos. O que estamos vivendo é uma situação inédita neste Continente. A democracia não parece ser uma flor de fácil crescimento na América Latina, só recentemente, nos últimos 7 ou 8 anos, começou a ser vista como um valor a ser entendido e compartilhado.

FORMAÇÃO DA DEMOCRACIA NA COLÔMBIA

Mario Galofre Cano
Embaixador da República da Colômbia no Brasil

I. Introdução

O tema da democracia na Colômbia nos remete, inevitavelmente, a um paradoxo que se expressa em termos de violência política e institucionalidade democrática.

Com efeito, as instituições democráticas republicanas existem na Colômbia desde os anos iniciais da Nação e não apenas de maneira formal. Desde a Independência, os períodos presidenciais se seguiram uns aos outros com regularidade constitucional. O Legislativo vem exercendo suas funções republicanas com poucas e quase insignificativas interrupções, contribuindo, sem dúvida, para um aprendizado político positivo e para o fortalecimento da democracia. As interrupções do processo democrático são escassas e os governos que delas emanaram não se revestiram com as características das ditaduras cruéis que castigaram outras nações da América Latina durante longos períodos de sua história.

Apesar da estabilidade e vigência das instituições democráticas que perduram por quase dois séculos, não se pode omitir o fato de que a história política nacional se desenvolve como um processo no qual se alternam períodos de paz e de guerra civil ou conflito armado. Durante o século XIX, estes se transformaram em novas grandes guerras civis e numerosas revoltas regionais contra o poder central, com reflexos no atual conflito.

Como explicar este paradoxo de institucionalidade e conflito que caracteriza a democracia na Colômbia?

II. As causas do conflito

A análise da violência que hoje castiga a sociedade colombiana é, sem dúvida, um desafio mesmo para os analistas mais experientes. Numerosas tentativas foram feitas para descobrir suas causas, seus efeitos e as possibilidades de saídas sem se chegar a compreender o fenômeno em toda sua profundidade.

Para os pesquisadores de esquerda, por exemplo, a democracia colombiana tem padecido de um déficit de representação que vem se acumulando

há muito tempo, devido a uma tradição de regimes políticos excludentes que têm deixado de fora setores importantes da população. Em seu livro *Estado, violência e democracia*, o pesquisador William Ramirez Tobón afirma que violência e democracia são dois fenômenos que se explicam entre si. De fato, segundo Ramirez, a violência colombiana não seria alheia à democracia colombiana, inabilitada historicamente para assimilar a novidade e a diferença de outras forças sociais e políticas, distintas das classes no poder.

O conflito atual seria herança direta da Frente Nacional, último exemplo desses regimes que se estendeu de 1958 até 1974. A Frente Nacional implantou um regime de democracia restrita onde imperava a inconstitucionalidade democrática, sem ampliar efetivamente as possibilidades dos setores populares em ascensão de chegarem ao poder. Apesar de ter sido concebido como um meio de reeducação popular para o jogo democrático pacífico entre os dois partidos tradicionais, deformado durante a violência, a Frente Nacional pôs fim ao confronto armado bipartidarista, mas fracassou em suas tentativas de pacificação rural. Este conflito, mesmo vigente, evoluiu para outras formas mais complexas, pondo em evidência a limitação das instituições e a necessidade de empreender novas reformas.

Para o colombiano norte-americano Robert Dix, em contraste com outros países latino-americanos neste século, a Colômbia aderiu ao modelo político de desenvolvimento denominado de elite modernizadora, funcionando com as formas de governos republicanos. Entretanto, isso não significa que o sistema tenha permanecido totalmente fechado a novos “contingentes de reclutas” ou de idéias. Para Dix, a classe alta colombiana reteve em suas mãos uma alta proporção dos recursos do poder. Todos esses pontos de vista tradicionais, que parece que se reforçam entre si, não negam o avanço decisivo dos níveis de democratização da sociedade, de modernização política e institucional, de aperfeiçoamento eleitoral, conjugados com uma evidente melhoria dos níveis de vida de muitos setores.

III. Os partidos políticos tradicionais

O Partido Liberal e o Conservador estão na arena política desde meados do século XIX. Mesmo que se tenha querido ligar a origem do Partido Conservador ao libertador Simón Bolívar, cuja tendência autoritária é bem conhecida, e a do Partido Liberal ao General Santander, mais claramente civilista, sua origem se conecta na realidade com o balizamento de grupos latifundiários escravagistas, defensores de seus privilégios coloniais, e, no

Partido Conservador, com a burguesia emergente, partidária da mudança para a conformação de um Estado moderno em liberal. O Partido Conservador tem propugnado mais pela “ordem” e pela “autoridade”; recorre a seu eleitorado entre a massa camponesa, mais apegada aos valores da religião e da tradição, cada vez menos numerosa; o Liberal, cujas bases eleitorais se nutrem principalmente nas zonas urbanas e nos setores de menores *raigambre* aristocrática, propugna mais pela “liberdade” e pela “igualdade”. A Igreja tem apoiado, com algumas exceções, o Partido Conservador, cuja ideologia se aproxima mais de seus interesses e sua posição frente às relações da Igreja e do Estado.

Em todo caso, a questão não é simples. A elite que utilizou seu peso para a tarefa modernizadora, descrita por Dix, foi inicialmente latifundiária, evoluindo em seguida para uma burguesia comerciante e artesanal e, posteriormente, para industrial, exportadora e financeira. Atualmente pode-se identificar duas tendências nela: uma ligada às grandes esferas econômicas, inimiga de tudo o que afeta o equilíbrio e o desenvolvimento da economia, e outra, mais aberta às reformas, que dá um peso maior a uma distribuição mais equilibrada do bem-estar e da questão social. Representantes dos dois setores se encontram em ambos os partidos, lado a lado, com membros de todas as classes sociais. A definição do liberalismo como entidade popular, ou como conglomerado da grande burguesia, tem sido um tema recorrente, de grande importância em certos períodos da história, na discussão das plataformas políticas em épocas eleitorais. Os partidos políticos tradicionais provaram ser de uma vitalidade indubitável, já que continuam dominando o panorama político da Nação até os dias de hoje. Analistas deste problema atribuem o fato ao policlassismo de suas bases, ao facciosismo que evita sua divisão, e ao fato de que sua presença política tem peso quase exclusivamente em períodos eleitorais.

Ainda que o Partido Comunista tenha entrado no jogo político nos anos 20, não tem conseguido votações significativas para constituir-se numa verdadeira alternativa de governo e nem ganhar eleições. Não obstante, no campo do discurso e da agitação ideológica, sua contribuição ao processo político tem sido de grande importância e influência para a classe operária, no setor operário organizado, no movimento rural, no meio intelectual e na contestação estudantil urbana. Em meados do século a estratégia comunista se orientou sobretudo no apoio ao reformismo liberal. Nesse aspecto o Partido Liberal tem cumprido um papel interessante para a sobrevivência do bipartidarismo e para o fracasso eleitoral da esquerda. Já foi dito muitas vezes que, como organização que agrupa representantes de esquerda de

várias tendências, o Partido Liberal reconhece e adapta as reivindicações populares à limitada capacidade reformista do sistema, deslocando seu discurso para a esquerda cada vez que seus questionamentos são postos em perigo pelo regime.

Em todo caso, o contraponto entre os setores retrógrados e progressistas sob a pressão da esquerda e da guerrilha tem determinado um inegável avanço na legislação social e na democratização do aparelho político e na sociedade em geral. Atualmente os efeitos da modernização, a melhoria no nível de vida e de desenvolvimento econômico tem se manifestado sobre o sistema político como um todo, e sobre os partidos políticos, em particular. As bases eleitorais dos dois partidos políticos tradicionais têm diminuído notoriamente e sua capacidade de convocação tem sido bastante debilitada. Curiosamente, esse fenômeno não tem incrementado a adesão aos partidos de esquerda tradicionais e sequer dos surgidos pela incorporação do jogo político institucional de grupos provenientes da subversão, devido aos diferentes processos de paz, tais como o do AD-M19 e o da União Patriótica. O resultado tem sido níveis de abstenção de quase 70% nas eleições parlamentares. Atualmente existe mais um setor importante com eleitorado independente, ou não-vinculado a nenhum partido político, chamado de “La Franja” que se tem convertido no objeto mais condicionado de toda a atividade proselitista em épocas eleitorais. “La Franja” é considerado, hoje em dia, um sintoma de modernização política.

IV. A Constituição de 1991

A situação anterior dificultou a governabilidade, lesou a legitimidade dos partidos e do sistema político. Isto conduziu à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1991, com o fim de dotar a Nação de uma nova constituição política mais adequada às condições presentes do País. Buscava-se modernizar as instituições políticas e abrir o sistema para incorporar os novos setores de opinião e absorver as demandas viáveis, dentro de um sistema democrático, de grupos contestatários ou sem representação, e avançar no processo de democratização.

A partir de então as instituições democráticas experimentaram uma reforma gradual, porém profunda, em processo de consolidação, relacionada com a ampliação e o aprofundamento da democracia e da representação política, a participação e a fiscalização dos cidadãos nos processos públicos, a transparência eleitoral, o controle dos recursos do Estado para evitar seus

desvios e utilização em campanhas eleitorais e a descentralização da administração pública em favor de uma maior democratização dos gastos.

V. O conflito atual

Não deixa de ser paradoxal a existência do conflito que vem esgotando a Nação. Se a simples descrição apresenta dificuldade, a explicação reveste-se de grande complexidade, que emana particularmente da dificuldade em situar sua origem e desvendar as causas de sua natureza evolutiva e mutante, derivada de sua duração no tempo e do alcance e profundidade de seus efeitos sobre toda a vida da Nação e seus habitantes, assim como da quantidade e características de seus protagonistas diretos. A Corte Constitucional já chegou a considerar o conflito como uma patologia social crônica e, perante suas novas manifestações, negou ao Executivo a convocação de um Estado de Comoção Interna, previsto na Constituição Nacional.

De uma maneira informal, são participantes: uma guerrilha, com quase meio século de existência, composta originalmente por camponeses desabrigados pela violência política, que recebeu influência da esquerda revolucionária tradicional, e tem evoluído para uma contestação política ideológica pouco clara, mas não por isso menos violenta, com confusas relações com o Partido Comunista; o narcotráfico, significativo por sua capacidade corruptora, nascida de sua força econômica, por suas práticas terroristas e por seu envolvimento internacional; grupos de paramilitares, de esquerda e de direita, comprometidos e financiados às vezes pela guerrilha ou pelos narcotraficantes, para combater seus respectivos inimigos e, também, por latifundiários cansados da violência de um e de outro grupo, e da incapacidade oficial de acabar com o conflito; e a delinqüência comum, organizada e violenta, a serviço de grupos que se originam devido ao clima de decomposição social causada pela difícil situação e pela dificuldade física das forças de segurança, o Exército e a Polícia, para responder eficazmente em tantas frentes.

Do lado formal encontram-se: as Forças Armadas, com larga tradição civilista, afastada constitucionalmente do processo político e questionadas nacional e internacionalmente pelos setores interessados em desarticular sua participação, porém situadas no centro do conflito e como sua vítima mais direta. Em meio a este quadro desolador, situa-se a população civil, mais vítima do que protagonista comprometida, a não ser quando é recrutada por qualquer um dos lados. Nesse confuso panorama entram em choque numerosos e bem-intencionados processos de paz, anistias, indultos, pro-

gramas de reabilitação, de pacificação, etc. Existem, não obstante, inegáveis ganhos parciais como: a representação de vários grupos guerrilheiros que atualmente estão incorporados à política, tais como o M-19, o EPL e outros; a captura e a extradição do líder Carlos Leder; o desmantelamento do cartel de Medellín pelo governo anterior e o de Cali, cujos líderes têm sido postos na prisão pela Administração Samper; o grande avanço no resgate da cidade de Medellín e a reabilitação de grupos de menores, anteriormente a serviço do narcotráfico, e outros delinquentes. Esta cidade é hoje exemplo de desenvolvimento econômico, esmero administrativo, honrando a merecida fama de região mais pujante da Colômbia. Mesmo que cada um destes protagonistas representem em si mesmo um objeto de estudo de grande amplitude e suas características exijam um esforço de esquematização considerável, tentarei continuar explicando, de forma breve, a natureza de alguns grupos dos conflitos e os interesses em jogo.

VI. A guerrilha

A origem dos grupos guerrilheiros de hoje remonta ao período de Violência, denominação do conflito armado entre os partidos tradicionais, que se iniciou a partir da vitória, em 1946, apesar de sua condição minoritária, do Partido Conservador, liderado por Mariano Ospina Perez. O governo de Ospina estabeleceu a perseguição de liberais, conduzindo a Nação inteira a um confronto político cujas repercussões ainda estamos experimentando. A Violência levou os camponeses às armas e acelerou o êxodo campocidade, acentuando a descomposição social que já vinha ocorrendo pelo aprofundamento do capitalismo nas décadas de 20 e de 30. Nela estão também latentes as lutas agrárias da época e a desilusão causada pela incapacidade democratizadora e reformista do liberalismo durante o governo de Lopez Pumarejo em 1936.

Alguns destes camponeses, organizados pelos fazendeiros liberais contra a perseguição, se desmobilizaram rapidamente a partir do golpe militar que desmontou o governo conservador. Outros, que se polarizaram por meio de pequenos pleitos tradicionais, ficaram reduzidos a um simples bando armado, dada a estreiteza de seus objetivos políticos. Com o desaparecimento de seus líderes este grupo também desapareceu, deixando seqüelas de sangue e morte difíceis de esquecer.

O movimento revolucionário mais significativo, que inspira os atuais grupos guerrilheiros, originou-se com a reivindicação de importantes contingentes de camponeses expulsos de suas terras pela perseguição partidária.

ria. Essa reivindicação se deu, inicialmente, nos centros urbanos e nas zonas rurais ainda contaminadas pelo conflito. No início de 1950, começou a surgir, entre esses camponeses, grupos armados para a defesa das novas conquistas territoriais, dispostos a enfrentar tanto o aparato militar governamental quanto os grupos organizados de latifundiários. Alguns desses movimentos de autodefesa receberam a influência do Partido Liberal e outros do Partido Comunista. O grupo de camponeses, cujos interesses agrários não estavam subordinados à filiação partidária liberal, não se desmobilizaram com a queda do regime conservador e se mantiveram coesos nas zonas onde estavam fortalecidos, constituindo-se no que se qualificou como Repúblicas Independentes.

O pesquisador William Ramirez Tobón explica que se trata de “dois momentos separados: um de remoção brutal dos camponeses de suas terras, provocando um êxodo para os centros urbanos, para as fazendas empregadoras da força de trabalho e para as zonas de colonização. Outro, de formação de um aparato de organização armada dos colonos para a defesa militar de suas novas possessões”.

A negativa dos integrantes das Repúblicas Independentes em aceitar a rendição, proposta pela ditadura Rojas, as conduziu ao isolamento de quase todos os setores da sociedade com exceção do Partido Comunista. Sua insistência em manter-se fora da institucionalidade assegurou o estabelecimento político bipartidarista. Segundo Ramirez, o Estado atacou suas fronteiras, forçando novamente os camponeses a um êxodo, a uma organização centralizada, a uma maior comunicação entre os distintos grupos e a uma mudança em suas relações com outros setores da sociedade. O surgimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC, o movimento revolucionário mais importante da atualidade, tem sua origem nessa situação. Para Ramirez, tanto a direita quanto a esquerda têm interpretado equivocadamente a natureza do movimento guerrilheiro, sobretudo da FARC. Segundo este pesquisador, em virtude da influência do Partido Comunista, estes movimentos de autodefesa adquiriram, pouco a pouco, novos traços ideológicos que os afastaram da origem agrária de suas lutas. A direita identifica-os com a esquerda internacional e com a guerrilha; a esquerda, com a direção do Partido Comunista, quando, na realidade, seu trabalho não pode reduzir-se nem à ideologia nem aos interesses políticos desse partido. Ainda que as relações entre a guerrilha e o Partido Comunista ocorram efetivamente, e o discurso ideológico deste último contamine o discurso e a prática do grupo guerrilheiro, dando-lhe um tom revolucionário inegável, o

verdadeiro significado desta relação não pode ser averiguado claramente e não se pode afirmar com certeza que a FARC seja o braço armado do Partido Comunista.

Para Ramirez, a organização não perdeu seus traços históricos. Seu esquema se aproximaria mais de um novo desenho de colonização armada e não de um movimento político de substituição do Estado ou de demolição do capitalismo. As numerosas frentes da FARC e outras guerrilhas lideram uma luta de sangrentos ataques esporádicos contra as forças institucionais da ordem pública, ou pequenas populações rurais desconectadas umas das outras, em pontos já nevrálgicos do território nacional. Desejam, ainda, mudar a estrutura da economia rural de muitas regiões seriamente avariadas e de sua população camponesa. Contudo, a guerrilha não consegue pôr seriamente em risco as instituições democráticas nem a economia nacional e o dia-a-dia da Nação continua quase inalterado.

Outros grupos de natureza mais urbana tiveram origem no enfraquecimento das expectativas criadas pela Frente Nacional e nas restrições impostas à democracia no período em que fomentaram a desilusão com a capacidade reformadora do sistema. O que produziu um fenômeno importante de descontentamento social. O M-19 surgiu entre os novos setores de classe média, formados nos anos 60 nas universidades, sob uma forte influência da ideologia marxista-leninista, dos ideais da Revolução cubana e de figuras como Che Guevara e Camilo Torres. Esses grupos se encontram desaparecidos ou desmobilizados contribuindo, assim, para a tese da perda de ideologia da guerrilha.

A chamada Coordenadora Guerrilheira agrupa atualmente outras organizações armadas que se criaram posteriormente ou surgiram de divisões das anteriores. Dentre as mais importantes figuram o ELN (Exército de Libertação Nacional), uma facção não desmobilizada da EPL (Exército Popular de Libertação) e outras de diferentes posições ideológicas. O número de integrantes da guerrilha não se pode definir, pois uma de suas práticas consiste na incorporação temporária de alguns de seus membros para participar de um determinado golpe e, logo em seguida, voltam a integrar-se às atividades institucionais.

Com a queda do Muro de Berlim, a falta de uma ideologia clara ou de um projeto político coerente é mais crítico para as organizações guerrilheiras e dificulta também as negociações periodicamente propostas por diversos governos. Para a maioria da população colombiana, hoje assentada em centros urbanos, o fenômeno guerrilheiro é visto como algo distante, mais

próximo de uma organização terrorista, desligado dos problemas diários dos colombianos e com poucos argumentos políticos que possam entusiasmar ou obter o apoio dessa maioria.

Não obstante, a guerrilha cresce e se fortalece graças aos elos econômicos com o narcotráfico que tem a capacidade de financiar suas atividades. Por isso, talvez para muitos colombianos, a atividade guerrilheira se transformou simplesmente num *modus vivendi* de grupos de desempregados rurais que se limitam a viver do seqüestro, da extorsão de cidadãos bem-sucedidos e de empresas nacionais e estrangeiras, do assalto a instituições bancárias, do roubo de gado, e, mais recentemente, do ganho de dinheiro pelo acobertamento das atividades do narcotráfico.

VII. O narcotráfico

Sobre o narcotráfico discorrerei apenas sobre suas origens na Colômbia que coincidem com o auge do consumo de substâncias psicotrópicas ilegais nos Estados Unidos, raiz da revolução *hippie* e da Guerra do Vietnã nos fins dos anos 60 e começo dos 70. Os americanos buscaram, então, fontes adequadas de abastecimento no sul do Continente.

É tradição, desde a época pré-colombiana, a utilização da folha de coca em práticas religiosas nas culturas indígenas da região andina. A forma de utilização por parte das culturas andinas foi deformada na América Latina pelo homem branco. Inicialmente foram os espanhóis que começaram a usar a coca entre os índios escravos, uma vez que descobriram suas propriedades inibidoras de fome e de fadiga. Na época moderna, os consumidores de substâncias psicotrópicas ilegais nas sociedades avançadas transformaram totalmente seu sentido original, convertendo-a em derivados "sujos", como a cocaína ou o crack, em artigos de consumo de alta demanda. O antigo conhecimento que os habitantes dos países andinos têm sobre a produção de coca, bem como o clima que lhe é apropriado, lhes outorga vantagens comparativas para seu cultivo, tornando-a um negócio com efetiva projeção internacional neste século.

O auge do consumo de entorpecentes nos Estados Unidos, por outro lado, coincidiu com uma situação social na Colômbia, possibilitando que o cultivo se ajustasse perfeitamente ao êxito do narcotráfico. Efetivamente o fenômeno encontra um país a 500 milhas da fronteira norte-americana com renda *per capita* menor que mil dólares; um salário mínimo, na época, inferior a 60 dólares; uma taxa impressionante de migração campo-cidade provocada pela violência rural, cujo resultado foi uma enorme população

marginalizada em cinturões de miséria nas cidades; um crescimento demográfico de mais de 3,5% que superava amplamente a capacidade do Estado para prover suas necessidades básicas e o incipiente processo de industrialização para absorver mão-de-obra. Coincidiu também com a implantação do modelo econômico de desenvolvimento vigente na época, baseado na substituição de importações que, indiretamente, fomentou o contrabando e disseminou suas práticas ilegais por todos os setores da economia. Levando em conta que o preço de um quilo de cocaína nas ruas de uma cidade norte-americana oscilava entre 25 e 35 dólares, não deve surpreender a ninguém que a demanda desatada por estas substâncias nos Estados Unidos tenha convertido seu comércio em fonte alternativa de renda para uma massa afetada por altos níveis de miséria e marginalidade.

Graças à sua origem e às suas enormes riquezas, os narcotraficantes adquiriram logo uma imagem de redentores sociais, que souberam explorar politicamente e que os converteram posteriormente em perigosos terroristas.

Passado o auge da *marihuana*, quando o gosto dos norte-americanos variou para substâncias mais fortes e se incorporou à demanda de mercados europeus, os narcotraficantes nacionais se dedicaram à produção de cocaína a partir do processamento da folha de coca importada dos países situados ao sul da fronteira, como o Peru ou a Bolívia, com vantagens comparativas na produção desta planta, devido a uma maior porcentagem de população indígena. O êxito deste negócio foi tal que em poucos anos os narcotraficantes chegaram a construir um império econômico que move, segundo cálculos conservadores, em torno de 500 milhões de dólares anuais, o que o coloca acima do comércio internacional de petróleo.

As raízes do narcotráfico se propagaram pela América Latina, o Caribe, a América do Norte e o resto do mundo como um fogo num bosque e, naturalmente, a economia colombiana ficou presa em suas garras. Os narcotraficantes usaram suas fortunas para buscar não só um maior *status* social como também representação política. Apesar de sua participação direta ter se frustrado, conseguiram infiltrar-se na política através do financiamento de campanhas de seus protegidos políticos para obtenção de poder.

Pouco a pouco o negócio foi deixando sua marca em tudo que tocava. A riqueza dos narcotraficantes se infiltrou inevitavelmente na economia, particularmente nas atividades que permitiam sanear suas fortunas, e corrompeu muitos níveis da administração pública, a Justiça e a política nacional, enquanto as práticas violentas, próprias de organizações delinquentes, inicialmente limitadas a seus conflitos internos, foram se difundindo e levando seus efeitos deletérios a todos os setores marginalizados da socieda-

de. É a infiltração do narcotráfico que coloca hoje *sub judice* a classe política nacional. Como tem dito repetidamente em vários foros e ocasiões o Presidente Samper.

A decisão dos Estados Unidos em combater o contrabando de substâncias psicotrópicas ilegais, em seu local de origem, forçou os governos colombianos a implantar uma política de interdição que resultou na constituição de um tratado de extradição entres esses governos, em 1979, para julgar e punir nas Cortes americanas os delitos de narcotráficos cometidos por cidadãos colombianos em seu território. Esse fato provocou nos chefes do narcotráfico uma estratégia defensiva com métodos terroristas que puseram o País em cheque durante grande parte dos anos 80.

O preço pago pela Nação na guerra desatada contra o comércio de cocaína é incalculável. O custo tangível da luta tem sido calculado em milhões de dólares por ano, mas os custos intangíveis são inestimáveis. Com essa luta, a Colômbia tem perdido, por exemplo, toda uma geração de jovens e promissores líderes políticos, centenas de servidores públicos, policiais, juízes, soldados, jornalistas, congressistas e cidadãos comuns. Como calcular o preço do desmoronamento moral, da corrupção do aparelho administrativo, da revisão da reforma agrária pela compra maciça das melhores terras por parte dos traficantes, da pressão inflacionária do fluxo de narcodólares, etc? Diante deste panorama, não deixa de ser admirável a estabilidade e a fortaleza das instituições democráticas da Colômbia. Apesar de passados muitos meses desde a denúncia dos fatos que deram início a uma investigação sobre o atual Presidente da República e importantes membros de seu governo e da política, por infiltração de dinheiro do narcotráfico em suas campanhas, o processo vem desenvolvendo-se integralmente dentro da institucionalidade sem alterar seriamente a estabilidade do sistema político.

Por outro lado, a economia colombiana vem sendo considerada, junto com a do Chile, uma das mais estáveis da América Latina com índices de crescimento contínuos durante os últimos 30 anos. Este crescimento não tem sido só em termos absolutos. A população colombiana tem experimentado uma melhoria indiscutível em seu nível de vida e um aumento de salário real que se traduz em um maior bem-estar geral para a população. Em tudo isso encontra-se o difícil paradoxo em que se debate atualmente a classe política e, em geral, toda a sociedade colombiana.

V - DEMOCRACIA NO PÓS-COMUNISMO

A POLÍTICA NO PÓS-COMUNISMO

Jeliu Jelev
Presidente da República da Bulgária

O espaço político da sociedade pós-comunista tem as características de um espaço atípico, incomum, ímpar e até, permito-me denominá-lo, segundo a analogia com a física das partículas elementares, “degenerado”. Eis porque falar sobre ele simplesmente como da “esquerda”, “direita” ou “centro” quase não faz sentido, é ingênuo.

Mais ingênuo e engraçado ainda é quando uma ou outra formação política esquece que não está no Ocidente, nas condições das democracias estabelecidas, e começa a identificar-se com essas concepções.

É extremamente importante compreender a essência das coisas, pois a questão é de princípios.

A importância do problema se torna maior ainda por causa das circunstâncias do seu significado – não tão teórico, mas prático, para as novas democracias que nascem no Leste Europeu.

O espaço político do pós-comunismo não é aquele regular e plano, cuja parábola equivale a zero, mas a soma dos três ângulos do triângulo, que sempre resulta em 180°.

E é neste espaço incomum que acontecem coisas surpreendentes. Os partidos e as ligações políticas, que levitam dentro dele, não se identificam de outra forma a não ser através de seus programas e plataformas partidários, em grande parte adotados de seus análogos no Ocidente e, é claro, levemente adaptados às nossas condições.

Aqui, os partidos ainda não se “enraizaram”, pois não possuem uma base social, e ainda não existem aqueles grupos sociais cujos interesses eles pretendem representar e defender. O seu surgimento se fará somente no final da transição ou no curso do seu processo, quando a propriedade privada, em todas as suas formas, for restituída, e os grupos sociais se tornarem um fato. Até então, eles continuarão levitando no ar e se identificando com formações políticas, de uma ou outra orientação, apenas pelos seus programas.

Neste espaço são possíveis as mais inacreditáveis combinações e configurações dos partidos e das formações políticas à imagem e à semelhança do Centauro.

É importante entender, porém, que não se trata de uma demagogia e avareza política planejadas, mas de possibilidades objetivas e até de necessidades, as quais o próprio espaço gera.

Não é em vão que um partido, do tipo antediluviano, que traz consigo a maioria das marcas do passado, pretende ser reconhecido como moderno, e não tão somente fora, mas dentro do país também. Isso sem mencionar os incríveis percalços da idéia liberal, que devia experimentar o mundo do pós-comunismo.

Os comunistas, que no passado odiavam o liberalismo mais do que tudo e perseguiram os seus correligionários de comportamento um pouco mais liberal, agora se mostram mais do que apaixonados por ele. Até o partido do ultranacionalista russo Jirínovski eles denominam de “liberal-democrático”.

Parece que em todo espaço político fortemente polarizado – e o do pós-comunismo é exatamente isso, porque dentro dele, por longo tempo ainda, atuará a oposição “comunismo – anticomunismo” – as indicações que antecedem os parênteses mudam mais fácil e depressa do que o conteúdo entre eles, o das idéias políticas, que leva tempo e sofre dificuldades.

Eis a razão pela qual muitas formações políticas pós-comunistas lembram mutações peculiares do comunismo, cujo teor possui elementos dele próprio, distinguindo-se somente pela marca da sua orientação política que pode ser “pró” ou “anti” comunista. Existe muito comunismo até mesmo no anticomunismo quando ele é primitivo, elementar, estridente. O anticomunismo belicoso está compromissado, portanto, sobrecarregado com comunismo.

Para que a época do pós-comunismo e o pós-comunismo em si sejam verdadeiramente superados não devemos nos resumir à mera vitória sobre o comunismo, apenas uma condição prévia, mas a realização das reformas econômicas, as quais, mudando o sistema como um todo, inviabilizariam o comunismo e o anticomunismo. A única referência segura no espaço político, através da qual podemos avaliar se um movimento é da esquerda ou da direita, é a posição para com a propriedade privada e a relação com ela.

Quando a propriedade estatal se desestatiza por meio de privatização e restituição e como consequência se criam novos proprietários, sejam eles micro, macro, pequenos, individuais ou outros, o movimento é pró-direita.

Este é o processo que está acontecendo no momento nos países ex-socialistas da Europa Central e do Leste.

Dentro da conjuntura do pós-comunismo não faz sentido perguntar onde você está, pois isso de qualquer modo não pode ser afirmado com certeza, mas aonde você vai, qual o caminho, os objetivos.

Talvez, essa é a explicação que se deve dar a todas as tentativas frustradas de se criar na Bulgária uma séria formação centrista, capaz de preencher a lacuna entre a União das Forças Democráticas e o Partido Socialista Búlgaro. Tal lacuna simplesmente não existe. E já que neste espaço, demasiadamente polarizado, cada uma das partes tende a cobrir todo o espaço político, começando da extrema direita à extrema esquerda, e desta maneira tirar do cenário político o seu adversário, o lugar do centro evidentemente não existe.

Antes de mais nada, uma formação deste tipo pode surgir não como centro, mas como alternativa para o modelo bipolar do pós-comunismo – o mais importante e típico produto da era pós-comunista. Mas para isso é necessário que esse modelo se desgaste, supere, que ele perca o sentido para a sociedade – algo que nos faz voltar de novo ao tema das reformas econômicas não realizadas e da necessidade delas acontecerem, um pré-requisito imprescindível para se superar o modelo bipolar.

É engano pensar, porém, que este modelo se sustenta graças à teimosia das “linhas duras” das duas partes, cujo interesse é perpetuá-lo. Esse interesse, claro, existe e inúmeros fatos o confirmam, mas não é o principal, o decisivo.

O principal provém da polarização do espaço político na época pós-comunista, da polarização dos interesses da sociedade no período da transição, onde uns querem as reformas e outros não.

Justamente a polarização é que gera e sustenta o modelo bipolar – o típico produto político do pós-comunismo.

A EVOLUÇÃO POLÍTICA E CONSTITUCIONAL DA POLÔNIA

Aleksander Luczak
Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Como historiador contemporâneo polonês, tenho a oportunidade de não apenas descrever, mas também de participar, nos últimos anos, da criação da história polonesa. Existe na vida do cientista um momento em que ele tem de deixar o seu posto de observação científica para realizar outras tarefas. Esta decisão não deixa de influenciar a maneira de ver o mundo, de olhar os eventos que têm lugar no complicado universo histórico polonês.

Posso afirmar que, perante meus olhos, a política transforma-se em história. Sendo um cientista historiador, por escolha própria tornei-me político, como muitos cidadãos de meu País que foram obrigados a escolher esse caminho de vida. Buscaria as raízes das mudanças democráticas na Polônia no tempo da formação da ordem do pós-guerra na Europa.

A Polônia saiu da Segunda Guerra Mundial vitoriosa, mas muito enfraquecida do ponto de vista populacional, territorial e material. O ocupante hitleriano deixou ruínas e cadáveres. As terras orientais ocupadas pela URSS em setembro de 1939 jamais retornaram à Pátria. As três grandes potências decidiram sobre a incorporação da Silésia e da Púrsia Oriental à Polônia. Centenas de milhares de poloneses estavam espalhados pelo mundo afora, desde a Sibéria no longínquo norte até à Austrália, América do Norte e do Sul.

Sobre as ruínas de Varsóvia, as três grandes potências fizeram a divisão da Europa. A Polônia, não por vontade própria, encontrou-se por 45 anos na esfera de influência da URSS. Esse fato era um determinante para a escolha do caminho institucional que a Polônia teve de tomar.

Embora as iniciativas de democratização tenham sido implantadas logo depois da Segunda Guerra Mundial, em pouco tempo a Polônia ficou subjugada à URSS. É verdade que logo depois da Guerra empreendeu-se a difícil tarefa de reconstruir o País, com o apoio de amplas camadas sociais. No governo da Polônia participavam representantes do governo migratório polonês, em Londres, como o Vice-Primeiro-Ministro Stanislaw Niuokajczyk. Renasceu o espírito nacional, para o que muito contribuiu a Igreja Católica. A sociedade aproveitou, em sua maioria, a reforma agrária que deu terras aos camponeses e aos trabalhadores, e teve na nacionalização da indústria uma fonte de trabalho. Mas o País enfrentava uma dura batalha

política, caracterizada pelo terror, pela fraude eleitoral e pela perseguição aos partidos políticos. O único partido de oposição, o Partido Agrário Polonês, ficou paralisado e seus dirigentes foram perseguidos. A resistência política polonesa foi perseguida. O processo de Moscou contra dirigentes da resistência polonesa durante a Segunda Guerra Mundial não deixou nenhuma ilusão sobre os planos da URSS. O Vice-Primeiro-Ministro preferiu emigrar e o País, no final dos anos 40, tornou-se um Estado de terror policial e de ideologia comunista. É verdade que o estalinismo encontrou na Polônia um certo grupo de apoio; parte da classe trabalhadora e um grupo de camponeses uniram-se em organizações partidárias do tipo soviética. O sistema comunista da Polônia foi sancionado pela Constituição estalinista proclamada pelo Parlamento em 1952. A Polônia se declarou uma república popular soviética, e aceitou o nome de República Popular da Polônia, e em vez da tradicional águia coroada tinha no brasão uma águia estilizada da antiga dinastia Piast.

Em 1955 foi assinado o Pacto de Varsóvia que durante os anos de sua vigência impôs aos seus membros a doutrina da soberania limitada. A Polônia teve governos de terror e de doutrinação ideológica. As vítimas das perseguições políticas, dirigidas do Kremlin, não eram apenas comunistas que não quiseram se adaptar à nova forma de sistema, mas também eram membros da Igreja, da oposição, oficiais do Exército polonês, servidores públicos de antes da Guerra, jovens camponeses e membros da resistência polonesa que lutaram contra os ocupantes durante a Segunda Guerra Mundial.

A Polônia esteve sob o sistema comunista até 1989, embora tenha tido lugar algumas transformações. O sistema comunista foi mais cruel até 1956. Até hoje são encontrados os corpos de pessoas assassinadas pertencentes à oposição. Agora os responsáveis por esses crimes, depois de 30 anos, estão perante tribunais independentes.

Os primeiros sintomas da resistência social contra o comunismo foram os acontecimentos em Poznan, em julho de 1956. Os trabalhadores de muitas empresas de Poznan saíram às ruas da cidade para protestar contra as más condições de trabalho. O Regime decidiu enviar contra eles os serviços de segurança e depois o Exército. Foram mortas muitas pessoas, e outras tantas ficaram feridas. Mas os acontecimentos de Poznan provocaram uma rápida erosão no sistema estalinista. Em outubro de 1956, depois de grandes manifestações da sociedade polonesa, chegou ao poder Władysław Gomułka, um comunista que estava preso desde 1948. Foi também libertado o cardeal Stefan Wyszyński, dirigente espiritual da Nação que tinha sido condenado ao isolamento em um convento pelo regime comunista.

Em liberdade saíam pessoas perseguidas e condenadas injustamente. Gomukka decidiu, inicialmente, seguir uma política independente em relação ao Kremlim e por isso exigiu a retirada dos conselheiros militares soviéticos da Polônia. Mas os anos 60 não levaram a uma mudança política radical. Muito rápido esqueceram-se as promessas de 1956.

A política do Estado estava dirigida para um conflito com a Igreja Católica, e também para provocar atitudes anti-semitas, usadas para o jogo político interno. A era de Gomukka acabou em 1968 com a revolta dos estudantes, dos intelectuais e também com os sangrentos acontecimentos no litoral da Polônia em dezembro de 1970. Muitos trabalhadores morreram e os culpados desses acontecimentos até hoje não foram punidos.

Em 1970 chegou ao poder uma nova equipe comunista com Edward Gierek. Iniciou-se uma abertura da Polônia para o mundo internacional, para as novas tecnologias e empréstimos internacionais.

A Polônia tornou-se o país mais endividado do bloco comunista, embora lentamente saísse do estancamento econômico dos anos 60. Nos anos 70 vivia à base de empréstimos. Qualquer tentativa de regularização dos preços provocava revoltas como a de 1976 em Randon. Por todo o País passou uma onda de protestos e a Polícia Política novamente perseguiu os intelectuais e os estudantes. A incorporação na Constituição de 1952 da declaração do papel dirigente do Partido Comunista e da amizade com a URSS encontrou resistência. Essas mesmas declarações também foram adicionadas ao texto de juramento militar.

Começaram a faltar produtos no mercado e tentou-se solucionar essa situação com a emissão de bônus de alimentação. As pessoas não satisfeitas com o socialismo real, tendo em conta a abertura da Polônia para o mundo, tinham a tendência de comparar o nível de vida na Polônia com o de fora de suas fronteiras. Em 1978, o cardeal de Carcóvia, Karol Wojtyła, foi eleito Papa João Paulo II. A Igreja Católica teve um novo impulso na Polônia. A visita papal em 1979 foi um triunfo da Igreja Católica. O Papa João Paulo II ajoelhou-se perante o cardeal Stefan Wyszyński, Primaz da Polônia, em honra à sua condução da Nação no período comunista. A reação da sociedade à visita papal foi uma surpresa. O sistema comunista mostrou nesse momento sua fraqueza ideológica e também seu desgaste com a oposição democrática que começou a formar-se em meados da década de 70.

O autêntico momento decisivo da política na Polônia foram as greves de agosto de 1980 no litoral da Polônia e na Silésia. Naquela ocasião, aos trabalhadores uniram-se os intelectuais e a Igreja.

Despedido de seu trabalho no estaleiro de Gdansk, Lech Walesa tornou-se o líder da resistência contra o poder comunista. Em setembro de 1980, o Sindicato Independente Solidariedade foi registrado. Durante os quinze meses da sua legalidade conseguiu incorporar milhões de pessoas que estavam entusiasmadas com a idéia de mudança na Polônia. O Partido Comunista encontrava-se em decadência e nos partidos considerados aliados crescia o descontentamento. A resistência contra o poder total dos comunistas era especialmente forte no Partido Unificado Agrário, lembrança de suas raízes ideológicas e políticas. Os anos de 1980 e 1981 foram marcados por greves, passeatas e manifestações. A situação econômica estava piorando. Nascia o fantasma das prateleiras vazias e o sistema de bônus voltou por alguns anos. Não teve sucesso a tentativa de construção da então chamada grande coalizão entre o Partido Comunista, a Igreja Católica e o Sindicato Solidariedade.

A URSS pressionava para uma solução dessa situação usando a força, desde que fosse realizada por mãos polacas.

Na arena política aparece o Exército. O General Wojciech Jaruzelski, que nessa época era, ao mesmo tempo, Ministro da Defesa Nacional, Primeiro-Ministro e Primeiro-Secretário do Partido Comunista, declarou, no dia 13 de dezembro de 1981, o estado de guerra. Foram presos os dirigentes do Sindicato Solidariedade, como Lech Walesa, os conselheiros de Walesa, Tadeusz Mazowiecki e Broniskaw Geremek, e milhares de sindicalistas e pessoas que militavam na oposição. O Exército patrulhava as ruas, introduziu-se o toque de recolher e a Polônia ficou isolada no sistema internacional. O Solidariedade passou a fazer resistência e as novas correntes dos antigos partidos políticos foram dizimadas. O Governo tentou criar o Movimento de Salvação Nacional, que tinha como objetivo apoiar o regime. A Polícia disparou contra os mineiros da mina Wujek e de Lubin, o que resultou em mortos e feridos. O capelão do Solidariedade, o padre Jerzy Popiełuszko, foi assassinado por funcionários do Serviço de Segurança. O General Jaruzelski compreendeu que não existia a possibilidade de usar por tempo ilimitado os métodos do estado de guerra. Mas agiu com muita cautela temendo tanto a reação da URSS como dos membros da linha dura do Partido Comunista.

Esperava-se por mudanças na URSS, que aconteceram com a vinda da era Gorbachev. O primeiro passo no caminho da democratização do sistema

foi a permissão para a entrada do Papa João Paulo II, em pleno estado de guerra. Sob a pressão do Papa, o regime decidiu promover uma anistia para os dirigentes do Solidariedade. O prêmio Nobel da Paz para Lech Walesa em 1983 transformou-o em símbolo vivo de luta contra o comunismo. O Solidariedade, que funcionava ilegalmente, recebeu o apoio dos intelectuais e dos artistas que faziam um boicote aos meios de comunicação oficiais. Apenas nos anos de 1987 e 1988 surgiram os primeiros sinais de transformação. O General Jaruzelski começou a ouvir mais freqüentemente a opinião dos intelectuais independentes. Na imprensa oficial surgiu a idéia de um encontro entre a oposição e o regime. De um lado estavam os líderes da oposição como Lech Walesa e Tadeusz Mazowiecki, do outro lado, os representantes do regime, o General Jaruzelski, Primeiro-Secretário do Partido Comunista, e o General Kiszczak, Ministro do Interior.

No final de 1988 e início de 1989 começou a preparação da Mesa Redonda, onde os antigos inimigos estabeleceram um compromisso político em que o regime elaboraria um plano de pluralismo político e sindical, permitiria a democracia parlamentar e realizaria uma grande e profunda transformação econômica. Em troca disso o passado seria separado por uma grossa "linha". As eleições para o Parlamento bicameral seriam por meio de contrato, ou seja, o regime de então teria na Câmara uma maioria garantida.

As eleições foram realizadas no dia 4 de junho de 1989. Livres da censura prévia, os jornais faziam uso da liberdade de expressão e da democracia. As estruturas políticas de oposição renasceram e a Polônia transformou-se rapidamente. Uma lei liberal sobre a participação na economia, elaborada durante o governo do Primeiro-Ministro Rakowski provocou uma onda de criação de empresas privadas. Também foram liberados os preços que até então eram controlados pelo governo, e eliminou-se o sistema de bônus. Isto provocou, no entanto, uma grande inflação e uma difícil situação em todas as camadas sociais. Nesta atmosfera, a eleição de 4 de junho de 1989 trouxe uma grande vitória para o Solidariedade, que nesse dia elegeu todos os seus candidatos para a Câmara e o Senado.

Apresentada pelo regime, a Lista Nacional foi totalmente boicotada pela sociedade e os líderes do antigo sistema tiveram de sair da memória e da política. O segundo turno dessas eleições também provocou a entrada para o Parlamento de uma nova geração de políticos. A missão de formar um novo governo foi dada ao Ministro do Interior, General Kiszczak. O Partido Comunista tinha esperanças que os antigos partidos aliados apoiassem essa candidatura. Mas o candidato líder do Solidariedade propôs uma outra saída: um governo com um primeiro-ministro não comunista, mas em aliança

com os antigos partidos da República Popular da Polônia. Obteve sucesso. Um intelectual independente, Tadeusz Mazowiecki, foi nomeado Primeiro-Ministro do primeiro governo não comunista da Polônia. Os partidos aliados que mantiveram esse governo foram o Partido Democrático e o Partido Agrário Polonês, que voltou às suas raízes ideológicas e políticas. O Vice-Primeiro-Ministro para Assuntos Econômicos nomeado foi o professor Leszek Balcerowicz, um economista que lutou contra a inflação com métodos extremamente radicais que foram apoiados pelo FMI.

A Assembléia Nacional, isto é, as duas câmaras do Parlamento polonês, em sessão conjunta, elegeram como Presidente da Polônia, de acordo com o que foi estabelecido durante as conversações da Mesa Redonda, o General Jaruzelski. Os comunistas no governo de Mazowiecki controlavam ainda o Ministério da Defesa Nacional e o do Interior.

Pode-se dizer que é bastante difícil fazer um balanço da era comunista do pós-guerra na Polônia. O sistema comunista da República Popular da Polônia não se coloca claramente para avaliações. Sem dúvida, a Polônia no Bloco Comunista era um País de certa maneira especial. Tínhamos uma forte Igreja Católica, elites intelectuais com uma certa liberdade, a cultura e a arte estavam em constante oposição ao poder. Milhões de pessoas obtiveram uma educação no sistema comunista. Muitas pessoas viviam do dia-a-dia, que tinha seus problemas, mas também a sua parte boa. A política era alheia a eles. O Estado era representado não apenas por uma burocracia incapaz, mas também outorgava alguns privilégios. A República Popular da Polônia era um Estado, em certo sentido, superprotetor. Férias baratas, sistema de saúde e colônia de férias para as crianças eram coisas mais que certas.

As revoltas sociais tinham como objetivo arrumar esse sistema, civilizá-lo, mas não uma transformação radical. Eram dirigidas contra uma idéia comunista de que todos eram iguais, mas havia uns mais iguais que outros. Portanto, a oposição que se criou nos anos 70 não queria a volta da Polônia ao capitalismo. Tendo em conta toda a onipotência econômica do Estado, tínhamos também um grande setor de economia privada. E os camponeses tinham a posse de suas terras.

A coletivização do tipo soviético nunca teve sucesso na Polônia. Os partidos políticos, que nos primeiros anos da República Popular da Polônia eram como ondas de transmissão do Partido Comunista, com o passar dos anos conseguiram uma certa independência. Davam a possibilidade de participação na política às pessoas que não aceitavam a ideologia marxista. No próprio Partido Comunista havia uma facção social-democrata, uma revisionista,

uma conservadora e até uma facção nacionalista. As atividades das pessoas na Polônia eram positivas e o Estado, mesmo subjugado a interesses alheios, conseguiu construir uma economia, um potencial industrial e agrícola. Mas esses bens não foram devidamente administrados. A onipotência do Partido Comunista provocava uma situação em que muitas vezes o esforço social não era usado corretamente. As poucas idéias de reforma econômica eram destruídas pela burocracia do Partido Comunista e pela luta dos conservadores doutrinários marxistas. Um exemplo é o caso da propriedade privada da terra, para o qual o Partido Unificado Agrário tinha uma posição bastante decidida. Embora sendo um satélite do Partido Comunista, conseguiu que a propriedade privada da terra fosse incluída na Constituição polonesa.

A independência da Igreja Católica na Polônia era uma situação específica com relação a todo o Bloco Comunista.

A avaliação da República Popular da Polônia não pode ser feita de forma unilateral, mas aqui concentro-me na luta pela democracia e pela liberdade. Às vezes foi uma luta sangrenta, mas a lembrança delas levaram à Mesa Redonda, uma transição pacífica do poder pelos comunistas.

Estabeleceu-se que não há perdão para os crimes de repressão da época anterior.

O Primeiro-Ministro Mazowiecki, em um pronunciamento no Parlamento polonês, disse que separamos o passado por uma grossa linha, significando que todo cidadão da República Popular da Polónia, independentemente de sua participação partidária, raça, profissão, ou o que fez no passado, é um cidadão com plenos direitos no novo Estado. Mas os que cometeram crimes políticos serão julgados justamente. Ou seja, o sentido da afirmação do Primeiro-Ministro era o de integrar milhões de cidadãos na construção do novo Estado. Ele percebeu que numa transição pacífica tinha de haver a crença de que os homens do antigo regime também deveriam construir o novo Estado em um novo sistema político.

O movimento agrário começou a dividir-se. O Partido Unificado Operário Polonês (Partido Comunista) dissolveu-se em 1990. Das suas ruínas foi criada a social-democracia da República Polonesa e outros partidos. Saíram da ilegalidade outros partidos, como a Confederação da Polónia Independente, os cristãos-democratas e cristãos-nacionais.

No Solidariedade começou um processo de divisão e de discussão sobre o que deveria ser o sindicato: um partido político que apóia as reformas ou um começo de um pluralismo sindical e político?

O governo de Mazowiecki, que evolutivamente ocupava também as áreas até então reservadas aos comunistas como o Exército, as de questões policiais e de segurança, queria ver no Solidariedade uma garantia das reformas: um grande partido político que seria a base do governo.

Isso não agradou a Lech Walesa que queria ter uma participação pessoal na política. A divisão do Solidariedade foi extremamente grave. A ocasião para isso foram as eleições presidenciais de 1990 e também as novas eleições parlamentares depois da dissolução do Parlamento eleito em 1989. Para as eleições presidenciais apresentaram-se candidatos de todos os partidos políticos, entre outros, o Primeiro-Ministro Mazowiecki e o líder do Solidariedade, Lech Walesa, que teve algumas dificuldades para ganhar no segundo turno, mas obteve sucesso, e o governo de Mazowiecki caiu, passando os partidos políticos que o constituíam para a oposição. Os governos de Mazowiecki e do político liberal Bielecki tinham como objetivo a modernização da Polônia. Foi introduzida mais uma vez a denominação de República da Polônia e voltou o brasão histórico.

As primeiras medidas do Plano Econômico de Balcerowicz, luta contra a inflação, mercadorias outra vez nas lojas e também a privatização, tiveram como consequência um alto desemprego, déficit orçamentário e também queda na produção industrial e das exportações. Durante 3 anos tivemos uma grave crise econômica e toda a economia passou por um processo de transformação. É claro que o governo cometeu muitos erros como consequência da doutrina econômica usada e por falta de experiência na difícil tarefa de transformação de uma economia centralizada e planificada em economia de mercado. É necessário enfatizar que uma das garantias dessas transformações foi o Presidente Lech Walesa, um sindicalista que naquele momento estava mais interessado no poder político. Daí a pouca compreensão das greves que não tinham razões econômicas. Vale observar que Lech Walesa, tendo em conta a sua dinâmica, resolveu construir a posição da Polônia no cenário internacional e, sobretudo, apoiar as aspirações da Polônia para fazer parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Européia.

Lech Walesa conseguiu a retirada do Exército Vermelho que estava na Polónia desde 1945. Em relação aos vizinhos, decidiu-se por uma política de boas relações e de apoio à emancipação. A Polónia aceitou, no cenário internacional, a unificação da Alemanha e este tornou-se o País que mais apóia a Polónia na sua entrada na OTAN e na União Européia.

A desintegração da URSS, a criação dos novos Estados foi também um grande problema para a política externa polonesa. Estas questões não estão

totalmente resolvidas, tendo em vista os conflitos históricos da Polônia com a Rússia e com a Ucrânia. Na política exterior oriental existe como padrão dominante o pragmatismo.

Na política interna, a Polônia dirige-se para os padrões de democracia da Europa Ocidental. O modelo polonês de democracia se baseia no pluralismo político, no qual entram os partidos políticos, as associações, os sindicatos, a imprensa, os representantes da sociedade civil organizada e também todas as instituições estatais, o Parlamento e o Presidente. O sistema político fundamenta-se na norma constitucional que define a Polônia como um estado de direito. O sistema representativo de governo consiste em eleições livres para o Parlamento, para a Presidência da República e para as autarquias locais.

A Polônia ainda não tem uma nova Constituição, e sim um conjunto de leis transitórias que regulamentam as relações entre os três poderes. O sistema de governo é misto, com um primeiro-ministro e um presidente, que é eleito com amplos poderes em relação à política interna, à defesa nacional e à política externa. Isso cria alguns conflitos, mas no passado as coalizões governamentais essencialmente representavam o poder presidencial. O presidente também tem o direito de veto em relação às leis aprovadas pelo Parlamento. Os três poderes são independentes.

Os primeiros três anos de democracia na Polônia foram nos tempos do Solidariedade. O Presidente Lech Walesa era o personagem básico na política. O governo de Jan Olszewski, que foi criado por pessoas que estavam em torno do Presidente Lech Walesa, tomou por conta própria a tarefa de resolver questões do passado. Por uma decisão do Parlamento, o governo foi obrigado trazer a público todos os contatos mantidos por políticos em atividade com a antiga Polícia Política polonesa. Nos primeiros dias de junho de 1992 isso provocou uma real avalanche política e a queda do governo, que levou a conhecimento público uma lista, nunca verificada, de colaboradores da antiga Polícia Política comunista. Na lista estava o nome do então Presidente Lech Walesa e do Presidente do Parlamento. Para resolver a crise, o Presidente Lech Walesa convocou pela primeira vez, desde 1989, um membro de um partido que surgiu de uma força política que funcionava nos tempos do comunismo. O jovem chefe do Partido Agrário Polonês, Waldemar Pawlak, aceitou a missão de formar um governo. Mas esse governo durou apenas 30 dias, pois o Parlamento, dividido, ainda não estava preparado para apoiar o novo governo de Hanna Suchocka que formou-se com o apoio dos partidos nascidos do Movimento Solidariedade.

As eleições parlamentares de 1993 trouxeram uma mudança radical no sistema político polonês. Nesse momento ganhou a Aliança Esquerda Democrática, cuja base eram os antigos comunistas que formavam a social-democracia da República da Polónia. Em segundo lugar ficou o Partido Agrário e em terceiro a União Democrática, partido que até então tinha uma influência essencial no sistema político polonês. A Aliança Esquerda Democrática e o Partido Agrário Polonês formaram uma coalizão parlamentar que governa até hoje. Os líderes dessa coalizão, Aleksander Kwasniewski, da Aliança Esquerda Democrática, e Waldemar Pawlak, decidiram respeitar as atribuições constitucionais do presidente. A vitória dos social-democratas e do movimento agrário foi possível porque essas forças políticas apresentaram um programa bastante razoável e conciso à população e, sobretudo, confirmaram o que era a base da política polonesa nos últimos 3 anos, ou seja, a integração da Polónia na União Européia e na OTAN, uma política ativa nas fronteiras do Oriente e a continuação das reformas económicas no País. O governo, em que seu Primeiro-Ministro pela primeira vez na história da Polónia democrática tem uma forte maioria parlamentar, realiza um programa que tem amplo apoio social.

A economia, tendo em conta o crescimento de 4% em 1994 e de 6,5% em 1995, constitui uma sólida base para a democracia polonesa. Durante esse tempo, a dívida externa foi diminuída em 50% e a moeda nacional pela primeira vez na história é estável e confiável. Tendo em conta a situação internacional, cresce a exportação e fortalece-se a moeda. A produção agrícola é rentável e a produção industrial desenvolve-se devido a política não-protecionista do governo. O governo conduz uma privatização racional.

O sistema político polonês parece definido. Existe um forte grupo de esquerda, que é a Aliança Esquerda Democrática. O Partido Agrário Polonês é centro-político. A União da Liberdade é um partido liberal, mas cuja influência social está em declínio. Temos também a direita que está tentando se unificar.

Os catalisadores da nova democracia polonesa, do novo sistema político, serão as eleições presidenciais. Elas decidirão a forma que terá a Polónia no século XXI.

DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E ESTADO DE DIREITO NA ESLOVÁQUIA

Branislav Hitka
Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democracia, direitos humanos, estado de direito são os três fenômenos, organicamente interdependentes, pelos quais se pode medir a taxa da resposta do Estado às reivindicações da época moderna da civilização humana. Apresentarei uma curta análise das atitudes do Estado eslovaco em relação à democracia como o respeito e a preservação dos direitos humanos. É importante relatar as circunstâncias históricas, as tradições, as experiências positivas e negativas da Eslováquia, que servem de base para a construção política e jurídica do Estado eslovaco.

A questão dos direitos humanos tornou-se, sem dúvida alguma, universal, pois afeta todas as dimensões da vida humana do ponto de vista dos direitos individuais e coletivos das nações. Está claro que a atenção prestada aos direitos humanos não abrange simplesmente horizontes abstratos. A tendência ao respeito e à preservação dos direitos humanos, cada vez mais e com maior intensidade, penetra na vida cotidiana de cada sociedade civilizada, de cada indivíduo.

A questão dos direitos humanos realiza-se mediante a legislação interna dos Estados; pela legislação interna, os Estados respondem à sua evolução, realiza-se seguindo a do direito internacional, que cada vez mais ultrapassa o limite clássico da Nação-ingerência nos assuntos internos dos Estados. E, também, realiza-se em conformidade com as organizações internacionais, governamentais e não-governamentais, que asseguram a padronização universal e a preservação dos direitos humanos em todo o mundo.

A República Eslovaca surgiu no mapa político da Europa em 1 de janeiro de 1993, como consequência da divisão pacífica e plenamente constitucional da antiga Federação Checo-Eslovaca. Nela a tendência de universalização dos direitos humanos está presente. Diversos fatores contribuíram para a criação da República Eslovaca. Evidentemente o fator principal foi a mudança radical na Europa Central e na do Leste, ocorrida depois de 1989, resultado direto da luta pelos direitos humanos e liberdades civis. Paralelamente, tratava-se dos direitos coletivos de autodeterminação da Nação eslovaca. Somente com a restauração e consolidação da democracia foi possível realizar as ambições de emancipação dos eslovacos para ter finalmente o seu próprio Estado, como condição essencial para a realização plena como

nação, para tornar-se membro da família das nações e integrar-se às estruturas internacionais, regionais, européias e mundiais, e contribuir para a solução comum dos assuntos que preocupam a humanidade.

O Estado eslovaco e o povo dedicam uma atenção especial aos direitos humanos, comparável com a dedicada em outros países europeus. Mas, de qualquer maneira, existem circunstâncias específicas, que agora explico para o melhor entendimento porque é dedicada tanta atenção aos direitos humanos na Eslováquia.

A República Eslovaca encontra-se no terceiro ano da construção do seu Estado moderno. O que está colocado nos fundamentos do Estado pode, a longo prazo, influenciar a direção do desenvolvimento da Nação e do governo, os serviços do Estado prestado aos cidadãos, as relações entre os cidadãos, os grupos sociais entre si e as relações entre eles e a representação política. Por esta razão consideramos essencial que as questões dos direitos humanos e das liberdades civis se encontrem no começo da construção do estado de direito e que deles se desenvolva a construção política e jurídica do Estado eslovaco.

A história da Nação eslovaca e das nacionalidades que vivem no território da República Eslovaca é requisito básico para que o respeito e a preservação dos direitos humanos e das liberdades civis sejam considerados como pedra fundamental da nossa existência. Já temos experiências com a democracia em funcionamento. Nossas experiências são ainda relativamente curtas em comparação com as das democracias tradicionais. Infelizmente, a continuidade histórica da evolução da democracia, dos direitos humanos e das liberdades civis foi interrompida pelos regimes totalitários e autoritários que governaram nosso País por mais de 50 anos. Falo no Estado eslovaco que existia no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, é necessário dizer que o então Estado eslovaco foi criado nas circunstâncias mais trágicas da história recente do mundo, e marcado pela mesma tragédia que ocorreu em outros regimes políticos impostos do estrangeiro aos diversos países da Europa, e também nas quatro décadas do regime totalitário comunista. As atitudes doutrinárias do regime comunista em relação aos direitos humanos são bem conhecidas. De qualquer maneira, o fato de que a Eslováquia vivia há mais que cinco décadas nas condições do totalitarismo e autoritarismo tem também o lado positivo. As experiências negativas do período não-democrático plantaram na consciência da população uma suficiente resistência contra o totalitarismo e autoritarismo que garante que as eventuais recidivas do passado não tenham chances reais para se impor na vida da Eslováquia.

Podemos dizer que hoje em dia a tendência universal da questão dos direitos humanos atua na Eslováquia ainda com maior intensidade do que antes de 1 de janeiro de 1993, porque essa tendência provem diretamente, sem papel intermediário, da antiga Federação Checo-Eslovaca.

A República Eslovaca ancorou o respeito aos direitos humanos na sua Constituição democrática. A Constituição eslovaca foi incorporada a Carta dos Direitos e Liberdades Fundamentais, aprovada ainda pela Assembléia Federal (lei constitucional de 1991). Por esse ato a Eslováquia aceitou a letra e o espírito da Convenção Européia dos Direitos Humanos, conhecida também como Convenção de Roma, de 1950. A incorporação da Convenção à Constituição, e desta maneira ao sistema jurídico, e o cumprimento dos compromissos assumidos foi uma das condições fundamentais para a entrada da Eslováquia no Conselho da Europa em 1993. Também os compromissos dos demais pactos e tratados internacionais quanto aos direitos humanos foi assumido e está sendo cumprido. Podemos dizer que o constitucionalismo eslovaco e o nível atingido no respeito e na preservação dos direitos humanos e das liberdades civis correspondem aos padrões mais desenvolvidos da Europa.

O Estado eslovaco moderno contém os valores que são próprios da nossa população. O nosso Estado cresce com os valores do espaço europeu como resultado da história européia em que os eslovacos faziam parte desde os primeiros séculos da nossa era. A democracia, a estrutura política pluralista, a legalidade, a economia de mercado, o desenvolvimento da iniciativa privada, o respeito e a preservação dos direitos humanos são os pilares da construção do Estado eslovaco, que oferece aos cidadãos, sem diferença alguma, uma plena e ampla oportunidade para o desenvolvimento da vida privada e pública.

Gostaria de dizer algumas palavras quanto às lutas dos eslovacos pelos seus direitos coletivos nacionais. Não pretendo fazer uma análise detalhada do desenvolvimento do processo de emancipação nacional eslovaca. Discorrerei sobre os direitos das minorias que vivem na República Eslovaca e quais as atitudes básicas adotadas pelo Estado eslovaco neste sentido. Para entender bem o presente, considero necessário mencionar os fatos fundamentais do passado.

O processo de formação dos Estados nacionais na Europa, que na parte ocidental faticamente terminou nos finais do século XIX, contribuiu também para o processo do renascimento nacional eslovaco. Devido aos rumos do destino, não muito favorável aos eslovacos, seu território histórico foi incorporado ao reino da histórica Hungria nos finais do século X, como

conseqüência das contradições internas do Estado, dos nossos antepassados e dos ataques dos antigos magyares. Uma forte e violenta “magyarização” da Eslováquia nos finais do século XIX e início do século XX, que não tinha alternativa noutros lugares da Europa na época, e o perigo da perda da identidade e do desaparecimento da Nação eslovaca contribuíram para a aceleração do processo do desmembramento étnico eslovaco do quadro das estruturas do Estado húngaro histórico. Nos momentos decisivos no decorrer da Primeira Guerra Mundial, quando o antigo Estado húngaro multinacional esperava a manifestação da “lealdade”, os eslovacos e outras nações não-magyares da antiga Hungria rejeitaram a concepção *natio hungarica*, construída na base da exclusividade étnica dos magyares e na rejeição da plataforma étnico-pluralista, e aprovaram os planos para a eliminação da Hungria histórica.

O modelo de Versalhes, que foi utilizado para a formação da Europa central, foi elaborado depois da Primeira Guerra Mundial como consequência da política de eliminação do antigo império austro-húngaro para que esse fosse substituído pelos Estados nacionais. Assim apareceu a nova Áustria, Hungria e Checo-Eslováquia. Dessa forma, com base nos acordos feitos entre as representações políticas checa e eslovaca, respectivamente, os eslovacos tornaram-se parte do Estado checo-eslovaco, com o elemento checo no papel hegemônista, pois a representação política checa deduzia a criação do Estado checo-eslovaco da sua história como ponto culminante do processo de emancipação nacional checo. A concepção pluralista original foi negada pela representação política checa e, mais, substituída pela concepção de uma única Nação checo-eslovaca. A concepção da construção de um Estado comum na base dos dois sujeitos iguais e autônomos foi substituída pela concepção do Estado unitário. Os eslovacos participaram ativamente no processo do constitucionalismo checo-eslovaco e na obtenção de um elevado nível de preservação dos direitos humanos, comparável com os dos países ocidentais nos anos 20 e 30. A insatisfação dos eslovacos não surgiu da insuficiência dos direitos humanos ou liberdades civis, e sim do fato da rejeição da concepção pluralista de construção do Estado pela representação política checa. Apesar dos checos representarem, então, pouco mais que 50% da população do Estado, colocaram a construção do Estado como base da exclusividade étnica checa, o que não podia satisfazer a população eslovaca. A crise interna permanente provocada pela crise das concepções resolveu-se definitivamente com a divisão da Checoslováquia. A tentativa de federalização da Checoslováquia em 1968 fracassou. A Federação foi proclamada em 28 de outubro de 1968, mas o estabelecimento do regi-

me neo-estalinista cruel de normalização, depois do fracasso da tentativa de democratização do regime, enterrou as idéias de federação autêntica. Nada mudou na substância do poder centralizado com o papel dirigente do partido comunista e na interpretação de classe da tarefa do Estado e no direito.

Somente as mudanças radicais democráticas e a consolidação da democracia criaram as condições favoráveis para a solução da questão dos direitos coletivos dos eslovacos. Neste sentido, é necessário dizer que a divisão da antiga Checoslováquia não alterou negativamente os padrões europeus dos direitos humanos. No processo das negociações sobre a divisão da Checoslováquia não foi colocada a questão da solução do conflito étnico ou do ódio entre as duas nações. Tratava-se da solução da crise das concepções, crise entre a concepção do estado unitário da representação política checa e da concepção da união mais livre da representação política eslovaca. A crise resultou em divisão da Checoslováquia por lei constitucional.

A construção do estado de direito na Eslováquia, bem como a política do respeito aos direitos das minorias, realiza-se segundo os padrões europeus. A Eslováquia recentemente ratificou o tratado europeu sobre a preservação dos direitos das minorias nacionais, mas todas as comparações da prática eslovaca com as práticas de outros países da Europa testemunham que o Estado eslovaco oferece às minorias nacionais mais direitos do que está obrigado, assumindo os válidos compromissos europeus. O essencial neste sentido é o fato de que na Eslováquia combina-se a democracia majoritária, que representa somente os fundamentos elementares da democracia moderna, com o pluralismo. Isso manifesta-se principalmente pelo respeito aos direitos humanos das minorias, nacionais ou étnicas, direitos linguísticos ou religiosos.

Na Eslováquia entende-se muito bem que o nível e a taxa da democracia não se mede somente pelas garantias dos direitos e das liberdades individuais, mas também pelas garantias dos direitos das minorias nacionais ou étnicas. Mas de qualquer maneira, a política de minorias do Estado deve ter o conteúdo bem concreto e os limites bem claros. Abrir a questão dos direitos coletivos das minorias em combinação com as eventuais reivindicações, pondo em perigo a integridade territorial do Estado, significaria abrir a caixa da Pandora com todas as conseqüências. A história da Europa tem experiências muito trágicas com os direitos coletivos das minorias nacionais. Por isso as idéias dos direitos coletivos são absolutamente inaceitáveis para o Estado eslovaco. A Constituição garante a cada cidadão, sem diferença alguma, todos os padrões europeus de direitos humanos. É impossível reivindicar mais direitos para as minorias como são garantidos para os demais

cidadãos nas regiões mistas. Neste caso, dificilmente se trataria da preservação dos direitos das minorias, como já ponderei se tratar do nacionalismo das minorias.

Tomando as lições dos acontecimentos que conduziram à eliminação da antiga Hungria ou Checoslováquia do mapa político da Europa, a Eslováquia não tem intenções de construir o Estado com base na exclusividade étnica. Ao contrário, nossa intenção é que seja construído o Estado com base na sociedade cívica, étnico-pluralista. Isso é a base fundamental de saída neste contexto que corresponde às nossas experiências históricas. Caso a Eslováquia não aceitasse o entendimento pluralista do espaço centro-europeu, poderia pagar caro, como pagou a antiga Hungria ou Checoslováquia.

Na Eslováquia o sistema político democrático consolida-se. O respeito e a preservação dos direitos humanos e das liberdades civis como condição fundamental para a construção do estado de direito estão garantidas pela Constituição. O constitucionalismo eslovaco e o nível alcançado em relação ao respeito e à preservação dos direitos humanos é comparável com a dos Estados com democracia desenvolvida. Em relação às minorias, nacionais ou étnicas, o Estado assumiu os compromissos europeus que foram incorporados no sistema jurídico do País. O Estado garante o pleno exercício dos direitos das minorias. O Estado eslovaco está construído como uma sociedade cívica na base do pluralismo.

DEMOCRATIZAÇÃO MULTIFACETÁRIA E PERMANENTE NA HUNGRIA

Gábor Tóth
Embaixador da República da Hungria no Brasil

Gostaria de resumir a temática dessa palestra em quatro subtemas. Em primeiro lugar discorrerei sobre a democracia como instrumento de modernização social, econômica e política. Em segundo, abordo a democracia como sistema político interpretado como mecanismo de controle exercido pelos cidadãos sobre os governantes. Depois, a democracia como sistema político baseado na economia de mercado. E, por último, a democracia como padrão de inserção da Hungria na comunidade das nações democráticas.

I. A democracia como instrumento de modernização socioeconômica

De forma pragmática, e sem entrar em detalhes teóricos, podemos salientar dois aspectos da modernização. O primeiro é o processo de redução das diferenças nos indicadores socioeconômicos do País comparando-o com os países com centros desenvolvidos; e o segundo é criar mecanismos que permitam uma adaptação e readaptação permanente aos desafios da atualidade.

Sem entrar em detalhes, mas por razões históricas, a Hungria está há mais ou menos 500 anos em situação de atraso relativo, quando comparada com os centros de poder mundial. Nessa perspectiva, na Hungria, desde a segunda metade do século XIX até o momento, podemos enumerar três tentativas de modernização.

A primeira ocorreu em meados do ano de 1867. A Hungria como parte da Monarquia Austro-Húngara, após um compromisso político entre as classes dominantes da Áustria e da Hungria, iniciou relativamente um longo período de recuperação econômica e social, com a industrialização, com a criação de importante infra-estrutura, de acordo com os padrões daquela época. Uma tentativa com relativo êxito, mas uma tentativa que, em termos gerais, chegou ao seu fim com a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

A segunda tentativa foi a partir de 1920. Para entendermos melhor o desafio daquela época, devemos lembrar que a Hungria, como parte da Monarquia Austro-Húngara, foi derrotada na Primeira Guerra Mundial, quando perdeu 2/3 do seu território histórico e 1/3 de sua população. Portanto, ficou enfraquecida, com potencialidades reduzidas. Nessa segunda tentativa a

proposta era modernizar o País, conseguir estabilidade econômica, reformular toda a economia e a sociedade. Infelizmente esta tentativa fracassou devido à crise mundial de 1929.

A partir de 1945 iniciou-se a terceira tentativa que consistia na industrialização maciça, na modernização das forças produtivas baseada na educação, com um ensino abrangente e que atingiu praticamente todas as camadas da população. Uma modernização acelerada que, por certo, empobreceu a população do campo. Foi uma ampla tentativa com alguns sucessos relativos, mas um processo que terminou num beco sem saída nos fins de 1980, quando o colapso tornou-se evidente, embora as previsões do fracasso já fossem esperadas com certa antecedência. Foi um fracasso rotundo, operacional e funcional, e, portanto, a queda era inevitável. Atualmente estamos empenhados na quarta tentativa em 120 anos, onde temos a esperança, a chance e o dever de conseguir o sucesso. Há uma grande diferença entre esta e as anteriores, se não em outros aspectos, pelo menos no sistema político. A primeira tentativa no último terço do século passado aconteceu sob a dependência da Monarquia Austro-Húngara. A segunda ocorreu sob o regime oligárquico autoritário. A terceira foi feita num sistema monopartidário. Portanto, a tentativa de hoje se distingue em termos políticos por estar sendo executada no regime democrático. Para a Hungria, e talvez não só para ela, a modernização e a democratização são dois conceitos estreitamente interligados. A democracia funciona como instrumento da modernização, e a modernização, por sua vez, serve como justificativa da democracia; assim sendo, o êxito da modernização pode ser decisivo quanto às chances da democracia.

II. A democracia como sistema político de controle pelos cidadãos sobre os governantes

Em termos formais, um primeiro critério para qualquer democracia é o exercício de eleições livres, irrestritas e periódicas, onde podem concorrer as organizações, os partidos políticos que têm em seus fundamentos as liberdades políticas. Este é o critério indispensável, mas até certo ponto formal.

Na Hungria começou a fermentação interna durante os anos 70 e 80. A Revolução de 1956, contra a ocupação soviética, foi um claro antecedente de suma importância não só para a Hungria, mas para a evolução da situação política em geral na Europa do Leste. Mesmo assim, esse evento histórico, após 30 anos transcorridos, já não tinha um impacto direto no desenvolvimento, na evolução dos acontecimentos políticos dos anos 80 e 90.

Havia uma fermentação política na sociedade da Hungria devido em parte a uma relativa liberdade de pensamento, de consciência, que era uma característica específica do regime socialista na Hungria durante os anos 60 e 70, o que levou à formação de alguns grupos de intelectuais dissidentes que queriam reformar o sistema, que queriam mudar.

É certo que naquela época não podiam prever tudo. Os pensadores mais críticos e autocríticos daqueles grupos reconhecem que nem nos anos 70 e sequer nos 80 podiam imaginar a grandiosidade das transformações que iriam ter lugar no final dos anos 80 e no início dos 90. Seria irrealista se negássemos a importância das circunstâncias internacionais decorrentes da chegada ao poder de Gorbachev que, certamente, criou as condições externas indispensáveis para as mudanças na Hungria. Agora não cabe mencionar os motivos que causaram o fenômeno Gorbachev. Em todo caso, o efeito direto das condições internacionais sobre a evolução na Hungria foi justamente o recuo gradual de Gorbachev, da URSS, que permitiu essa fermentação chegar a manifestações políticas, em partidos políticos expressivos, exigindo a imediata transformação política.

Também temos de mencionar o papel do partido comunista do governo, que na Hungria tinha o nome de Partido Operário Húngaro. Nesse partido havia uma ala reformista com elementos importantes que reconheceram o inevitável. Desta maneira, toda a transformação na Hungria pôde ter lugar de forma pacífica e ordeira. O ambiente criado permitiu uma transferência do poder no ano de 1990, depois das primeiras eleições livres, e ao mesmo tempo implantou uma cultura política que assegurou a entrega do governo, já dentro do sistema democrático, no ano de 1994. Isso é importante porque, nas primeiras eleições livres, o governo que chegou ao poder era de tendência conservadora, de corrente centro-direita. Na segunda eleição livre, em 1994, a nova coalizão era de centro-esquerda. Em resumo, experimentou-se uma mudança na cultura política que previa algumas características de médio e longo prazo do sistema político. É também importante destacar que a estabilidade política na Hungria foi uma característica permanente na transferência de poder, durante todo o primeiro ciclo parlamentar de 1990 à 1994, e é até agora. Isto não é só um mérito, mas um fato constatado. A Hungria foi o único país na nossa região onde o primeiro governo surgido das primeiras eleições livres conseguiu completar o seu ciclo constitucional de 4 anos. Não tivemos eleições antecipadas. Esta estabilida-

de, evidentemente, favoreceu por sua vez as transformações econômicas e também o novo relacionamento com o mundo exterior.

Passando à outra face da democracia, menciono o papel dos governos locais, dos municípios, como uma outra vertente, igualmente importante, da democracia. Na Hungria, nos dois ciclos parlamentares de 90 à 94 e de 94 até hoje, há uma correlação interessante. No primeiro ciclo parlamentar a maioria dos municípios estava sob o controle dos partidos de oposição daquele governo, ou seja, da centro-esquerda. No governo central estava a centro-direita. Havia atritos, e muitos pensaram, por lógica simples e razoável de certo modo, que a política local tivesse sido um alargamento, uma ampliação da correlação de forças políticas no nível nacional. O que estamos constatando, depois das segundas eleições livres para o Parlamento, e depois das novas eleições municipais, é que agora encontra-se no governo a coligação de centro-esquerda, e a maioria dos municípios está sob o controle da mesma formação política. Não obstante, os conflitos se seguem e se agravam, isto é, os governos locais estão exercendo com bastante competência a sua função e a política local não é apenas um alargamento, mas muitas vezes entra em choque com a política nacional. No centro de todos esses atritos está a problemática dos recursos com os quais os governos locais deveriam exercer a política local.

III. A democracia como um sistema político baseado na economia de mercado

Na política, na história, na economia não existem fenômenos sem antecedentes, e o mesmo ocorre na Hungria. Portanto, esta liberalização da economia, que é a característica dos últimos anos, a partir de 1990, tem seus antecedentes no passado. Na Hungria, em relativo liberalismo desde os anos 60 e 70, foi implementado um novo mecanismo de gestão da economia nacional a partir do ano de 1968, que apresentava diferença marcante quanto à planificação central. A novidade tornou-se uma especificidade bastante forte em relação aos outros países da nossa região.

Esse sistema econômico permitiu uma certa autonomia para as empresas. Elas podiam definir a sua produção, atuar livremente para adquirir os seus insumos, e comercializar uma parte majoritária de seus produtos. Esse mecanismo era uma simulação de mercado. É claro que atrás permanecia o Estado que dificilmente podia distinguir entre a sua função pública e a sua função de proprietário da economia nacional. Em todo caso, iniciou-se as-

sim um processo de aprendizagem que favoreceu principalmente os dirigentes das empresas que adquiriram uma nova maneira de pensar, certas formas de comportamento, certas técnicas de economia de mercado. Hoje em dia, dentre os grandes empresários nacionais estão os representantes dos dirigentes de empresas que tinham a seu cargo aquelas empresas, digamos autônomas, a partir de 1968. Esse fato teve como consequência econômica-social uma capacidade incrementada de adaptação às condições de mercado. As leis das sociedades comerciais aprovadas no final dos anos 80, que permitiram a transformação das empresas estatais em companhias de responsabilidade limitada e em sociedades anônimas, facilitaram igualmente um processo de privatização espontânea, ou seja, a compra de parte das ações principalmente pelos dirigentes. Isso constituiu um fator a mais para que eles se tornassem classe empresarial a partir da liberalização da economia.

Praticamente é um fato indiscutido, e não discutível, que a democracia deve basear-se na economia de mercado. Assim sendo, na Hungria começaram ondas de privatização com variadas dimensões. Na primeira, a Hungria certamente alcançou um elevado grau de privatização que, no final de 1994, mais da metade do PIB nacional foi produzido pelo setor privado. Também iniciou-se uma liberalização da economia externa com a supressão de barreiras não tarifárias, com a redução de alíquotas, etc., ou seja, a economia húngara foi aberta para o mundo externo. Mas isso não é suficiente. É também preciso a regulamentação do mercado, que cria os mecanismos, os limites, as regras de competitividade, para que a abertura seja realmente saudável. A abertura, funcionando nestes moldes, é uma parte indispensável, inseparável, das reformas econômicas na Hungria.

Em consequência da política de transformações econômicas, a Hungria pode mostrar alguns indicadores interessantes. Por exemplo, mais ou menos a metade de todos os investimentos diretos estrangeiros feitos na Europa do Leste e Central foi aplicada na Hungria. Como resultado disso, 30% das importações húngaras provêm das empresas estrangeiras que operam na Hungria. Esse é um indicador bastante importante. Demonstra que a idéia de estimular a captação de recursos e depois reverter este processo no sentido de incrementar as exportações, isto é, um crescimento orientado para as exportações, tem alguma chance de ter sucesso. Também é um resultado de fato, embora pareça uma subestimação, que evitamos o colapso econômico. Nos últimos 4 anos ocorreu uma queda do PIB na ordem de 20%, mas poderia ter sido pior, pois só o colapso soviético causou uma queda automáti-

ca na ordem de 10% do PIB, ou seja, conseguimos nos salvar das conseqüências mais graves.

É um fato positivo termos atingido agora um crescimento na produção industrial, pelo segundo ano consecutivo. E ainda mais importante, do ponto de vista da modernização, durante os dois últimos anos, é que a produtividade industrial cresceu anualmente 10%. Uma produtividade bastante significativa.

Mas há problemas, principalmente no equilíbrio da economia nacional: na balança comercial e na de pagamentos registra-se um déficit crônico. Temos um endividamento conseqüente que é uma das maiores dívidas externas *per capita* no mundo (em termos da dívida bruta), chegando a 3 mil dólares por cidadão. Há um desequilíbrio crítico no orçamento geral cujo controle torna-se difícil. O quadro demonstra que a modernização não foi terminada, apenas está em marcha. Se o crescimento dos últimos dois anos envolve o desequilíbrio nos indicadores macroeconômicos, isso significa que há muito por fazer.

Como refazer tudo isso e em quê contexto social quando o déficit do orçamento pode ser reduzido principalmente por meio de cortes nas despesas e, principalmente, no setor dos recursos humanos, previdência, saúde pública, educação, etc.? Este é realmente um grande desafio. Mas tenho que lembrar que o problema do estado do bem-estar social é um conceito em constante revisão em todas as partes do mundo, inclusive nos países mais ricos, com muito mais recursos.

IV. A democracia como padrão de inserção da Hungria na comunidade das nações democráticas

Felizmente há consenso nacional quanto às três prioridades principais da política externa do País. As prioridades são iguais entre si. A primeira é a integração para com a área euro-atlântica, ou seja, a Hungria tem solicitado sua adesão à OTAN e à União Européia.

A segunda, é a boa vizinhança e cooperação com nossos países vizinhos, com instrumentos como o Tratado Básico, que estabelece as bases da cooperação para o futuro a longo prazo. Chegamos a assinar esse tratado com vários dos nossos vizinhos, a Eslovênia, a Ucrânia, a Eslováquia e estamos em negociações com a Romênia. Outro instrumento é a criação da Associação de Livre Comércio Centro-Européia (CEFTA). Ela é um instrumento importante, pois por um lado permite aproveitar a cooperação com os países vizinhos e, por outro, é uma área de exercício para adquirir certos

hábitos, para praticar certas normas de cooperação mais estreitas que cremos ser uma ante-sala para nossa adesão na União Européia.

A terceira prioridade é o apoio às aspirações legítimas das minorias húngaras. É uma prioridade prevista e prescrita na Constituição para qualquer governo húngaro, de consenso geral entre as forças políticas da Hungria. É uma prioridade que deve ser tratada dentro do quadro bilateral com os países vizinhos, mas não se limita a isso apenas, pois a problemática dos direitos das minorias é certamente parte dos direitos humanos. Segundo a Carta Magna das Nações Unidas, e confirmada a posição em vários documentos internacionais, os direitos humanos não são de exclusiva competência de nenhum Estado.

Além das três prioridades a Hungria pretende diversificar as suas relações internacionais entre parceiros e regiões. Para citar alguns exemplos, o nosso maior parceiro comercial é a Alemanha. O maior investidor na Hungria são os Estados Unidos e os maiores credores são os bancos do Japão.

Sem dúvida, estamos num mundo de grandes transformações. O fim da bipolaridade não teve impacto apenas sobre os países da nossa região. Afeitou profundamente todos os países do mundo, inclusive as grandes potências. Mas para não ficarmos apenas no nível das grandes potências, podemos pensar nas profundas mudanças políticas que estão ocorrendo, por exemplo, na Itália, onde todo o esquema partidário foi mudado radicalmente. E isto é em grande parte devido às transformações globais. É certo que no cenário internacional agora estamos enfrentando grandes desafios, mas quando a situação internacional é estática, então as trajetórias são previsíveis e quase prescritas. Quando estamos em transformação, é o momento em que qualquer país tem possibilidades para conseguir um melhor posicionamento.

No cenário internacional, a Hungria tem apenas três vantagens, pois somos um país pobre em recursos. A primeira vantagem é sua situação geográfica na Europa Central, que nos garante a possibilidade física de cooperação com todo o mundo. A segunda é o clima que favorece a agricultura e as indústrias alimentícias, e, por fim, temos os recursos humanos: mão-de-obra qualificada com salários infelizmente bastante baixos segundo os padrões internacionais. Enfrentamos a tarefa de consolidar uma democracia onde temos a obrigação de não perder pelo menos essas vantagens comparativas, e devemos construir um estado de direito com responsabilidade social que permita que o recurso mais importante, a mão-de-obra, não perca seu significado. Este é o desafio e somos nós os chamados para respondê-lo.

ESTADO DE DIREITO E ECONOMIA DE MERCADO NA ROMÊNIA

Romulus Roman
Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

Devo salientar, antes de tudo, que a criação do estado de direito e de uma forte economia de mercado, para a Romênia e as outras novas democracias da Europa Central, é um axioma na definição das evoluções e da integralidade das referências atuais sobre a Romênia moderna.

Neste sentido, há de se lembrar que este processo, que se iniciou quase seis anos atrás, após a derrubada do regime totalitário, representou a transposição, em termos legislativos e de funcionamento geral do Estado, das aspirações não só dos participantes ativos na Revolução de dezembro de 1989, ou do povo em geral, mas, também, das forças políticas diversas que se criaram logo no início de 1990.

Este é o primeiro exemplo e, talvez, etapa, na evolução democrática do País. A liberdade de opinião política e, em conseqüência, a criação de novos partidos acompanharam essa evolução desde os dias marcantes da Revolução.

Liberdades políticas, de associação, da imprensa e o pleno respeito aos direitos humanos, na sua globalidade, permitiram que, em poucos meses, se realizassem as primeiras eleições livres, em 20 de maio de 1990, com a participação integral de todos os novos partidos políticos criados, o que tornou possível, pela primeira vez, o destaque adequado e correto das opções e afinidades do eleitorado.

Tanto a campanha eleitoral como o processo das eleições foram acompanhadas por um importante e atento grupo de observadores internacionais oriundos dos países democráticos, firmando-se assim o pacto com a democracia, iniciado como processo em dezembro de 1989.

Sendo a democracia, talvez, o único substantivo que não tem graus de comparação, é natural que o primeiro Parlamento romeno, democraticamente eleito depois de 50 anos, teve de assumir uma imensa responsabilidade, cumprir um amplo programa legislativo para que todas as leis concordassem com o novo rumo democrático do País.

Na ausência de uma outra constituição, a ser elaborada pela nova Assembleia Constituinte, democraticamente eleita, as eleições se realizaram com base em uma lei eleitoral elaborada pelo Conselho Provisório de Unidade Nacional, um Parlamento provisório que incluía todos os partidos

políticos que surgiram, inclusive na medida em que se formaram posteriormente à criação deste órgão. Pela primeira vez, a componente básica do estado de direito, separação dos poderes – que existia formalmente na Constituição anterior – começou a ter a relevância e a aplicabilidade normais.

Foi necessário adequar este novo rumo democrático e a orientação irreversível para a economia de mercado, com o mecanismo, a prática e o ambiente legislativo, pois o anterior era inadequado.

A primeira e a grande responsabilidade do novo Parlamento foi a elaboração de uma nova Constituição. Tarefas urgentes e transformações rápidas impuseram o ritmo dos trabalhos parlamentares. Foram adotadas leis ordinárias para regulamentar os processos que tinham um dinamismo particular, como o da agricultura, pois a antiga organização cooperativista de tipo *colkoz* foi desmantelada desde o início de 1990 e uma nova reforma agrária tornou-se imperativa.

Aparentemente simples, a devolução de terras aos antigos proprietários se revelou um processo extremamente complexo. Com a industrialização e a evolução social durante a ditadura comunista, houve uma forte migração para as cidades.

Fora do mundo rural, muitos dos novos donos (antigos ou herdeiros) já eram operários ou engenheiros e nada sabiam sobre o manejo da terra a não ser o interesse de recuperá-la, e nem queriam deixar o seu emprego na cidade. Dezenas de milhares de técnicos, engenheiros agrônomos ou zootécnicos, em grandes fazendas cooperativadas, muitos deles com origem urbana e preparação inadequada para outras profissões, se encontraram sem emprego e sem um pedaço de terra própria ou herdada.

Foi necessário encontrar soluções razoáveis para todos no novo equilíbrio que tinha uma dinâmica acelerada, pois as lavouras, por exemplo, não podiam esperar por debates prolongados. Este exemplo, escolhido intencionalmente ou por acaso, apresenta, com as referências de escala correspondentes, a complexidade de um amplo processo em que o estado de direito tinha de se afirmar com base em um outro princípio do Direito. Não se repara uma injustiça – e houve muitas anteriormente – a custo de novas injustiças.

A primeira nova Constituição, elaborada pelos antigos países do Leste, foi votada pelos Constituintes no 2º semestre de 1991 e “sancionada” por referendo em 8 de dezembro de 1991. Baseada em primeiro lugar nas tradições constitucionais e democráticas romenas anteriores à Guerra, com referência na evolução do mundo e do País, e em metas constitucionais dos

outros países democráticos, é considerada pelos peritos e constitucionalistas, consultados ou implicados na sua elaboração, uma das mais modernas e democráticas atualmente vigente.

Consagrando a República como forma de governo do Estado, a completa separação dos poderes, liberdades e direitos do homem, incluindo metas das mais elevadas, européias e internacionais, quanto às minorias étnicas, por exemplo no seu artigo 20, estipula que as disposições constitucionais sobre os direitos e liberdades se interpretam e se aplicam em concordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com os pactos e os demais tratados assinados pela Romênia.

Acrescenta-se que, se houver discordância entre os pactos e tratados correspondentes aos direitos do homem e os direitos humanos fundamentais que a Romênia assinou e as leis internas, prevalecem as regulamentações internacionais.

A criação do Conselho Constitucional se revelou benéfica para todo processo legislativo, pois tratou-se de um processo vasto, intenso e nada simples.

Nenhuma experiência mundial oferece precedentes ou referências quanto à passagem de um regime hipercentralizado do tipo comunista. Ele abrange todos os setores, desde o político de partido único, passando pela economia e o social, ensino, cultura e até, não como último na série, o meio ambiente.

A nova paisagem legislativa deve estar em concordância com os *acquis communitaires*, as leis e regulamentos vigentes na União Européia, sendo a Romênia um país associado.

Todas as idéias acima referidas, sinteticamente apresentadas, correspondem a um amplo processo, ainda em curso e chamado de transição. Nunca na história da humanidade esta palavra comportou tantos significados, políticos, econômicos, jurídicos, sociais, reflexos internacionais.

Para tornar as conclusões mais evidentes, ressalto o fato de que todas estas evoluções, algumas rápidas e outras com a cautela necessária, tornaram progressivamente, mas bastante rápido, a Romênia como membro cada vez mais integrado à comunidade ocidental, à qual ela pertence de fato pelas suas tradições, cultura, civilização e, também, perfil do seu povo. Já membro do Conselho da Europa, associado à União Européia, foi também o primeiro país a assinar a Parceria para a Paz, com a OTAN.

A inserção romena no mundo ocidental beneficiou-se da atenção dos seus parceiros, sobretudo do G 24, do G 7, da União Européia, dos Estados Unidos e das grandes instituições financeiras internacionais. Os programas

de assistência para este processo e a chamada “transição” já ultrapassaram 8 bilhões de dólares, quase 70% oriundos dos países do G 24. As previsões para o ano 2000 chegam a um total de 10 a 12 bilhões de dólares.

Com uma economia razoavelmente desenvolvida – anteriormente mal gerada – uma mão-de-obra com qualificação elevada, mercado consumidor de 24 milhões (2º lugar depois da Polônia na região), e uma posição geoestratégica de exceção, economicamente abrangendo um mercado consumidor de 200 milhões de habitantes numa área de 1000 km² com ponto de partida em Bucareste, recursos naturais notáveis e controle completo na saída pelo mar da maior hidrovia da Europa, que é o Danúbio, a Romênia soube se valorizar.

Nada foi fácil, sobretudo nos primeiros anos. O fim das sociedades totalitárias foi assimilado, instantaneamente, fora e dentro da região do Leste europeu (qualificativo impróprio politicamente, inclusive geograficamente, pois tem 2.500 km de Bucareste até aos Urais, no limite Leste da Europa), como uma vitória da economia de mercado e da democracia liberal em conseqüência das aspirações de bem-estar da população.

O desmantelamento das antigas estruturas de tipo centralizado, inclusive na economia; o desaparecimento do Comecom e em conseqüência a entrada abrupta na feroz concorrência internacional, com algumas regras pouco conhecidas e em alguns casos ignoradas ou evitadas por outras opções; a guerra da Iugoslávia e o embargo conseqüente que nos custou quase 7 bilhões de dólares; a completa e rápida privatização da agricultura que inicialmente tornou a Romênia, pela primeira vez na sua história, um país importador de alimentos, tiveram os seus reflexos.

Em 1990, houve um “crescimento” negativo de 5,6%; em 1991, de 12,9% e em 1992, de 10,1%. Somados, deram diminuições sérias, da ordem 40 a 45% no final de 1992. A isto acrescenta-se as três crises da contemporaneidade: do Estado, que diminuiu a autoridade, do mercado e a da ciência, incapaz de oferecer soluções a curto e médio prazo, segundo necessidades imperativas e urgentes. Os custos sociais começaram a surgir com força. Os investimentos estrangeiros encontravam-se abaixo da expectativa.

Os recursos, cada vez mais escassos, necessitaram de uma injeção suplementar para atender aos programas sociais. Não havia perspectiva de nenhum “Programa Marshall” e existia 11% de desempregados. A democracia e as liberdades são incompatíveis com a redução do nível de vida. A primeira meta do governo que surgiu após as segundas eleições, no final de 1992, foi parar a crise, a queda contínua, e crescer no que fosse possível.

Tímido, o crescimento de 1993 foi de 1,3%. Aumentou para 2,4% em 1994, com a balança comercial externa que se mantinha equilibrada. De 300% em 1993, a inflação caiu para 62% em 1994, e em 1995 nem chegou a 25%, menos de 2% ao mês. O ano de 1995 quase surpreende. Por exemplo, em fevereiro houve um crescimento de 9,2% em relação a janeiro e 53,1% em relação a fevereiro do ano passado. No total, em 7 meses, houve um crescimento de 9,1% e as expectativas para todo o ano são de 8 a 9%. As estimativas, que não são só romenas, concordam quanto a manutenção de ritmos altos e a posição de país emergente dentro de poucos anos.

Não é um milagre, pois começou a sua própria valorização junto com um fluxo de investimentos estrangeiros em aceleração. O País quase não tem dívida externa. É a menor dívida *per capita* da Europa, recente, com longo prazo de pagamento.

A Daewoo, da Coreia do Sul, um país muito agressivo em termos de concorrência e conquista de mercados, está em curso de aplicar um investimento próprio de 1 bilhão de dólares. Pouco atraente até há dois anos, o mercado romeno começa a oferecer vantagens.

Além do pequeno endividamento, das condições tecnológicas, da boa qualificação da mão-de-obra, ainda barata, contam bastante neste processo de crescimento a estabilidade interna e a estabilidade geral do País, no meio de um mundo e região bastante tumultuada. As condições oferecidas para os investimentos, com a atual legislação, são das mais atraentes.

Uma empresa estrangeira pode gerar 100% de seu capital e não ser discriminada de nenhum modo perante a nacional, a não ser por regras próprias da economia de mercado. Os investimentos produtivos não são taxados ou cobrados impostos por 2 a 5 anos, e se forem mais de 50 milhões, por 7 anos, têm liberdade total de repatriar os benefícios e recebem bons incentivos se forem reinvestidos no País. Oferecem-se garantias legais contra as expropriações.

Uma orientação bem escolhida, quanto a isenção total de taxas de importação para máquinas industriais e matérias-primas a serem processadas durante os primeiros 5 a 7 anos do investimento estrangeiro, fez com que em quase 90% do valor investido (88% em julho passado), o capital estrangeiro fosse orientado para investimentos produtivos. Também é por isso que 75% dos capitais investidos ultrapassam 1 milhão de dólares. É uma imagem muito diferente dos anos 90/93, quando predominavam capitais especulativos, pequenos investimentos no comércio e investimentos estrangeiros em geral reduzidos, sendo a Romênia um dos últimos beneficiários na região.

Em 7 meses de 1995 foram investidos 205% a mais em comparação com todo o ano de 1994, e bem superior ao de 1993.

Uma aceleração talvez lenta, dada a uma estrutura centralizada antiga, comparável só com a da ex-URSS, o crescimento demorou devido a condições objetivas e cautelosas, mas se revela irreversível há 2 anos.

Praticamente todas as áreas foram abertas, com três exceções: a da segurança nacional e indústria bélica, a dos narcóticos e aquelas que podem infringir a moralidade. Associam-se, também, critérios legislativos e normas ambientais bastante rigorosas, evidentemente iguais para qualquer investidor, autóctone ou estrangeiro.

Foi deliberada a apresentação no final do conceito da Grande Privatização que está em curso na Romênia. País menos desenvolvido industrialmente antes da Segunda Guerra Mundial, em comparação com a República Tcheca ou outras, as indústrias que se criaram, muitas ainda jovens, foram às custas do orçamento centralizado do Estado, praticamente às custas do nível de vida da população e dos sacrifícios da mesma, assim como o pagamento em 7 anos da dívida de 21 bilhões de dólares, que sustentou o desenvolvimento industrial referido.

É por isso que a Grande Privatização comporta como referência central a entrega gratuita e não-discriminatória de 30% do valor das ações da indústria, para todo o cidadão acima de 18 anos.

Com 37% do PIB realizado pela iniciativa privada, o que é muito em poucos anos, como ponto de partida, em pouco tempo o salto será positivo.

A primeira fase acabou em 30 de setembro de 1995 e a última está prevista para 30 de março de 1996.

O processo é complexo, mas conduzido com determinação pelo órgão responsável, o Fundo da Propriedade Privada. Associam-se medidas complementares para tornar o mecanismo viável e de conformidade com as regras da economia de mercado: venda de ações, bolsas de valores, etc.

O restante de 70% do capital das empresas estatais existentes, e sujeito às mesmas regras, é transformado em ações, livremente vendáveis, sem discriminação para qualquer cidadão, romeno ou estrangeiro.

Este é um mecanismo que comporta, junto com os investimentos estrangeiros, as bases de um crescimento acelerado de investimentos nacionais e estrangeiros. O desenvolvimento é evidente.

O custo da transição foi alto, não só com reflexos no social, mas também na diminuição do PIB, em mais de 40%, nos primeiros 3 anos após 1989. A recuperação, inicialmente lenta, começou e foram alcançados níveis superiores nos últimos 2 anos.

As reformas em geral e as demais condições existentes começaram a oferecer os seus frutos. Basta salientar que, por exemplo, as exportações para o Brasil, que diminuíram muito nos primeiros três anos, tiveram um crescimento de mais de 300% em 1994 em comparação com 1993, e de quase 400% nos primeiros 7 meses de 1995 em comparação com todo o ano de 1994.

Obviamente nem tudo é perfeito; há ainda muitos problemas, alguns novos e desconhecidos, outros inevitáveis como o desemprego. Alguns surgiram inesperadamente como a crise da agricultura que já apresenta superprodução, sobretudo em trigo e outros cereais. O que conta é o sentido global e as referências existentes e positivas.

A democracia tem no mundo moderno diversas conotações com o desenvolvimento e a vida das pessoas. Nos últimos séculos da história moderna, o acento foi posto no desenvolvimento econômico, que diferenciou bastante os países, entre os ricos e os pobres. Há fortes tendências – inclusive nos países ricos, dadas as interconexões globais – de valorizar um novo modelo de desenvolvimento, diferente do convencional. Surge um novo paradigma conceitual de “desenvolvimento humano”, que acompanha e está motivando o desenvolvimento econômico.

A consolidação das democracias jovens tem, assim, muito a ver com o novo paradigma. Sendo ela irreversível, tem de levar em conta um amplo universo que, valorizando numa economia de mercado “o capital humano”, torna este “capital” não só produtivo e gozando dos seus direitos e liberdades inalienáveis, políticos e sociais, mas também econômico e de nível de vida, o que, aliás, é o maior desafio e objetivo de qualquer governo que tem respeito por si próprio e responsabilidade pelas obrigações assumidas.



Imprenta:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514